

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ESPAÇO URBANO E CRIMINALIDADE NA REGIÃO**  
**NOROESTE DE GOIÂNIA - GO: a visão dos**  
**sujeitos sociais (2004)**

**Ricardo Sousa de Jesus Júnior**

**Uberlândia - MG**

**2005**

**RICARDO SOUSA DE JESUS JÚNIOR**

**ESPAÇO URBANO E CRIMINALIDADE NA REGIÃO  
NOROESTE DE GOIÂNIA - GO: a visão dos  
sujeitos sociais (2004)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Geografia e Gestão do território.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vânia Rúbia Farias Vlach

**Uberlândia - MG**

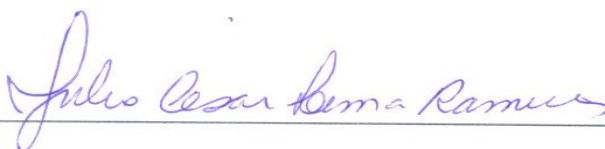
**2005**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA****Programa de Pós-Graduação em Geografia****RICARDO SOUSA DE JESUS JÚNIOR****Espaço Urbano e Criminalidade na Região Noroeste de Goiânia-GO: A Visão dos  
Sujeitos Sociais (2004)**

Prof(a). Dr(a). Vânia Rúbia Farias Vlach (Orientadora) - UFU



Prof(a). Dr(a). Eguimar Felício Chaveiro - UFG



Prof(a). Dr(a). Júlio César de Lima Ramires - UFU

Data: 26/08 de 2005Resultado: Aprovado com distinção.

## **DEDICATÓRIA**

**Aos meus pais, Ana Maria e Ricardo Sousa,**

eterna luz irradiante, que ilumina todos os momentos da minha vida, amigos, companheiros e conselheiros, que, com todas as dificuldades e com grande maestria, me mostraram o quanto é importante a honestidade;

**Ao Professor João Alves de Castro,**

que, com sua humildade, genialidade, inteligência, humor e amizade, mostrou-me a inspiração para a Geografia.

## AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação de mestrado requer um nível de reflexão que exige dedicação, disciplina e rigor científico por parte de quem se atreve a fazê-la. No entanto, há de se reconhecer que, por mais que esse processo resulte de longos momentos de solidão e de individualismo, a elaboração de uma dissertação só é possível quando existe colaboração acadêmica. Neste sentido, estou convicto de que o resultado a que cheguei tem muito daqueles que, direta ou indiretamente, comigo conviveram contribuindo, refletindo e discutindo pontos obscuros de seu conteúdo.

Inicialmente, quero agradecer imensamente aos meus pais, **Ana Maria Oliveira de Jesus e Ricardo Sousa de Jesus**, que incentivaram-me a estudar, e mesmo com todas as dificuldades, souberam “driblar” e constituir com carinho e amor essa grande família. Em um mundo de constantes transformações e contradições, a convivência familiar, foi importante para que meu intelecto, principalmente no “trilhar” dessa vida acadêmica.

Ao enfrentar estes desafios, tive momentos de distrações e felicidades que foram essenciais; refiro-me aos meus irmãos, **Rodrigo e Renato Oliveira de Jesus**, companheiros, amigos e incentivadores em todas essas jornadas acadêmicas e pessoais.

À Universidade Federal de Goiás, – em especial o IESA/Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, curso de Geografia – que me despertou a alma geográfica, inserida em mundo onde os geógrafos são uma “espécie em extinção”.

À Universidade Federal de Uberlândia, onde encontrei apoio no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo, para iniciar e concluir essa dissertação.

À Professora Vânia Rúbia Farias Vlach, minha orientadora, que, nesse percalço, sempre acreditou em mim e insistiu nesse trabalho árduo, e acima de tudo, teve paciência em ver e rever o trabalho em todas as etapas.

Ao Professor Eguimar Felício Chaveiro, por tudo que tem feito por mim nessa passagem acadêmica e fora dela, com quem aprendi que títulos são meros momentos e eternas são as amizades sinceras.

Ao Professor João Alves de Castro, inspirador, mestre, gênio e estrela maior desse universo; seu sol irradiante iluminou-me para a Geografia.

Às Professores Beatriz Ribeiro Soares e Marlene T. de Muno Colesanti.

Aos Professores Júlio César de Lima Ramires e William Rodrigues Ferreira, que, no exame de qualificação, me auxiliaram com orientações e sugestões importantes para a conclusão dessa dissertação.

À Cristiane Gonçalves Marques, companheira fiel, que esteve presente em todos os momentos dessa longa jornada acadêmica, sendo também uma ouvinte assídua de minhas confidências nas horas de alegrias e tristezas.

Aos amigos Leonardo Moreira Ulhôa, Maria da Penha Vieira Marçal, Suely Aparecida Gomes Moreira, que me acolheram com tanto carinho e me deram forças para continuar esta jornada.

Aos “colegas” Marcos Antonio Silvestre Gomes, Luciene Xavier de Maria e Jussara dos Santos Rosendo, que foram companheiros e amigos em todos os momentos de união e auto-ajuda nesse “mundo” isolado fora de nossas casas.

À Alessandra Rodrigues Ferreira, fundamental em minha passagem por Uberlândia, na qual me fez ver o quanto é importante cada momento em nossa curta passagem por essa vida, pelo respeito, e principalmente pelos momentos felizes, que, para mim, serão eternos.

Aos amigos Julio César de S. O. Pinto, Renato Araújo Teixeira, Shirley dos Santos Silva, Thiago Guida de Menezes, Denise Pereira Salgado, Izabel Cristina Mendes, Marcelo Jerônimo R. Araújo e Rafaela Epitácio Feitosa Damasceno, companheiros eternos de ótimos momentos na graduação.

Ao Aristides Moysés, que cedeu gentilmente sua dissertação de mestrado, para melhor entendimento da Região Noroeste de Goiânia.

À Sônia e ao Magalhães, ambos do SEPLAN, que, mesmo ocupados em seus afazeres, me cederam preciosos minutos para coleta de dados.

Aos Delegados Daniel (21º DP), Waldir Soares (22º CIOP's) e ao Ten. Cel. Macário (13º Batalhão da PM), que, em suas entrevistas, relataram a intensidade das relações entre a criminalidade e a comunidade, onde buscam, de forma incessante, gerar uma comunidade sem violência e criminalidade.

Aos irmãos Alessandro Glênio Silva, Guilherme Conrado Hartlieb e Wellington Fagundes da Silva, que sempre estiveram do lado direito do meu coração, pela paciência, brincadeiras, confidências, carinho, amizade, e mesmo nos momentos ausentes desse novo desafio na minha vida, iluminaram o final do túnel.

Ao Luiz e Divina Conrado Hartlieb - “segundos pais”, Renata e Patrícia Conrado Hartlieb- “irmãs”, que, com o mesmo carinho de sempre, me acolhem de braços abertos.

À Mércia Rodrigues da Silva, Maria Aparecida Vieira, Cristiane Lobo de Oliveira Silva, Sandra Carvalho Lima, Leonardo da Cunha e Moura, amigos que vivenciaram essas jornadas e vitórias de cada conquista.

À Sirlene Bernardes Pereira, amiga que tem acreditado e confiado em cada passo que tenho dado na vida acadêmica.

Por fim, um agradecimento especial a todos aqueles que, direta e indiretamente, me ajudaram a concluir esse desafio.

“Nem a violência, ou o poder, são fenômenos naturais isto é, manifestações de um processo vital; pertencem eles ao setor político das atividades humanas cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem de agir, a habilidade de iniciar algo novo.

Hannah Arendt

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo estudar o espaço urbano e a criminalidade na Região Noroeste de Goiânia, na perspectiva dos sujeitos sociais que a habitam. Esta região resulta da iniciativa da população que, na luta pela moradia ocupou uma gleba de fazenda abandonada nos arredores da cidade, na década de 1970, o que ensejou a violência policial. A seguir, o poder público municipal desapropriou a área, consolidando a ocupação urbana consolidada pelo Estado. Posteriormente esta região foi abandonada pelo poder público. O número crescente de furtos e roubos à pessoa e ao patrimônio, o escasso efetivo das polícias militar e civil, o uso de drogas, a falta de infraestrutura, lazer e cultura explicam porque a Região Noroeste de Goiânia é, atualmente, a mais violenta da região metropolitana. Apresentam-se algumas alternativas para que a situação de cidadania frágil, que aceita ou constitui a violência urbana que caracteriza a Região Noroeste, se altere, melhorando as condições de vida de sua população e modificando sua inserção no tecido urbano da metrópole goianiense.

Palavras-Chave: Criminalidade, Periferia, Região Noroeste de Goiânia, Segregação e Violência Urbana.

## **ABSTRACT**

The present work has the objective of study de urban space and criminality of the Northwest Region of Goiania, at its inhabitants perspective. This region results from the population that, at the strenth for a home, occupied a part of an abandoned farm around the city, at the 70`s, what resulted the political violence. Then the city public power desapropriated the area, consolidating the urban occupation. Later, this region was abandoned by public power. The increasing number of steals and robs to the people and to the patrimony, the few number of the militar and civilian polices, the use of drugs, and the shortage of political social inclusion, the population`s unhappyness and inphastructure, leisure and culture explain why the Goiania`s Northwest region is, nowadays, the most violent metropolitan region. Here are some alternatives for the fragile citizenship situation, which accepts or make part of the urban violence that characterizes the Northwest region, alterates itself, improving life conditions of the population and modify its inserction in the urban goianiense metropolis.

**Keywords:** Criminality, suburb, Northwest Region of Goiania, Segregation and Urban Violence.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                                      |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 01 - Mapa de Localização de Goiânia .....                                                            | 01 |
| 02 - Mapa de Localização da Região Noroeste de Goiânia.....                                          | 16 |
| 03 - Avenida Goiás e ao fundo o Palácio das Esmeraldas-1942 .....                                    | 23 |
| 04 - Palácio das Esmeraldas na Praça Cívica – 2001 .....                                             | 24 |
| 05 - Evolução populacional de Goiânia / 1940 – 2000.....                                             | 29 |
| 06 - A regionalização de Goiânia .....                                                               | 37 |
| 07 - Parque dos Buritis na Região Central da Cidade .....                                            | 38 |
| 08 - Praça no Setor Bueno em Goiânia .....                                                           | 39 |
| 09 - Infraestrutura da Região Noroeste de Goiânia .....                                              | 40 |
| 10 - O esgoto “a céu aberto” na Região Noroeste de Goiânia.....                                      | 41 |
| 11 - Fluxo populacional para Goiânia segundo o lugar de origem/ 1999 – 2002.....                     | 51 |
| 12 - Fluxo populacional para a Região Noroeste de Goiânia, segundo o lugar de origem –<br>1996 ..... | 53 |
| 13 - Os Índices de Violência de acordo com os bairros da Região Noroeste de Goiânia –<br>2004 .....  | 81 |
| 14 - Homicídios pelos dias da semana na Região Noroeste de Goiânia.....                              | 83 |
| 15 - Os horários com maiores índices de roubos ao patrimônio na Região Noroeste .....                | 85 |
| 16 - Pessoas furtadas e roubadas na cidade de Goiânia e na Região Noroeste de Goiânia.               | 86 |
| 17 - A relação dos furtos e roubos segundo a população da Região Noroeste de Goiânia .               | 87 |
| 18 - Os horários com maiores índices de roubos a cidadãos na Região Noroeste .....                   | 88 |

|                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 19 - A credibilidade do sistema Judiciário brasileiro, segundo os moradores da Região Noroeste..... | 102 |
| 20 - A fragilidade das leis brasileiras segundo a população da Região Noroeste.....                 | 103 |
| 21 - De quem a população da Região Noroeste tem mais medo? .....                                    | 104 |
| 22 - A visão dos moradores sobre a eficiência da estrutura policial – 2004 .....                    | 110 |
| 23 - O patrulhamento policial nos bairros da Região Noroeste segundo sua população – 2004 .....     | 111 |
| 24 - Nível de violência das ações policiais na Região Noroeste – 2004.....                          | 112 |
| 25 - As agressões policiais na Região Noroeste de Goiânia – 2004 .....                              | 112 |
| 26 - A imagem da polícia na Região Noroeste segundo seus moradores – 2004.....                      | 113 |
| 27 – O 21º Distrito Policial no setor Finsocial – 2004 .....                                        | 117 |
| 28 - O 22º CIOP`S no setor Finsocial – 2004.....                                                    | 117 |
| 29 – O 13º Batalhão de Polícia Militar no Jardim Curitiba – 2004.....                               | 119 |
| 30 - Os principais tipos de enfermidades na Polícia Militar do Estado de Goiás.....                 | 123 |
| 31 - A segurança da população da Região Noroeste em suas residências – 2004....                     | 130 |
| 32 - A visão dos moradores da Região Noroeste ao sair de sua residência à noite – 2004 .....        | 131 |
| 33 - A precaução que tomam os moradores da Região Noroeste ao sair de suas residências – 2004 ..... | 132 |

**LISTA DE TABELAS**

|                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 01 - População Urbana e Taxa de Crescimento Anual do Município de Goiânia, segundo as Regiões – 1991 e 2000 ..... | 14  |
| 02- Região Metropolitana de Goiânia – 2000 .....                                                                  | 33  |
| 03 - População e Faixa de Renda Média, em salários Mínimos, por Região de Goiânia – 2000 .....                    | 36  |
| 04 - Evolução da População Rural e Urbana de Goiânia (1940-2000) .....                                            | 50  |
| 05 - Equipamentos da Polícia Civil em Goiânia – 2001.....                                                         | 116 |
| 06 - Equipamentos da Polícia Militar do Estado de Goiás em Goiânia – 2001.....                                    | 118 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**BO`s** - Boletins de Ocorrências

**BPM** - Batalhão de Polícia Militar

**CIOPS** - Secretaria de Segurança Pública de Goiás

**Comurg** - Companhia de Urbanização de Goiânia

**DDP** - Distrito de Delegacia de Polícia

**D.P.** – Distrito Policial

**GATE** - Grupo de Ações Táticas Especiais

**GEA** - Grupos Especiais de Ações

**GIRO** - Grupo de Intervenção Rápida e Ostensiva

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**OAB** – Ordem dos Advogados do Brasil

**ONG`s** - Organizações Não Governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PDIG** - Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia

**PROEMERGE** – Programa de Emergência de Governo

**ROTAM** - Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas

**SEPLAN** – Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Goiânia

**SSPGO** - Secretaria de Segurança Pública de Goiás

**TCO`s** - Termos Circunstanciados de Ocorrência

## SUMÁRIO

|                                                                                         |      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|------|
| DEDICATÓRIA.....                                                                        | iii  |
| AGRADECIMENTOS .....                                                                    | iv   |
| RESUMO .....                                                                            | ix   |
| ABSTRACT .....                                                                          | x    |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....                                                              | xi   |
| LISTA DE TABELAS .....                                                                  | xiii |
| LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS .....                                                     | xiv  |
| SUMÁRIO.....                                                                            | xv   |
| INTRODUÇÃO.....                                                                         | 01   |
| CAPÍTULO I : GOIÂNIA NA ATUALIDADE: Um espaço metropolitano articulado e desigual ..... | 07   |
| 1.0 – CIDADE E PERIFERIZAÇÃO: Uma reflexão inicial.....                                 | 17   |
| 2.0 – EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA .....                                        | 23   |
| 3.0 – REGIÃO METROPOLIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO DE GOIÂNIA .....                            | 28   |
| CAPÍTULO II: GOIÂNIA EM CONFLITO: Periferia e violência urbana.....                     | 43   |
| 2.1 – ESPACIALIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA .....                | 47   |
| 2.2 – LUTAS E CONQUISTAS: A construção dos espaços de ocupação em Goiânia.....          | 58   |
| 2.3 – OCUPAÇÕES E VIOLÊNCIA NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA .....                         | 63   |

|                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.4 – OS CRIMES CONTRA A PESSOA E O PATRIMÔNIO NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA.....                                 | 80  |
| CAPÍTULO III: A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA E SUA IMPLICAÇÃO NA VIOLÊNCIA NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA ..... | 89  |
| 3.1 – A GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA URBANA: Uma realidade na Região Noroeste de Goiânia.....                           | 92  |
| 3.2 - O AUMENTO DOS CRIMES E O SEU EFEITO SOCIOESPACIAL .....                                                     | 98  |
| 3.2.1 – AS LEIS E AS TENDÊNCIAS CRIMINOSAS .....                                                                  | 101 |
| 3.3 - A SEGURANÇA PÚBLICA E O POLICIAMENTO NOS EVENTOS DA VIOLÊNCIA: a visão dos sujeitos .....                   | 106 |
| 3.3.1 – O PODER POLICIAL E O “BICO” – ATÉ QUANDO?.....                                                            | 120 |
| 3.4 - OS CIDADÃOS E SUA REPRESENTAÇÃO DA POLÍCIA .....                                                            | 128 |
| 3.5 - A POLÍCIA, A FAMÍLIA E A ESCOLA.....                                                                        | 133 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                        | 137 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....                                                                                   | 142 |
| ANEXOS .....                                                                                                      | 151 |

## INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta, intitulado **Espaço urbano e criminalidade na Região Noroeste de Goiânia - GO: a visão dos sujeitos sociais (2004)**, decorre de duas preocupações centrais do autor. Primeiramente, como geógrafo, considera que o seu trabalho de pesquisa deve ter uma responsabilidade social. Assim, tenta desvendar um dos temas estruturais do mundo contemporâneo, enfatizando o espaço geográfico.

A temática da violência urbana é um dos temas que desafia gestores, planejadores, instituições sociais diversas e, especialmente, a pesquisa geográfica. No sentido de que, se já se aceita uma “Geografia do Crime”, questiona-se se há uma teoria geográfica da violência e como elaborá-la.

Em segundo lugar, como cidadão brasileiro, constata que a atual violência urbana, múltipla, covarde, recorrente, amedrontadora, faz parte de uma rede complexa, a do espaço metropolitano. Embora atingindo todas as classes, etnias e identidades dos sujeitos, é na periferia da metrópole que ela ganha contorno mais nítido.

Em função disso, cabe problematizar: na violência atual, existe uma questão espacial? Reelaborando o problema, poder-se-ia inquirir: na ontologia da violência está presente o espaço geográfico? Paralelamente, indaga-se: há alguma relação particular entre violência e periferia urbana?.

Por isso, uma preocupação central é, em analisando a violência urbana na periferia da metrópole, não cair numa leitura preconceituosa ou culpabilizadora dos sujeitos que a

compõem. Pelo contrário: objetiva-se perceber a variação de usos, significações e relações que parecem identificá-la e localizá-la preferencialmente na periferia e que ela, por sua vez, como produto de ações violentas, as reproduz.

Esse trabalho pretende analisar a violência urbana na Região Noroeste de Goiânia, a partir da década de 1970. Assim, se fez um estudo crítico do processo de ocupação que originou esta Região, analisando-se artigos publicados nos jornais de Goiânia, fazendo pesquisas em loco com a sua população, por meio de questionários (cf Anexo 01). Por sinal, a ausência de dados concernentes ao nosso propósito de pesquisa, na Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiânia, e nas delegacias (21º E 22º DP) da Região Noroeste de Goiânia, exigiu uma coleta minuciosa de informações; realizamos entrevistas com algumas de suas autoridades (cf. Anexo 02).

Há que se registrar, também, que se fez uma minuciosa busca de informações e de fontes bibliográficas a respeito de nosso objeto de pesquisa, em monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Tal busca nos permite afirmar que, salvo melhor juízo, não há trabalhos acadêmicos a respeito da violência e da criminalidade na Região Noroeste de Goiânia.

Paralelamente, a leitura de autores como Zaluar (2002), Oliveira (2001), Pinheiro (2003), Matta (1982), Moraes (1981), Lima (2002), Kovarick (1979) e Foucault (1982), nos permitiram, simultaneamente, compreender a violência e resgatar a história da violência nessa região, considerada a mais crucial de Goiânia.

Para entendermos melhor o processo que fez dela a mais violenta de Goiânia, entendeu-se pertinente conhecer a visão dos sujeitos que lá residem, pois enquanto moradores, apresentam uma imagem “viva” dos problemas vividos cotidianamente, como falta de infraestrutura, aumento da criminalidade e da violência, e o descaso público para com os seus 100.000 habitantes.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação existente entre o crescimento urbano, a criminalidade e a violência na cidade de Goiânia, e explicar como tais relações de poder se configuraram territorialmente de maneira desigual, sobretudo quando se tornou metrópole regional. Foi nesse contexto que a Região Noroeste de Goiânia surgiu e acabou se consolidando como uma periferia urbana violenta.

Goiânia, como metrópole regional, apresenta diversos problemas comuns a outros centros urbanos. Tais problemas se transferem para a periferia que, com suas dificuldades de infra-estrutura, acaba criando novos problemas, que tendem a se alastrar em todo o tecido metropolitano, dificultando a intervenção do poder público, no sentido de restaurar a ordem necessária para um convívio social.

Exatamente por isso, a análise da violência praticada pelos sujeitos da periferia não pode ignorar a sujeição desses sujeitos à violência das instituições hegemônicas. Podemos sintetizar da seguinte maneira: em muitos casos, o sujeito da violência foi, antes, objeto dela. Mais do que o indivíduo violento que vive na periferia, é o processo que gera a precariedade de suas condições de vida aí, que cria a violência.

Desse pressuposto, nasceu o problema de nossa pesquisa: o grau de criminalidade de Goiânia explica-se mediante a sua estrutura socioespacial? De outro modo, poder-se-ia indagar: como a violência urbana insere-se no cotidiano da metrópole goianiense? Quais

são os seus desdobramentos na vida da cidade? Como a periferia se coloca na rede processual da violência?

A escolha da Região Noroeste se justifica pelo fato de ser um dos primeiros bolsões de miséria da metrópole; localiza-se numa região em que os limites da expansão urbana foram ultrapassados por meio de um conturbado e vasto processo de ocupação; é uma região marcada pela moradia de migrantes interregionais mediante programas da política pública dos governos de Goiás, da década de 1980 até os nossos dias; tem um alto índice de crescimento demográfico, hoje com mais de 100.000 habitantes. É uma das regiões que portam uma das menores rendas *per capita*, conforme o perfil socioeconômico de seus habitantes; além de apresentar as maiores deficiências na infra-estrutura básica e os maiores índices de violência urbana na capital goianiense.

Além dos autores acima citados, fundamentamos nossa pesquisa em leituras que tratam do estudo da violência, como Arendt (1994), Beato Filho (2004) e Bicudo (1994), autores que visam estudar e entender a gênese da violência (sobretudo Hannah Arendt), proporcionando importantes subsídios para a análise deste tema, que, nos últimos anos, tem sido considerado um dos principais problemas da sociedade, no Brasil e no mundo.

Porque a Região Noroeste apresenta um dos maiores índices de homicídios (doloso e culposos), e crimes contra a pessoa e contra o patrimônio (que se subdivide em furto e roubo), demos uma atenção especial a tais problemas.

Interessados em conhecer melhor a região, aplicamos 350 questionários aos moradores, dos quais 10% são comerciantes (cf. Anexo 01), além de entrevistas com delegados, agentes e policiais militares.

Os dados e informações levantados junto à população, foram tabulados, interpretados e analisados ao longo de nossa dissertação. Conhecer a visão dos sujeitos sociais sobre a violência e o crime foi algo fundamental; afinal, a modificação do quadro atual dessa região depende da participação ativa de seus habitantes em todas as áreas da ação humana.

O primeiro capítulo, **GOIÂNIA NA ATUALIDADE: um espaço metropolitano articulado e desigual**, contempla os estudos da Região Metropolitana de Goiânia, e os motivos pelos quais Goiânia se tornou uma área atrativa às migrações e porque a Região Noroeste recebeu muitos migrantes (cf. SubCapítulo 03) no período de 1960 a 1980, o que repercute fortemente na organização de seu espaço na atualidade.

No segundo capítulo, **GOIÂNIA EM CONFLITO: periferia e violência urbana**, analisamos a origem violenta da Região Noroeste, isto é, os conflitos entre população, polícia e Prefeitura Municipal de Goiânia, no processo de ocupação e desapropriação da Fazenda Caveira, no contexto político-ideológico que retrata Goiânia durante o regime militar (1964-1985).

No terceiro capítulo, **A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA E SUA IMPLICAÇÃO NA VIOLÊNCIA NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA**, evidenciam-se os principais tipos de criminalidade e violência que caracterizam a Região Noroeste como a mais violenta de Goiânia, em decorrência de alguns desdobramentos de sua origem violenta.

Enfim, buscamos evidenciar um tema comum no cotidiano urbano, mas, infelizmente, pouco analisado em Goiânia. Prioriza-se a contribuição da Geografia, visto que, até o momento, os poucos estudos se restringem ao Direito e à Sociologia. De nossa

parte, entendemos que incorporar uma visão geográfica, isto é, espacial e territorial ao estudo da violência e da criminalidade, pode facilitar a compreensão desta questão que intriga tanto a população em geral quanto às lideranças, sobretudo aquelas a quem cabe, por dever de ofício, a gestão do espaço, público e privado.

## **CAPÍTULO I**

### **GOIÂNIA NA ATUALIDADE: um espaço metropolitano articulado e desigual**

(...) A realidade da cidade sempre integrou práticas ordenadas do tempo e do espaço fundando um forte sentimento de pertencer a uma comunidade. Que se tratasse de uma comunidade de desigualdades sustentada, e até mesmo fetichizada no interior de estruturas de dominação com aparatos – rituais e fortemente hierarquizada, isto ficava obscurecido no conjunto das práticas que sustentavam referências simbólicas e operativas dos modos de ser.

Odete Seabra, 2001.

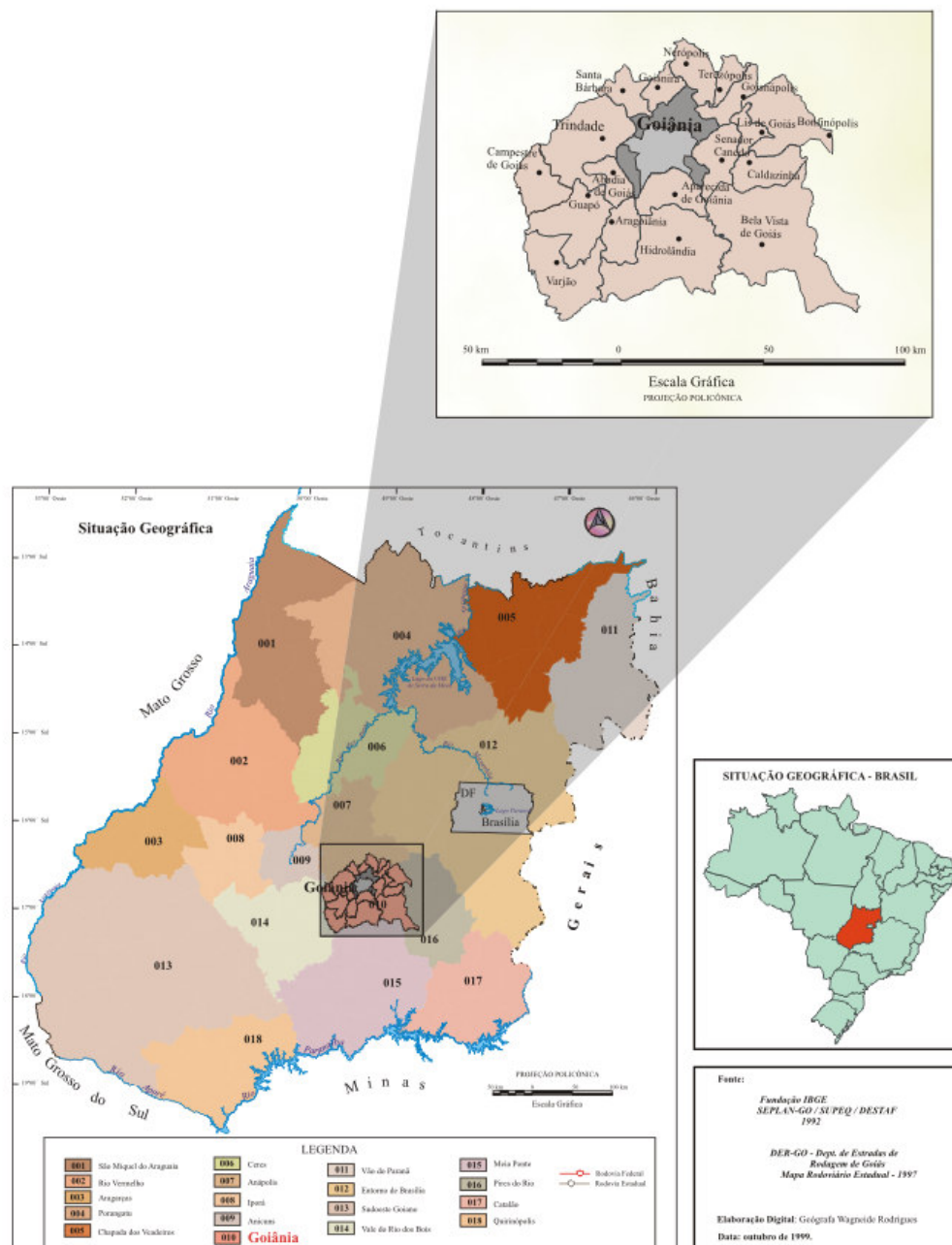
Um conjunto de trabalhos científicos, desde monografias de conclusão de cursos, passando por dissertações e teses de doutoramento, somando-se a eventos de caráter gestonário em que se reflete sobre as problemáticas do transporte urbano, da habitação popular, da migração inter-regional e da expansão urbana, juntando-se a reuniões públicas, fóruns de Movimentos sociais e feiras culturais, colocam Goiânia, a região metropolitana de Goiânia e seus atributos como objetos de investigações múltiplas.

Atualmente, tem crescido o debate sobre o eixo Goiânia – entorno, Anápolis e Brasília - entorno ao redor do qual, numa distância inferior a 200 km, forma-se um cinturão urbano de mais de cinco milhões de habitantes; aumenta, também, a atenção aos dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que situa Brasília e entorno como a segunda realidade urbana de maior crescimento de pobreza e Goiânia e o Entorno como a terceira nessa mesma direção.

Além disso, Goiás recebe, de 1990 a 2000, o segundo contingente nacional de migrantes de outras regiões, perdendo, apenas, para o Estado de São Paulo. As cidades goianas no entorno de Brasília e a região metropolitana de Goiânia são os lugares onde grande parte desses migrantes aporta.

Diversos elementos marcam essa realidade socioespacial: o crescimento de Goiânia, a complexidade de seus problemas, o grau de dinamismo, os conflitos sociais que passam a funcionalizar os espaços da capital de Goiás, a sanha dos homens de negócio em busca de consumidores dado o crescimento demográfico substancial. A quantidade de eventos socioculturais em Goiânia é apenas um exemplo da nova inserção de Goiás e da região Centro-Oeste na divisão regional do trabalho no Brasil. (Mapa 01)

**MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**



Essas mudanças se apóiam em uma fundamentação histórica apontada pelos estudiosos de Goiás, como Arrais (2002), Deus (2002), Castro (2004), Caseti (2002), Chaveiro (2001; 2004), Gomes (2004), Teixeira Neto (2002; 2004), e outros, como resultante de um processo cujo início pode ser apontado na década de 1930, quando, a partir de uma fusão da oligarquia local com o Estado Novo (1937-1945), foi projetada a construção da cidade de Goiânia para “trazer o país para o Oeste”.

A sua construção seria, naquela época, um “pé” de apoio para a edificação de novas políticas territoriais, cujo objetivo era integrar Goiás e o Centro-Oeste à economia nacional; e essa integração seria balizada por um mote: a modernização do território.

Não é à toa que vieram, posteriormente à construção de Goiânia, outras políticas territoriais, como a construção da estrada de ferro Mogiana (1934), acionada por um grupo de fazendeiros que necessitavam escoar a produção de uma das regiões mais produtivas do estado de São Paulo (a região de Mogi - Mirim e Amparo) para o centro-oeste do país. Foi assim que, em 21 de março de 1872, a lei provincial nº. 18 criou a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com sede em Campinas. O trecho inicial da concessão ia de Campinas à Mogi Mirim (na época Mogy-Mirim), havendo também um ramal entre Jaguariúna (na época Jaguary) e Amparo, localizadas na província de São Paulo.

Todo esse movimento colocou Goiânia como importante peça: primeiramente, a cidade era, no dizer de Bertran (1984: 96-105), um burgo agrícola, isto é, ainda que o seu plano fosse inspirado num urbanismo de ponta, a tradição agrária do seu estado, como sentenciam Chaul (1988) e Chaveiro (2001), confrontaria com os signos do plano, geralmente vencendo-os ou distorcendo-os em nome de sua realidade vinculada à tradição agrícola. Posteriormente, a cidade foi se afirmando como uma capital terciária, cumprindo a função de abastecer o estado agrícola moderno dos serviços que essa atividade exigia.

De 1930 a 1980, a cidade se metropoliza e ganha a alcunha de metrópole regional; essa metropolização tem como fundamento às mudanças sócio-espaciais provocadas pela modernização da agricultura, dando, à cidade, um rubor agrícola. Como mostra Chaveiro (2001: 212):

Como estamos pontuando, o processo que conduziu a cidade de Goiânia ao posto de metrópole regional, sustentou-se num Estado de economia agrária e que tem, portanto, como núcleo significador à tradição rural. Os veios da metropolização, por si mesmos, chocariam-se contra a ruralidade. Os mecanismos sociais de uma economia terciária pela qual Goiânia se vinculou, o regime de fluxo de pessoas, idéias e símbolos, as formas que dão sustentação ao mercado e a própria característica de cidade, no que diz respeito à sua demografia, paisagem, fluxos etc., encarregariam de apresentar novos signos à tradição rural.

De 1980 até os dias atuais, a cidade passa por outra fase: no contexto em que Goiás está integrado à economia nacional e a região Centro-Oeste fortemente urbanizada, o papel do estado passa a ser o de enfronhar-se numa economia globalizada.

É por isso que seus objetos, suas funções, bem como o seu imaginário vão, aos poucos, vinculando-se ao modo global das cidades capitalistas, inclusive o custo social dessas transformações, pois, atualmente, mais de 80% das áreas de cerrado estão imersas ao processo da produção monocultura exportadora e 88% da população de Goiás se encontra nas cidades. Além disso, 180.000 migrantes foram para Goiás numa única década (1980), o que deu à cidade um ingrediente social conflitivo e um conteúdo social sofrido.

Bolsões de miséria, territórios de ocupações, meninos de rua, prostituição infantil, seqüestros, homicídios e outras mazelas entram no conteúdo do espaço da metrópole goianiense, colocando-se como saldo negativo da modernização capitalista, e assim o ritmo

da cidade, o seu cotidiano, a sua gestão e a sua investigação passam a exigir um olhar diferenciado que apreenda os conflitos como parte integrante de seu teor.

Paralelamente, partimos do pressuposto de que a violência, chamada também de violência urbana, ou violência metropolitana, tem raízes nas condições sociais que geram o conteúdo da metrópole na era da globalização. Além disso, não devemos excluir as carências da escolaridade e a falta de emprego como um dos motivadores diretos da violência.

Fora às razões sociais que causam a violência, deve ser considerado que ela tem um desdobramento no denominado imaginário urbano, especialmente por meio do medo que ela causa à população. Ainda que a violência seja um produto das contradições e do capitalismo globalitário e sua repercussão maior ocorra nas metrópoles, cada uma das metrópoles ou das regiões metropolitanas, de acordo com a sua especificidade, tem uma qualidade de violência e um grau de frequência que lhe é próprio. E ainda mais: na metrópole, a incidência das diferentes modalidades de violência materializa-se, também, de maneira desigual. O mosaico de bairros, as diferenças de renda que os bairros representam, o zelo diferenciado dos órgãos públicos com cada um deles, a própria organização interna de base, fazem com que a violência tenha um repertório bastante desigual no seio de uma mesma metrópole.

As constatações acima especificadas realçam a importância de escolhermos a região Noroeste de Goiânia, pelo fato de que essa região sintetiza as principais variáveis da atual estrutura socioespacial de Goiânia, a saber:

- Foi um dos primeiros bolsões de miséria da metrópole, exemplificando a recriação da periferia proletária da cidade;

- Encontra-se numa região em que os limites da expansão urbana foram ultrapassados a partir de um vasto processo de ocupação;
- A região é marcada pela moradia de migrantes interregionais mediante programas da política pública dos governos de Goiás, da década de 1980 até os nossos dias;
- O maior índice de crescimento demográfico contando, hoje, com 111.389 habitantes, isso se relacionarmos a outras regiões; (Tabela 01)
- É uma das regiões que portam uma das menores rendas *per capita* conforme o perfil socioeconômico de seus habitantes;
- Apresenta as maiores deficiências na infra-estrutura básica;
- Apresenta, também, os maiores índices de violência urbana na capital goianiense.

Esses elementos testemunham que a região Noroeste de Goiânia deve ser estudada, pois, além de apresentar um considerável peso demográfico, expressa um componente crucial na investigação da relação entre espaço e violência, isto é, os pobres da cidade, uma vez violentados de condições básicas de vida, tornam-se sujeitos da violência.

**Tabela 01 - População Urbana e taxa de crescimento anual do  
Município de Goiânia, segundo as Regiões - 1991 e 2000**

| Região                  | População      |                  | Participação percentual |            | Taxa de Crescimento |
|-------------------------|----------------|------------------|-------------------------|------------|---------------------|
|                         | 1991           | 2000             | 1991                    |            | 2000                |
| Central                 | 152.449        | 145.960          | 17                      | 13         | -0,48               |
| Sul                     | 158.082        | 165.287          | 17                      | 15         | 0,50                |
| Sudoeste                | 117.255        | 150.637          | 13                      | 14         | 2,82                |
| Oeste                   | 44.937         | 65.355           | 5                       | 6          | 4,25                |
| Mendanha                | 47.077         | 56.393           | 5                       | 5          | 2,03                |
| <b>Noroeste</b>         | <b>51.214</b>  | <b>111.389</b>   | <b>6</b>                | <b>10</b>  | <b>9,02</b>         |
| Vale do Meia Ponte      | 43.071         | 52.640           | 5                       | 5          | 2,25                |
| Norte                   | 44.652         | 63.840           | 5                       | 6          | 4,05                |
| Leste                   | 95.950         | 106.966          | 11                      | 10         | 1,21                |
| Campinas                | 123.244        | 123.530          | 14                      | 11         | 0,03                |
| Sudeste                 | 34.780         | 43.807           | 4                       | 4          | 2,60                |
| <b>População Urbana</b> | <b>912.711</b> | <b>1.085.806</b> | <b>100</b>              | <b>100</b> | <b>1,95</b>         |

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991 e 2000

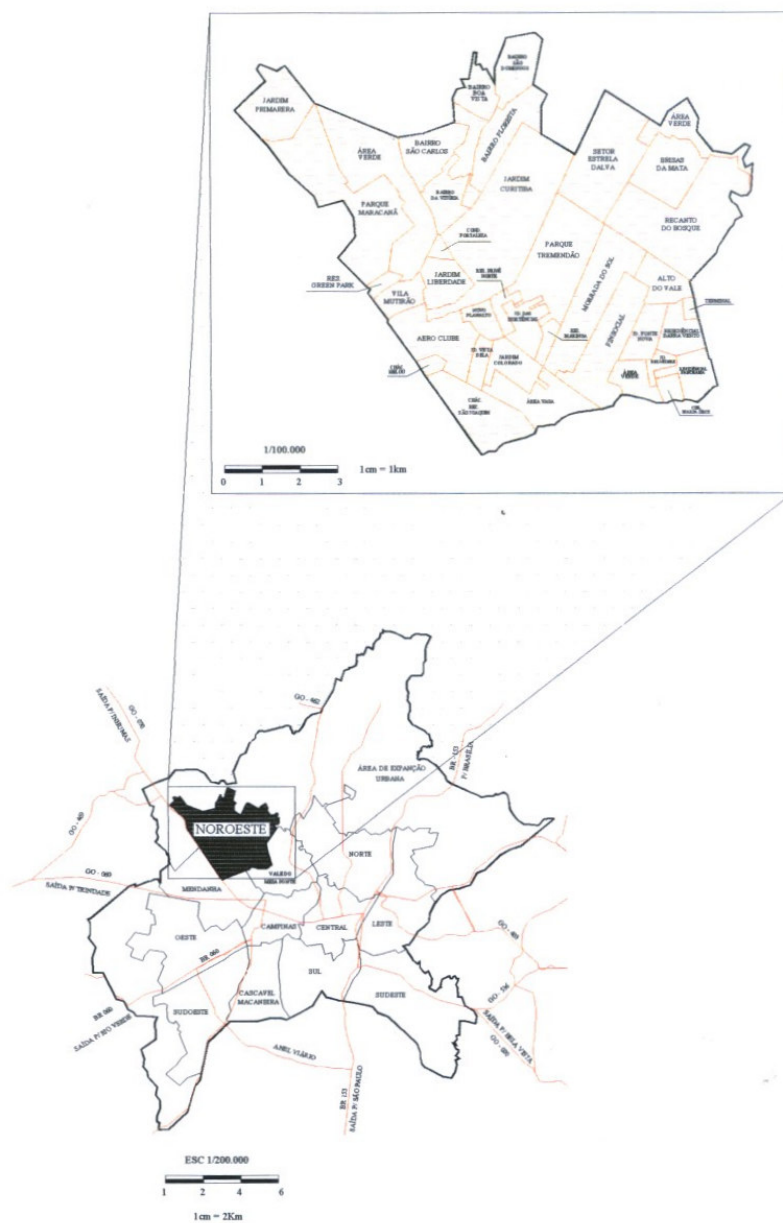
Elaboração: SEPLAM/DPSE/DVPE

Como podemos observar na tabela acima, a Região Noroeste, comparada com as demais, apresenta um dos maiores índices de crescimento demográfico do município de Goiânia: 9,02 %. O setor Oeste, considerado um bairro nobre e de formação recente, apresenta 4,25% de crescimento, a segunda taxa mais elevada de crescimento demográfico de Goiânia.

A Região Noroeste de Goiânia foi muito afetada por processos conflituosos, desde a sua gênese. Esse fato projetou-se em sua configuração socioespacial dando à região, atualmente, a “pecha” de um lugar de violência, ou a estatística de que ali “a bala corre solta e a droga invade os cérebros”.

Cabe estabelecer uma reflexão mais aprofundada do modo como a cidade de Goiânia chegou à atualidade. Pois, sem compreendermos a totalidade do espaço goianiense, não compreendemos a profundidade da violência na região Noroeste. Mapa 02.

MAPA 02: LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA - 2004



ORG.: SILVA, W. F./2004

FONTE: IBGE & SEPLAN - ADAPTADO/2004

## **1.1 – CIDADE E PERIFERIZAÇÃO: uma reflexão inicial**

Cresce, em todo o mundo, a preocupação teórico-metodológico com os estudos sobre a cidade. Há enormes justificativas de cunho empírico que explicam as razões de haver tantos congressos, grupos de estudos e de pesquisas, debates paradigmáticos, reuniões de setores gestores, seminários que colocam a cidade como tema principal.

Nunca em outro período da história da humanidade, houve a quantidade de cidades que se tem hoje, na mesma medida que nunca houve cidades e entornos com populações tão grandiosas e também cidades que possuem funções múltiplas, chegando ao nível de “cidades mundiais”, ao mesmo tempo em que as estatísticas da população urbana, em detrimento da rural, “explodem”.

Isso tudo nos leva a uma síntese: vivemos em um mundo urbanizado e, por isso, a cidade é objeto de estudo e de interesse de diferentes segmentos sociais. Cabe, ainda que no curto espaço deste capítulo, uma reflexão da cidade contemporânea.

Uma primeira observação é que a cidade é o cenário de constantes mutações. Novas configurações territoriais são postas em cena por uma série infindável de processos políticos, econômicos, sociais e simbólicos. A cidade constituiu-se num novo campo de poder, no qual se estabelecem novas formas de dominação, decorrentes das representações que dominantes e dominados fazem um do outro e de si mesmos. (PECHMAN, 1991: 132).

As cidades tornaram-se locais de deslocamentos humanos, aceitando, congregando e segregando pessoas de diferentes localidades. É assim que elas se constituem, desempenhando papel de morada e de serviços, perpetuando uma relação de reciprocidade, na qual o estabelecimento nas cidades se faz a partir das necessidades de seus habitantes.

Os centros urbanos, como um todo, sofrem transformações (sociais, políticas e econômicas) em âmbitos local, regional, nacional e/ou global. Estas transformações estão, também, associadas aos avanços técnico-científicos presentes no cotidiano urbano.

Além disso, a região urbana, através do meio técnico-científico, trouxe consigo diversos desejos, que acabam por agravar a segregação, de maneira que a violência explode por meio das relações de poder que disputam os territórios metropolitanos. O fato é que as relações humanas produzem e reproduzem novos espaços na cidade. Deve-se assinalar que, hoje, quando se profere a palavra sociedade, quase sempre se entende a palavra cidade.

Por outro lado, as cidades também possuem características marcantes, intrínsecas ao capitalismo, que determinam como serão sua integração, articulação e/ou fragmentação na relação com outros centros urbanos e/ou periféricos. Assim, Corrêa (2000: 11) diz que:

O espaço urbano capitalista - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é o produto social resultado de ações acumuladas através do tempo e engendrados por agentes que produzem e consomem espaço.

O espaço urbano na sociedade capitalista, é, pois, o *locus*, por excelência, de exercício do poder. Trata-se, portanto, de um espaço historicamente definido em função das relações sociais que o moldam. Este espaço urbano, com a inserção de novas tecnologias, permitiu modernizar diversos campos de trabalho e, também, ensejou um cotidiano vigiado, filmado, imageado e visto quase como um filme ininterrupto.

Tal modernização produz conseqüências profundas no mercado de trabalho, visto que a “substituição” da mão-de-obra humana pela introdução de novas tecnologias, agravou diferentes problemas, como o desemprego, a falta de moradia e principalmente a marginalização da população economicamente ativa que, diante desses avanços, não possui qualificações compatíveis com as novas exigências do mercado de trabalho, principalmente nos grandes centros urbanos.

O resultado disso é a periferização da população, a crescente marginalização, o descaso público e a sua dificuldade em manter uma política pública democrática nas cidades, além do temor psicológico gerado pela insegurança, uma característica cada vez mais presente nas cidades.

No que refere à metrópole, isso é mais gritante, uma vez que ela tem a função de trazer o tempo do mundo para o lugar, e oferecer as variáveis do lugar para os setores hegemônicos do mundo. Dessa maneira, o seu espaço fragmenta-se e cunha uma sociodiversidade espacial que define, numa mesma cidade, tempos, ritmos, fluxos e movimentos diferenciados.

O próprio descontrole das variáveis que infundem e incidem na metrópole, coloca-a como um espaço complexo, pois ela passa a ser controlada pela reestruturação econômica da sociedade que a preside. Lipietz (1996: 11) diz que,

Do global ao local, da internacionalização à evolução urbana, existe certamente uma interação. Sabemos reconhecer, num piscar de olhos, por exemplo, uma “metrópole imperial” e uma “cidade colonial”. Mas nunca poderíamos acreditar que existisse qualquer força demiúgica de porte planetário, a “globalização”, nova Besta do Apocalipse, que determinaria completamente as formas urbanas. Pelo contrário, é o comportamento de reestruturação produtiva de uma sociedade local, seus conflitos, seus compromissos, seus coletivos, que determinam a possível inserção num mundo globalizado. E esses compromissos cristalizam-se nas formas urbanas, ao mesmo tempo conseqüência e condição das formas de reestruturação produtiva.

De acordo com as palavras de Lipietz, a forma urbana – e também o regime de fluxo da metrópole –, existem para contemplar a reestruturação produtiva do capitalismo. Falando de outra maneira, poder-se-ia dizer: o espaço metropolitano é a excelência do capitalismo globalizado, apresentando, nas suas paisagens, inclusive, o que é mais contraditório, terrível, violento.

É por isso que a forma urbana metropolitana se altera com rapidez. Vê-se, por exemplo, que o meio-técnico científico informacional refaz o modo de comunicação, o transporte, o cotidiano e também a subjetividade da população metropolitana.

De fato, a metrópole não é composta apenas de formas, objetos, fluxos, mas também de signos, símbolos e modos de vida, como desejos, imaginários, gírias, costumes e toda sorte de simbolização, ora ligada à mídia, ora ligada aos elementos da tradição. Sobre a metrópole, Ferrara (1997: 200) explica que,

De certa forma, a cidade dos nossos dias vive o impacto crescente dos veículos de comunicação e informação que, se de um lado são responsáveis por uma civilização que se globaliza pela possibilidade de criar e propagar a informação, minimizando tempos e diferenças, de outro transformam a vida urbana na imagem standard que unifica todos os espaços públicos e privados. Ao informar, os veículos de comunicação de massa transformam o particular em geral, a diferença no cenário homogêneo que globaliza todos os lugares que passam a viver sob a égide da metrópole internacional: o imaginário possível transforma-se na imagem possível transforma-se na imagem que corrige o particular indeterminado pelo comum e geral.

A autora certifica que a metrópole é um lugar de produção, disseminação e publicização de gostos e de costumes. E ela faz isso, apresentando o imaginário midiático como sendo um universal. Por isso, a metrópole é um lugar de aliciamento, de sedução, de

narcisismo, hedonismo, consumismo e de formação mental de indivíduos sempre em busca do “novo”.

Esse aspecto não está separado das suas condições materiais. Os gostos musicais, estéticos, as manias, ou mesmo os problemas como ansiedade, depressão, sentimento de inutilidade da juventude, são produtos desse modo subjetivador em que a metrópole exerce papel principal e é o produtor de relações sociais e simbólicas, além das drogas, da formação de gangues, dos grupos beligerantes etc.

Seguem alguns tópicos que sintetizam e expressam as principais características da metrópole contemporânea, especificamente as do “mundo subdesenvolvido”:

- São lugares da inovação tecnológica e também das extremas desigualdades sociais;
- São espaços de adensamento demográfico que invadem o entorno;
- Geralmente, o seu meio ambiente urbano está profundamente degradado com inundação, poluição dos leitos de água, excesso de lixo jogados nos leitos, erosões etc.
- Dão guarida a uma multiplicidade de sujeitos de diferentes identidades sociais;
- Seu espaço intraurbano é marcado pela sociodiversidade social;
- Possuem níveis de crescimento urbano horizontal e vertical difíceis de serem controlados;
- Possuem ritmos de fluxos diferenciados na ordem temporal de lugares e momentos;
- Apresentam tipos e índices alarmantes de violência social;

- São lugares de produção do desejo, de disseminação de gostos, de criação de imaginários e ideologias;
- Servem para a resistência e para processos de reinvenção de atitudes comportamentais, políticas e de valores etc.

Com base nessa síntese, cabe, agora, analisar como a metrópole goianiense se estruturou.

## 1.2 - A EVOLUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE GOIÂNIA

A fundação da cidade de Goiânia em 1933, construída para ser a nova sede administrativa do estado de Goiás, sinaliza para novos tempos de crescimento econômico e populacional; foi planejada para comportar 50 mil habitantes. Em 2000, segundo o Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a capital chegou a 1.093.007 habitantes superando, em muito, as expectativas populacionais de seus idealizadores. (Cf. Fig. 01)

Figura 01: Avenida Goiás e ao fundo o Palácio das Esmeraldas-1942



Fonte: Prefeitura de Goiânia - 2003  
Org. Jesus Júnior, R. S. – 2003

Na figura 01, vê-se a construção da cidade de Goiânia, tendo a Av. Goiás como principal avenida e, ao fundo, o Palácio das Esmeraldas, que é o Centro Administrativo do Estado de Goiás. Na figura 02, pode-se ver o Centro Administrativo no atual espaço urbano de Goiânia, onde vemos as diversas transformações na arquitetura e paisagem.

Figura 02: Palácio das Esmeraldas na Praça Cívica – 2001



Fonte: Prefeitura de Goiânia – 2001  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. – 2003

A transferência da sede administrativa de Goiás Velho para Goiânia está relacionada a duas questões intrinsecamente ligadas à constituição da nova cidade: a primeira de ordem política e a outra de ordem econômica. Como relata Moysés (1996: 16-17):

A de ordem política estava relacionada com a perspectiva de destronar uma oligarquia familiar que se mantinha no poder há muitos anos. Tratava-se da família Caiado, cuja dominação política no Estado não permitia que outras forças políticas emergissem. Essa postura adotada pela oligarquia dos Caiado, em Goiás, estava sintonizada com o domínio da burguesia agro-exportadora a nível nacional.

A outra, segundo Moysés (1996: 16-17), isto é,

Ordem econômica, dizia respeito ao poderio econômico da região sudoeste do Estado, vista à época como a região mais rica, portanto responsável por grande parte das receitas geradas. Entretanto, apesar de possuir o poder econômico essa região não dispunha do poder político, estando submetida ao domínio político dos Caiado. Todo o processo de mudança, no início dos anos 30, vai ocorrer na expectativa de se reverter esse contexto.

Há outras justificativas que fazem parte do universo político e econômico como ressalta o referido autor (1996: 18):

As justificativas para que a capital do Estado fosse transferida de Vila Boa remontam a um passado distante. Dentre as várias justificativas apresentadas por todos aqueles que trabalhavam com a hipótese da mudança, as que mais chamavam a atenção eram as de ordem climática, geográfica, de carência no atendimento à saúde e de dificuldades de comunicações.

Mas, o interesse maior estava no acesso de outras oligarquias - como os Ludovico Teixeira, família tradicional da região Sul do estado de Goiás que visava dominar a economia agro-exportadora a nível nacional, que estava consolidada com a família Caiado na região Sudoeste de Goiás que era e ainda continua sendo a região mais rica de Goiás e isso representava um domínio político e econômico sobre as demais famílias que estavam buscando sua consolidação e posteriormente o poder político com o surgimento da nova capital, o que representaria uma acumulação de capital, o que levaria a inserção da

economia goiana a nível nacional - ao poder político e econômico, em um novo centro urbano, visando o acúmulo de capitais e riquezas.

Nesse contexto, surge, como interventor, Pedro Ludovico Teixeira, que assume a missão de criar a nova capital, dando-lhe contornos arquitetônicos e urbanísticos. Goiânia evolui de um espaço meramente agrário a um pólo de desenvolvimento econômico e terciário, primeiro em nível regional, depois, em nível nacional. Moraes (1996) distingue cinco fases, na evolução do espaço urbano goiano.

A primeira fase abrange o período de 1933 a 1950, envolvendo a construção da Capital e a criação de um centro de decisões político-administrativo. Essa fase é marcada pelo controle público da cidade, embora houvesse conflitos originários promovidos pelos que viam a cidade como um eldorado e pelo governo local, que queria manter os signos do seu plano.

A segunda fase envolve o período de 1950 a 1964; é a fase da ampliação do espaço urbano goiano. É um período marcante da evolução urbana de Goiânia; grande parte dos parcelamentos urbanos da capital se implantaram neste período. Aqui, o plano já começa a ser desconstruído, e a cidade passa a desempenhar outras funções, especialmente a de suprir as necessidades de uma modernização do campo.

A terceira fase se estende de 1964 a 1975. Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia (PDIG) - 2000, é a fase de concentração de lugares no espaço urbano. É o período de consolidação de Goiânia como pólo de desenvolvimento regional. Vê-se, aqui, a força das mudanças ocorridas pela modernização das áreas de cerrado, transformando as formas da cidade, suas funções e as suas relações no contexto nacional.

A quarta fase abrange o período de 1975 até 1992. É a fase da expansão do espaço urbano da capital, ou melhor da região metropolitana, nos municípios vizinhos (a conurbação), de elevação da concentração da renda, da concentração geográfica de edifícios de apartamentos, da crise econômica dos anos 1980 e 1990 e do início da proliferação das áreas de posses, loteamentos clandestinos e dos condomínios fechados.

A quinta fase vai do início de 1993 e se estende até os nossos dias. Esta fase é caracterizada, na primeira metade da década de 1990, por alguns marcos principais em relação ao uso e ocupação do solo, como a edição da lei de zoneamento, a política de moradia do governo municipal com a criação do Projeto Goiânia Viva, o Programa Morada Viva, e a implantação de um Banco de lotes da Prefeitura, através de parcelamento desenvolvido na Região Noroeste.

Essas fases, ainda que passíveis de discussão, contribuem para averiguarmos o modo como a cidade evolui espacialmente no tempo. Percebe-se que a sua mudança é concomitante às mudanças da economia do estado de Goiás. Ainda pode ser acrescentado que, além da sua expansão e do modo como organiza o seu poder, em cada uma dessas fases, um novo tipo de relações sociais surge.

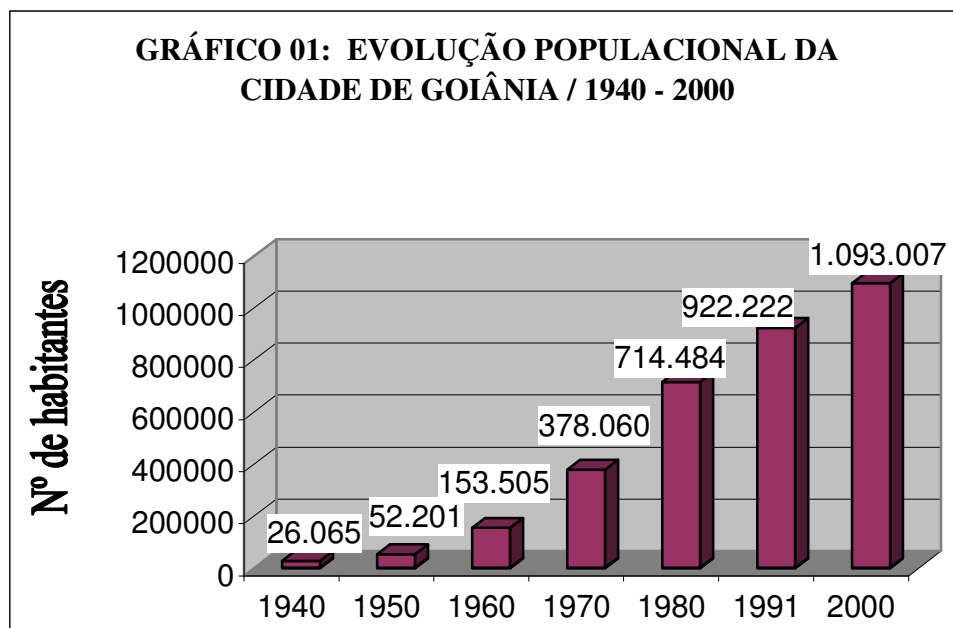
Nessa última fase, que interessa diretamente a nossa pesquisa, Goiânia é uma metrópole cheia de problemas sociais, que luta pelo *marketing* urbano montando uma imagem de cidade ecológica, de cidade das flores, de cidade de boa infra-estrutura médica e educativa, mas não deixa de apresentar, pelo viés da violência, os desdobramentos dos seus conflitos e de suas desigualdades. Vejamos, a seguir, elementos de sua estrutura e paisagem.

### **1.3 – REGIÃO METROPOLITANA E PERIFERIZAÇÃO DE GOIÂNIA**

Ao analisar a estrutura de uma cidade, é conveniente apresentar dados e informações alusivas ao conteúdo que estabelece o seu peso no espaço em que está localizada. Assim, Arrais (2004: 101) discorre:

Goiânia é o município mais populoso da Região Centro-Oeste do Brasil, com mais de um milhão e cem mil pessoas. Seu destaque no cenário goiano pode ser resumido nos seguintes números, segundo a revista Economia e Desenvolvimento (2003): 28,95% do PIB de Goiás, em 2000, provinha de Goiânia; 22,8% dos eleitores de todo o estado em 2003 tinham Goiânia como domicílio eleitoral; 38,3% dos estabelecimentos industriais e 34,1% dos estabelecimentos de comércio, em 2002 encontravam-se em Goiânia. O peso de Goiânia fica mais evidente quando consideramos sua Região Metropolitana, formada por onze municípios, com uma população superior a 32% da população de Goiás, em menos de 2% da área total do estado.

Os dados apresentados revelam não apenas o peso de Goiânia relativo à Goiás e à Região Centro-oeste, mas ao Estado brasileiro. Analisemos, de início, a sua evolução populacional, interpretando o gráfico 01:



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/ 2004  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S.-2004

A interpretação da evolução populacional de Goiânia, correlata às mudanças socioespaciais do Estado de Goiás, nos permite compreender alguns desdobramentos importantes para a elucidação do nosso problema de pesquisa.

Primeiramente, percebe-se que a consolidação da modernização conservadora no campo foi a responsável pelas grandes mudanças demográficas da capital do Estado de Goiás. Observando o período de 1960 a 1980, nota-se que é nesse intervalo que a cidade “explode”; em 1960, era apenas uma pequena cidade com menos de 200.000 habitantes e, em 1980, é uma metrópole com praticamente 800.000 habitantes.

Esse salto demográfico provocou grande impacto na paisagem da cidade. Arrais (2004: 108-109) elucida que:

Esse intenso processo de crescimento demográfico foi acompanhado da modernização das estruturas produtivas e dos meios de consumo no estado de Goiás, que se concentraram, especialmente, em Goiânia. É inegável que Goiânia foi favorecida pelo peso político próprio de uma capital do estado, fator que canalizou recursos desde a sua origem.

A análise do autor corrobora o que estamos certificando: à medida que o estado de Goiás assume um posto importante, Goiânia se estrutura para atender as demandas dessa economia. Além disso, o estilo de funcionamento da modernização seletiva, especialmente a proletarianização do campesinato, motiva uma migração rural-urbana, cujo destino é a capital do Estado.

Isso, além de impactar a estrutura demográfica da cidade, estruturou a sua especificidade: uma metrópole impulsionada pela agricultura. Chaveiro (2001: 39) analisa esse processo nos seguintes termos:

Mas a raiz da cultura goiana, os desdobramentos de antigos hábitos no modo de vida goiano não se erradicam por inteiro. A estrutura moderna e urbana convive e entra em conflitos com os signos da tradição, subverte-os, alicia-os, mesclam-se a eles. De uma certa maneira, a fazenda goiana se encontra presente com a empresa rural moderna, o telefone celular convive com o chapéu, a antena parabólica e a internet estão junto às pescarias; a carroça e, inclusive, o carro-de-boi podem estar num mesmo espaço do vectra e do BMW, o pit-dog junto a pamonha, o piqui com o caviar. Isso é mais nítido na organização do espaço de Goiânia. Ou então na forma com que ele se adere ao novo padrão territorial de Goiás e do país.

Como se vê nas palavras desse autor, Goiânia se tornou uma metrópole mesclando elementos da cultura camponesa aos elementos da cultura urbana. Essa mesclagem gera a sua especificidade.

Ao analisar a evolução demográfica de 1980 a 2000, vemos que o crescimento continua, pois a cidade, que tinha em torno de 800.000 habitantes, passa a contar com mais

de um milhão em 2000. Essa evolução não tão drástica como no período anterior, já revela uma cidade cumpridora das funções terciárias, não apenas voltadas ao território goiano, mas à região Centro-Oeste. Isso implicou num redimensionamento interno da cidade.

Desde então, ela passou a receber migrantes inter-regionais, pois a economia goiana e a do Centro-Oeste, como um todo, tinha um novo peso no padrão territorial do país, culminando com o fenômeno da desmetropolização do eixo sudeste do Estado brasileiro, da desconcentração industrial e com o novo formato do uso e da ocupação do território. O fenômeno de desmetropolização ocorre devido a diversos itens, como a violência, a “agitação”, “correria”, o estresse que levam as pessoas a se afastarem dos centros urbanos. Além disso, presenciamos a desconcentração industrial na região sudeste devido principalmente à nova política adotada por outros Estados, como a política fiscal que isenta empresas e indústrias de impostos, acarretando seu deslocamento para outras regiões do Brasil, o que induz a uma nova forma de ocupação do território brasileiro.

Essa situação criou uma mistura de símbolos, identidades e ações, dando à cidade uma situação de polifonia extravagante. Mas, mais importante que isso, é o fato de que a aglutinação de tantas identidades sociais num mesmo espaço, cria, também, muitos conflitos de diferentes ordens.

Se antes a cidade era estruturada pela convergência e pelo conflito entre signos da tradição rural de Goiás e do urbano, na medida em que a realidade da economia de Goiás se universaliza e se coloca como objeto de desejo da economia global, esses signos mudam as paisagens e a face dos seus lugares e dos sujeitos que aqui vivem. Chaveiro (2001: 77), ao defender que a metrópole goianiense vive um período de travessia, mostra como esses

elementos reconfiguram o espaço da cidade, adiantando-a além dos seus próprios limites e colocando-a conurbada com outros municípios. Afirma:

Os loteamentos distantes dos sítios originais dos municípios da região e mais distantes do centro e dos subcentros de Goiânia, criam um ônus na infra-estrutura. Esse ônus é, inteligentemente, semantizado na ironia humorada dos habitantes do local, como o “*NEM*” – nem Goiânia, nem seus municípios. Os “*NEMs*” são desenhos espaciais da ambigüidade: muitos bairros perdidos nos matagais, entre pequenas lavouras de milho ou pequenas pastagens, ladeando pequenos córregos e fluindo por trilhas ziguezagueantes, feitas na intenção de diminuir tempo e constituir os “*atalhamentos*”, muitos cercados de montes de lixo, ou então, rarefeitos, enviesados, em paralelo às ruas mal traçadas, cheias de pilões de terras, carcomidos pela chuva, ravinados às margens em função da pequena compactação do latossolo vermelho, de alto teor de ferro, atingidas pelo peso dos poucos veículos que ali circulam, tornam-se palco também de “*NEMs*”. “*NEMs*” que não gostariam de estar ali, fundados na discrepância, rogados pela cesta que nutre a sua fome, se vêem perdidos, na sua identidade e aturdidos quanto ao seu futuro.

Como observamos nas palavras do autor, a estrutura socioespacial adentra as paisagens da cidade, cria uma espécie de caos, embora ordenado por suas funções e, ao mudar o espaço, coloca a vida dos cidadãos frente a esta espacialidade. Especialmente nesse período, outro fenômeno de caráter universal se coloca na estrutura da cidade: o chamado entorno que, posteriormente, foi transformado em Região Metropolitana, atingiu crescimento maior que o da própria capital.

Percebe-se que, no período de 1991-1996, a maioria dos municípios que compõem o entorno, cresceu mais que Goiânia, o mesmo ocorrendo de 1996-2000, em que se vê que Santo Antônio de Goiás com 6,2%, Aparecida de Goiânia com 6,0%, Senador Canedo com 4,6% e Trindade com 3,9% apresentaram crescimento maior que o da capital. Isso comprova que o processo de periferização da cidade foi vertiginoso, transmutando as camadas empobrecidas para uma periferia distante de suas principais centralidades. Observando a Tabela 02 abaixo:

**TABELA 02 – Região Metropolitana de Goiânia - 2000**

|                               | Área Km²  | Ano de Criação do Município | Município de Origem            | População (2000) | População Urbana (2000) | População Rural (2000) | Densidade Demográfica |
|-------------------------------|-----------|-----------------------------|--------------------------------|------------------|-------------------------|------------------------|-----------------------|
| Goiânia                       | 739,492   | 1935                        | Anápolis e Bela Vista de Goiás | 1.093,007        | 1.085,806               | 7.201                  | 1.527,09              |
| Trindade                      | 713,280   | 1943                        | Goiânia                        | 81.457           | 78.199                  | 3.258                  | 122,57                |
| Aragôiania                    | 218,755   | 1958                        | Goiânia                        | 6.424            | 4.262                   | 2.161                  | 31,05                 |
| Goianira                      | 200,402   | 1958                        | Goiânia                        | 18.719           | 18.064                  | 655                    | 101,61                |
| Aparecida de Goiânia          | 288,465   | 1963                        | Goiânia                        | 336.392          | 335.547                 | 845                    | 1.281,32              |
| Senador Canedo                | 244,745   | 1988                        | Goiânia                        | 53.105           | 50.442                  | 2.663                  | 242,08                |
| Abadia de Goiás               | 146,458   | 1995                        | Goiânia                        | 4.971            | 3.096                   | 1.875                  | 36,97                 |
| Nerópolis                     | 204,216   | 1948                        | Anápolis                       | 18.578           | 17.253                  | 1.325                  | 96,73                 |
| Goianápolis                   | 162,380   | 1958                        | Anápolis                       | 10.671           | 9.805                   | 866                    | 70,17                 |
| Santo Antônio de Goiás        | 132,803   | 1990                        | Goianira                       | 3.106            | 2.564                   | 542                    | 25,16                 |
| Hidrolândia                   | 944,238   | 1948                        | Piracanjuba                    | 13.086           | 7.836                   | 5.250                  | 14,49                 |
| Total da Região Metropolitana | 3.995,234 | -                           | -                              | 1.639.516        | 1.612.874               | 26.642                 | 432,09                |

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento - Seplan (Economia & Desenvolvimento, 1996, 2003)  
 Org. JESUS JÚNIOR, R. S. (2004).

Verificamos alguns elementos importantes: a população da Região Metropolitana de Goiânia atinge a cifra de 1.639.516 habitantes; desses apenas 26.642 habitantes estão localizados na zona rural, o que a caracteriza como uma bacia urbana fortemente adensada. Em termos de infraestrutura social como escolaridade, emprego, manutenção do saneamento e outros aspectos, essa situação de adensamento, quase que absoluto, gera um custo elevadíssimo, pois o desequilíbrio da ocupação do território tende a comprometer o desempenho das funções urbanas.

Os inúmeros problemas de Goiânia podem ser resumidos como segue:

- a) – A recriação da periferia de maneira constante e esparsa pelo espaço, acusa um território marcado pela presença, cada vez maior, de pessoas empobrecidas.
- b) - A abrangência territorial da ocupação urbana cruzando diferentes municípios, dificulta a definição das prioridades nas áreas expandidas.
- c) – Aumenta a pressão por novos loteamentos baratos, ou para assentamentos públicos, ou mesmo a disseminação de novos processos de ocupação.
- d) – Uma diferenciação brutal da paisagem metropolitana: áreas adensadas e contíguas e áreas rarefeitas e esparsas.
- e) – Mistura entre áreas urbanas e rurais numa mesma faixa territorial.
- f) – Distância física de locais de trabalho e distância social de acesso aos bens públicos culturais e simbólicos.
- g) – Os homicídios, furtos e roubos a pessoa e ao patrimônio como fato gerador de violência.

Essa síntese explica porque a situação social da metrópole e o seu entorno, desembocam numa estrutura espacial conflituosa, desigual e contraditória. Nesse sentido, a estruturação dos seus bairros, setores, vilas ou regiões, é definida pela diferenciação da renda. Ela – a renda – é o maior indicador de como as condições sociais dos habitantes se travestem em condições espaciais de moradia. Consideremos o total da população e suas faixas de renda. Cf. Tabela 02 e Mapa 03.

Ao analisarmos os dados dessa tabela, verificamos que a região de Goiânia que possui uma média de renda menor, é a Região Noroeste, onde, no nível de meio a três salários mínimos, tem-se 70,50% da população. Observando a sua população, que é de 110.839 habitantes, verificamos que essa região urbana se constitui, de fato, num bolsão de pobreza da metrópole goianiense.

Contrastando com o nível da renda da região Noroeste, estão posicionadas a Central e a Sul. Enquanto que a primeira apresenta 17% da população com uma média de renda de 20 salários mínimos, e a segunda tem 15,90% da população nessa mesma faixa salarial, a Região Noroeste apresenta apenas 0,20%.

Ora, vê-se, estampado nesse contraste, a desigualdade social espacializada: de um lado, os setores mais antigos e centralizados, portando rendas altíssimas e, de outro lado, a periferia com rendas baixíssimas. Outro aspecto a ser analisado é que duas regiões vizinhas da Noroeste, a Mendanha e a Oeste possuem, também, um altíssimo índice de baixa renda: enquanto que a Mendanha apresenta 60,40% na faixa de meio a três salários mínimos, a Oeste apresenta, nessa mesma faixa, 56,90% da população.

A contigüidade espacial da pobreza irradia a cartografia da periferia. Da mesma maneira, a região central e sul, contíguas no espaço, e distantes da Noroeste, Oeste e

Mendanha, são os lugares de maior crescimento vertical. E ainda: é nelas que estão localizados os *shoppings*, os teatros, os cinemas, os restaurantes de primeira qualidade, a maioria dos parques públicos e as áreas de lazer.

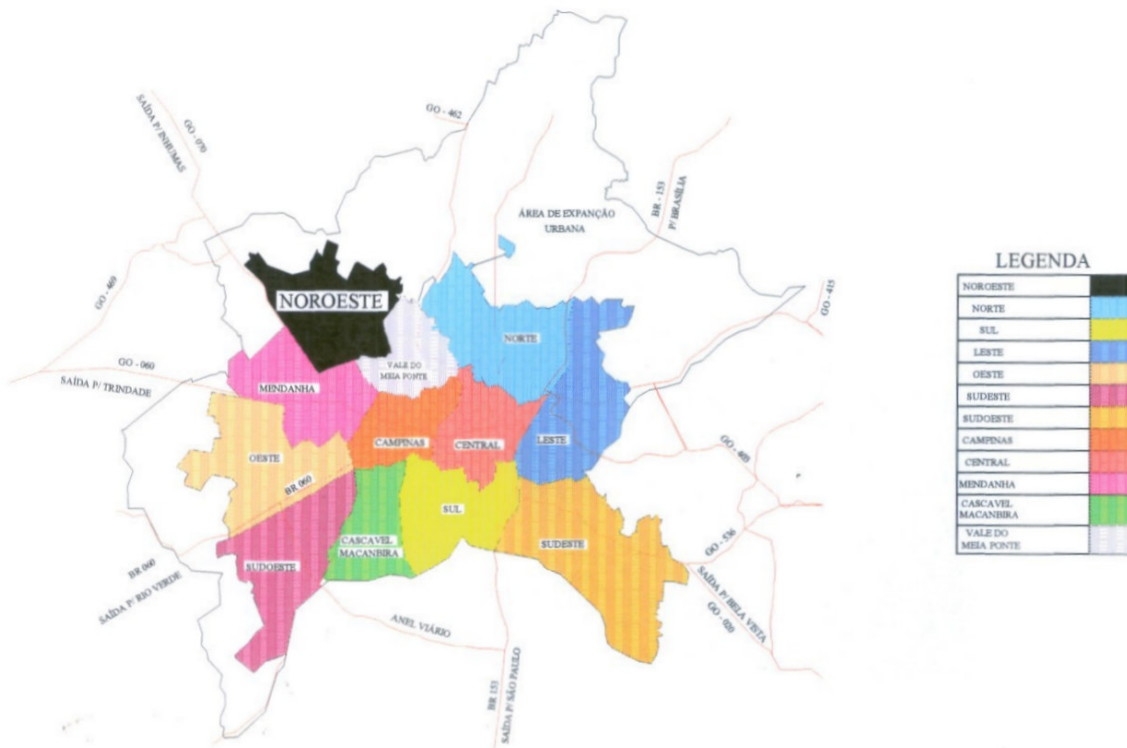
---

**Tabela 03 – População e Faixa de Renda Média, em Salários Mínimos, por Região de Goiânia – 2000**

| Regiões            | População Total | ½ a 3 SM (%) | 3 a 5 SM (%) | 5 a 10 SM (%) | 10 a 15 SM (%) | 15 a 20 SM (%) | 20 SM Acima (%) |
|--------------------|-----------------|--------------|--------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|
| Central            | 145.964         | 24,70        | 12,90        | 22,20         | 8,90           | 8,90           | 17,00           |
| Sul                | 168.749         | 29,10        | 12,40        | 19,80         | 8,40           | 8,40           | 15,90           |
| Sudoeste           | 144.184         | 45,40        | 17,80        | 18,70         | 3,20           | 3,20           | 3,30            |
| Oeste              | 69.391          | 56,90        | 18,60        | 13,40         | 1,00           | 1,00           | 0,90            |
| Mendanha           | 55.787          | 60,40        | 17,60        | 11,30         | 0,80           | 0,80           | 0,50            |
| Noroeste           | 110.839         | 70,50        | 13,40        | 5,40          | 0,20           | 0,20           | 0,20            |
| Vale do Meia Ponte | 51.611          | 46,10        | 20,00        | 19,80         | 2,20           | 2,20           | 2,10            |
| Norte              | 63.072          | 41,90        | 16,80        | 20,37         | 1,00           | 4,00           | 5,00            |
| Leste              | 106.713         | 56,80        | 16,70        | 13,90         | 1,40           | 1,40           | 1,50            |
| Campinas           | 122.859         | 42,60        | 18,40        | 20,80         | 3,60           | 3,60           | 3,60            |
| Sudeste            | 43.699          | 43,80        | 18,20        | 20,50         | 3,60           | 3,60           | 3,30            |

Fonte: Prefeitura de Goiânia – 2004  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. (2004).

### MAPA 03: A REGIONALIZAÇÃO DE GOIÂNIA



ESCALA: 1:500.000

ORG.: SILVA,W.F./2005

FONTE: SEPLAN - ADAPTADO/2005

Dessa maneira, a diferença de renda penetra o espaço como segregador de acesso aos bens culturais e simbólicos. Além disso, revela em cores, formas, contornos, dimensões e cheiros, a desigualdade social da população, estampada na paisagem. Podemos constatar isso observando as figuras 03 e 04, abaixo:

Figura 03: Parque dos Buritis na Região Central da Cidade



Fonte: Prefeitura de Goiânia  
ORG. SANTANA, Antonieta. -2004

Figura 04: Praça no Setor Bueno em Goiânia



Fonte: Prefeitura de Goiânia  
Org. SANTANA, Antonieta. -2004

Observando as paisagens apresentadas nas figuras 3 e 4, vemos que o parque posicionado na região central da cidade, estimula signos da alta renda, como os edifícios sofisticados, o zelo da limpeza e da higiene etc. O mesmo ocorre com a Praça do Setor Bueno, na figura subsequente.

A paisagem dessa importante praça do Setor Bueno, tido como o bairro de maior média de renda na região Sul de Goiânia, mostra a alta concentração vertical em direção ao centro da cidade, ao mesmo tempo em que apresenta jardins muito bem cuidados, enquanto que a paisagem da região Noroeste certifica, na sua forma, o que analisamos na tabela da renda. Isso fica explícito na figura 05, onde presenciamos a precariedade social, de sorte que a população aparece como a principal poluidora dos locais onde vive, e como os órgãos

públicos destratam a paisagem urbana, isto é, a tratam de acordo com o poder aquisitivo de seus moradores.

Figura 05: Infraestrutura da Região Noroeste de Goiânia



Fonte: Trabalho de Campo – 2004  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. - 2004

Contrastando com as paisagens da região sul e central, aqui as ruas não possuem capeamento asfáltico, as casas são de porte muito inferior na estrutura física, vê-se a presença de fossas sépticas próximas às casas, e lixo nas beiradas das ruas que, certamente, com o vento e a chuva, descem para os terreiros das moradias.

A situação vista nessa paisagem, certifica um dos grandes motes do pensamento geográfico advindo do paradigma socioespacial, especialmente em Milton Santos (1978; 1988; 1997), segundo o qual o espaço é uma categoria da práxis existencial. Não há vida sem ligar-se a ele; por sua vez, essa ligação é mediada pelo conteúdo social dos sujeitos.

Nesse caso específico, a desigualdade de renda culmina com uma desigualdade na qualidade de vida. Cf. Fig. 06

Figura 06: O esgoto “a céu aberto” na Região Noroeste de Goiânia



Fonte: Trabalho de Campo – 2004  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. - 2004

Observando esta paisagem, fica evidenciada a diferença do tratamento, por parte das políticas públicas, relativamente às regiões Central e Sul. Aqui o esgoto a céu aberto invade o meio da rua, levando consigo a cor do sabão e criando na via um sulco. Observa-se que esse “descaso” casa-se com a cisterna bem ao lado. O ambiente periférico dá mostra que os empobrecidos são compelidos a viverem num lugar de riscos à saúde.

A comparação de duas paisagens de regiões antagônicas da metrópole goianiense, com base na relação entre renda e distribuição da população no espaço, nos permitem compreender como a cidade capitalista contemporânea, especialmente a metrópole, torna-se um espaço de segregação.

A nosso ver, não se pode analisar a estrutura socioespacial de Goiânia sem levar em consideração as mudanças na economia do estado de Goiás. Essas mudanças atingem o espaço da cidade: tanto as políticas territoriais engendradas no século XX quanto à consolidação da modernização conservadora no campo, e a inserção desigual do território goiano na economia global, geraram uma cidade que apresenta paisagens díspares e desiguais.

Mostramos que essa desigualdade é produto das contradições sociais, cujo indicador crucial é a diferença de renda da população; seu desdobramento espacial é a segregação urbana. A região Noroeste confirma isso: maior bolsão de pobreza, sintetiza os elementos pejorativos de uma metrópole segregadora. No próximo capítulo, discutiremos uma consequência fundamental desse aspecto: a violência criminal, fruto de sujeitos violentados, sobretudo na Região Noroeste de Goiânia.

## **CAPÍTULO II**

### **GOIÂNIA EM CONFLITO: Periferia e violência urbana**

Urbanisticamente, a característica-padrão das periferias expressa uma baixa densidade de ocupação do solo e uma alta velocidade de expansão para áreas novas e mais longínquoas. Um aumento de distância que eleva os custos sociais da urbanização, comprometendo a eficiência das administrações públicas e criando regiões onde os problemas da cidade se avolumam.

Moura e Ultramari, 1996.

No capítulo anterior, esboçamos as bases e os fundamentos que nortearam a evolução, a estruturação e a construção das paisagens de Goiânia, apresentando as variáveis e os fatos que transformaram a cidade numa metrópole regional tendo como principal missão integrar Goiás à economia brasileira.

Nesse capítulo, esboçaremos uma interpretação do elo entre periferia e violência. Ainda que uma teoria geográfica da violência não esteja claramente proclamada, nas últimas décadas, o pensamento geográfico construiu um manancial teórico, metodológico e de pressupostos que podem, de fato, permitir que se estabeleça uma interpretação da violência sob a visão desta disciplina científica.

É notório que a violência se concretiza no espaço, rural, urbano, em cidades pequenas, metrópoles, zonas conurbadas, periferia, novos centros etc. e tende a se diferenciar conforme a escala do espaço geográfico. Há metrópoles em que a violência ocorre com a força do narcotráfico; há outras em que a presença maior é dos furtos, dos homicídios, dos seqüestros. Há cidades pequenas nas quais a violência maior ocorre no plano simbólico e político.

Mesmo no interior da metrópole, há lugares que se constituem como “territorialidade do crime”, ou “territorialidade da violência”. Isso quer dizer que o espaço, estruturado pelos elementos que o compõem, ao entranhar a vida social de um tempo, apresenta maiores ou menores condições para que a violência ocorra. Beato Filho (2004: 359) esclarece isso:

Muitas pessoas gostam de se referir ao fenômeno da *explosão* da criminalidade em grandes centros urbanos. Mais correto seria falar de *implosão*, pois ela ocorre no interior das comunidades específicas das quais vítimas e agressores são originários e nas quais dividem o mesmo espaço.

Nas palavras do autor, não deve haver preconceito na apresentação de alguns espaços como sinônimos de violência, a exemplo dos periféricos; isso pode conduzir a erros conceituais. Muitas vezes, ou quase sempre, a origem da violência pode ter ocorrido em outros locais, ou mesmo nos espaços chamados nobres.

Dessa maneira, a relação violência e espaço não pode se furtar à totalidade social que a constitui. Ao mesmo tempo em que a violência se concretiza no espaço ou em lugares determinados, a sua causa pode ter referências históricas, como o colonialismo ou, ainda, ser produto da divisão internacional do trabalho e do jogo geopolítico mundial, em que aparece à força das instituições hegemônicas do mundo contemporâneo, como o mercado, a técnica, a ciência etc.

Cabe esclarecer que o processo de modernização do território, ou o que Santos (1997) chama de meio técnico científico-informacional, transformou profundamente a cidade, acelerando as desigualdades, os conflitos e as diferenças sociais. Além disso, fez com que as metrópoles se expandissem aceleradamente, reconstituindo a sua periferia.

Uma ideologia de culpabilização da periferia significa pensar que ela é sinônimo de pobreza, violência, medo e conflitos. Todavia, há outras conotações teóricas e metodológicas que, fora da ótica do preconceito, a vê a partir da riqueza de sua vida cotidiana, marcada por histórias, lutas e vitórias, muitas vezes esquecidas com o passar dos anos.

Pode-se dizer, então, que a relação direta entre violência e periferia metropolitana é um componente simbólico do imaginário urbano, constituído por figuras simbólicas que disputam o poder de construir imagens e ideologias do espaço.

Porém, como é comum na história das metrópoles brasileiras, a periferia é simbolicamente vista como “regiões onde os problemas da cidade se avolumam”. Como

afirmam Moura e Ultramari (1996), acima de tudo, são lugares desprovidos de qualquer infra-estrutura que possa garantir o mínimo de cidadania. Discorrendo sobre esse processo, Maricato (1996:55) diz que:

As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população imigrante e depois para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) se extinguiram. A exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança de guetos, ou imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada.

Compreender que a periferia urbana é produzida junto, ou motivada pelo processo de desigualdade social, permite que a análise que fazemos do espaço da região Noroeste saia da ideologia de que toda periferia é sinônimo de violência. Por outro lado, nos dá o sentido de complexidade da violência que ocorre nos meandros do espaço metropolitano goianiense.

## **2.1 – ESPACIALIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA**

Em conformidade com a caracterização espacial da Região Noroeste de Goiânia, que apresenta um traçado descontínuo, originado por ocupações que ocasionaram, dentre outros, ruas estreitas e sem saídas, proximidade com reservas ambientais, distância das novas centralidades que portam maiores índices de renda etc., cabe, agora, verificar que identidade periférica possui essa região.

Isso é pertinente e necessário porque, especialmente a partir da década de 1970, com a disseminação dos *shoppings* nas metrópoles e sua influência na ocupação do solo e, posteriormente, com a criação da moradia condominial e com as chácaras rururbanas, a idéia de periferia sofreu mudanças substanciais.

Desse modo, a periferia não pode ser mais definida apenas pelo critério de afastamento dos centros das cidades, uma vez que os próprios centros, nesse novo esquadramento urbano, se tornaram populares. Também a identidade periférica não pode ser constituída apenas pela concentração de moradias e uma população de baixa renda.

Afinal, encontram-se condomínios fechados, agrupados em algumas regiões periféricas e constituídos de uma população de classe alta e portadora dos maiores índices de renda das cidades.

Então, como definir a periferia?

Um aspecto a ser considerado é que o espaço da metrópole passa a ser disputado a partir do critério do valor. Essa disputa é permeada pelas condições de renda dos seus sujeitos. Dessa maneira, há uma diferenciação das periferias motivadas pela divisão social do trabalho. Uma periferia comporta os sujeitos de renda baixa; uma periferia nobre comporta sujeitos portadores de altas rendas. Gottdiener (1996:21-22) explica bem esse processo:

A competição por rendas de monopólio do solo urbano distorce o desenvolvimento racional das cidades porque é liderada por especuladores e não um planejamento urbano racional de acordo com necessidades sociais. Também, como o espaço é constantemente remodelado pela competição privada, os proprietários de comércios atravessam freqüentemente ciclos de altos e baixos. Esses ciclos não proporcionam o mesmo resultado que os economistas neoclássicos poderiam esperar da competição, isto é, uma estrutura de renda fundiária estável para o solo urbano no melhor preço possível. Ou melhor, esses altos e baixos conduzem ao desenvolvimento desigual onde o ambiente urbano é hiperavaliado num primeiro momento e deflacionado e depreciado como consequência do remanejamento constante do mercado imobiliário.

Como o autor pondera, o espaço é disputado e, nessa disputa, os interesses econômicos costumam ter primazia. Isso se constitui a partir de um “desenvolvimento desigual”.

Lemos (1996:148) explica o mecanismo que define as periferias:

A urbanização acelerada, pelas transformações acontecidas em especial nas áreas rurais, trouxe aos principais centros de recepção – as metrópoles – a oportunidade de dividir e lotear grandes glebas de terras agrárias dos arredores do centro que se denominou “periferias”. Enormes áreas suburbanas que são fracionadas para a localização desses milhões de novos habitantes urbanos que chegaram e necessitam de seu “locus” para residir. Intensificam-se as formas de autoconstrução da vivenda ao mesmo tempo que proliferam as “favelas”.

As periferias, então, se expandem de forma desigual – nesse caso, sem planejamento ou organização do poder público estadual – criando uma distorção em relação à “área core”. Isto decorre da especulação imobiliária, da intervenção de movimentos de luta pela casa própria, de processos de ocupação, ou mesmo de organização pública de assentamentos de moradia. Esses processos, com suas respectivas singularidades, é que transformam áreas antes não ocupadas em locais de expansão, tornando acessível (valores menores de mercado) a aquisição de lotes por parte da população de baixa renda.

Uma peculiaridade, em se tratando das regiões periféricas, está na alusão aos nomes “Jardim” e/ou “Vila”, inicialmente constituídas por um pequeno número de habitantes, e que hoje extrapolam seu contingente populacional, mas preservam o nome e são consideradas “Cidades-dormitório”.

A criação da periferia urbana pode ter diferentes causas, bem como ser agenciada por atores diferenciados: ora migrantes, ocupantes, movimentos sociais, ora a ação do poder público municipal ou estatal etc. Ainda que haja diferenciação nos fundamentos, a sua caracterização espacial tende a guardar similitudes em qualquer metrópole brasileira.

Mais do que isso, além dos condomínios fechados, fazem parte dessa similitude espacial as condições de classe e de renda de seus moradores. Paralelamente, na consecução da periferização de uma metrópole como Goiânia, tal como a temos interpretado, há a presença marcante das mudanças estruturais do Estado de Goiás.

Uma das variáveis que justifica a mudança estrutural do território goiano, é a sua evolução populacional, que teve grande “progressão” entre os anos de 1970 a 1980. O crescimento médio na década de 1970 foi de 6,54 %. Em 1940, Goiânia tinha um contingente populacional de 48.166 habitantes, dos quais 18.889 urbanos e 29.277 rurais, com um percentual de 5,85% de crescimento, contrastando com o ano de 2000, quando a

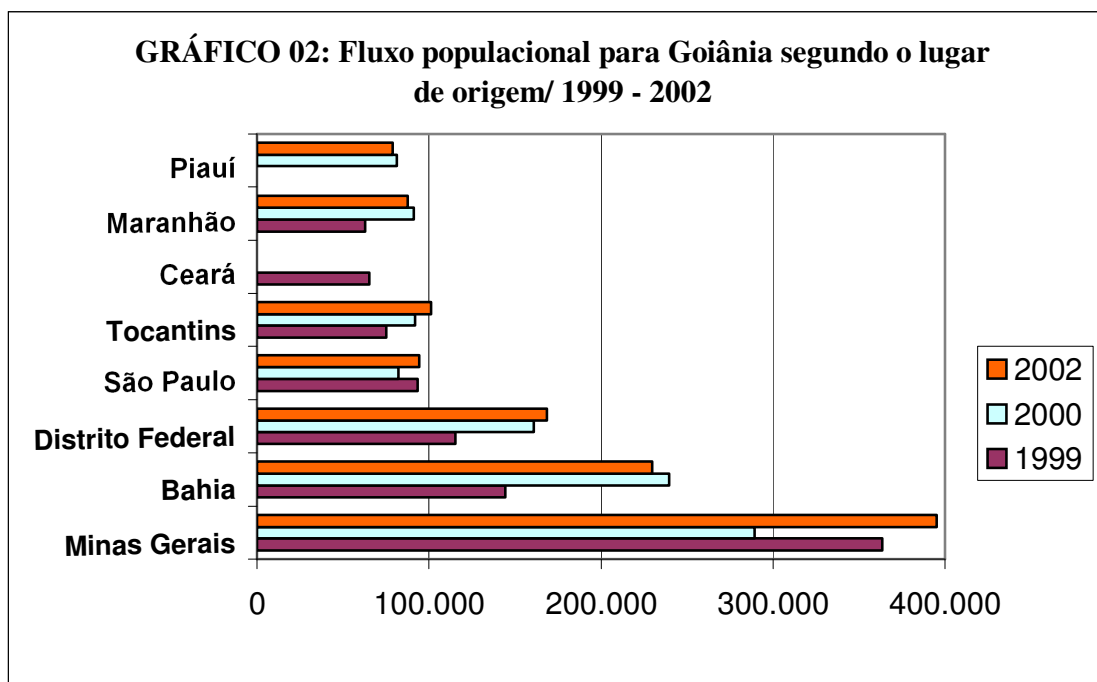
população era de 1.093.007 habitantes. Desses, 1.085.806 habitantes se encontravam na zona urbana e 7.201 habitantes na zona rural, com um percentual de crescimento mais baixo (2.20%). Cf. Tabela 04

**Tabela 04 – Evolução da População Rural e Urbana de Goiânia  
(1940-2000)**

| Anos | População |        |           | Crescimento Anual (%) |       |       | Taxa de Urbanização (%) |
|------|-----------|--------|-----------|-----------------------|-------|-------|-------------------------|
|      | Urbana    | Rural  | Total     | Urbana                | Rural | Total |                         |
| 1940 | 14.943    | 11.122 | 26.065    | -                     | -     | -     | 57,33                   |
| 1950 | 39.871    | 12.330 | 52.201    | 10,31                 | 1,04  | 7,19  | 76,38                   |
| 1960 | 133.462   | 20.043 | 153.505   | 12,84                 | 4,98  | 11,39 | 86,94                   |
| 1970 | 361.904   | 16.156 | 378.060   | 10,49                 | -2,13 | 9,43  | 95,73                   |
| 1980 | 702.858   | 11.626 | 714.484   | 6,86                  | -3,24 | 6,57  | 98,37                   |
| 1991 | 913.485   | 8.717  | 922.222   | 2,41                  | -2,56 | 2,35  | 99,05                   |
| 1996 | 995.409   | 6.349  | 1.001.756 | 1,75                  | -7,57 | 1,74  | 99,40                   |
| 2000 | 1.085.806 | 7.201  | 1.093.007 | 2,20                  | 3,20  | 2,20  | 99,34                   |

Fonte: SEPLAN-GO/ 2004  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. (2004).

Recentemente, foi feito um estudo do fluxo migratório para o Estado de Goiás. A maioria de migrantes procede do estado de Minas Gerais, seguido pela Bahia e Distrito Federal, as maiores unidades da Federação presentes em Goiânia, por número de migrantes com base no lugar de nascimento. Cf. Gráfico 02



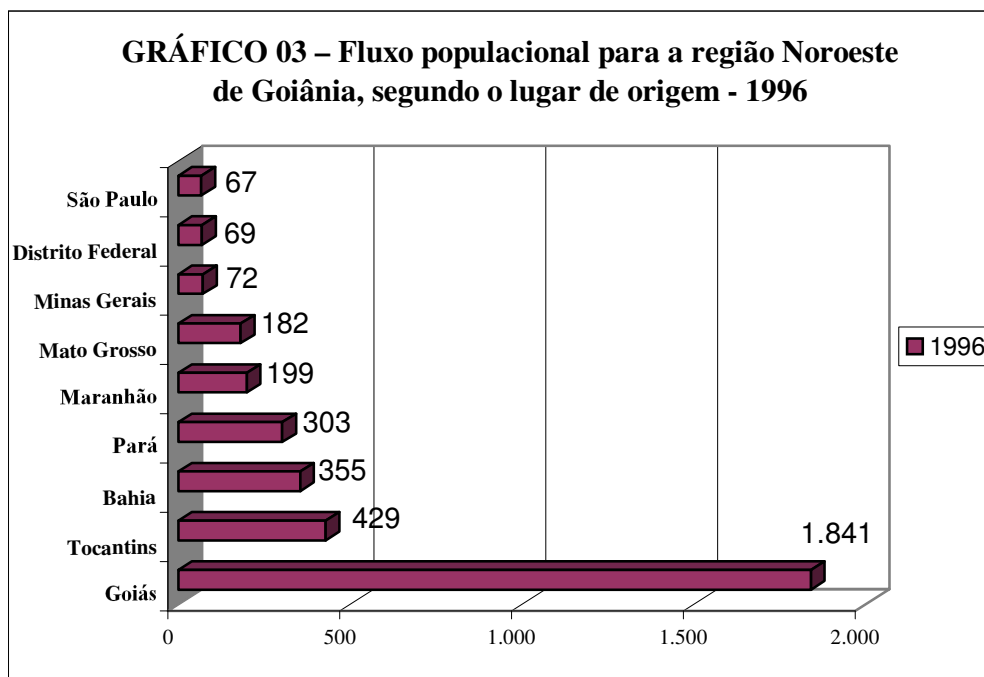
Fonte: Jornal O Popular; 28/ 06/ 2004 – Adaptado.  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. (2004)

Esta presença migrante no estado de Goiás acarretou e agravou o surgimento das periferias de Goiânia. Pode-se dizer que Goiânia é uma metrópole formada por migrantes. Dentre as periferias da metrópole goianiense, destaca-se a da Região Noroeste, que continua crescendo consideravelmente, comparada com as outras Regiões periféricas da capital goiana.

Souza (1995:83), avaliando o êxodo rural e o desafio urbano de Goiânia, observa que:

Os migrantes vinham de todas as partes do país, mas as maiores levaas eram provenientes de Minas Gerais, de São Paulo e do Nordeste. Nos anos de 70, em Goiânia a maioria dos migrantes intermunicipais continuou sendo originária de Minas Gerais (18,1 mil pessoas) e São Paulo (9,1 mil pessoas), sendo que 9,0 % oriundos de Belo Horizonte e 52,2 % da capital paulista. Mas tal processo teve avanço das populações interioranas do próprio Estado de Goiás. Grande parte, foi proveniente da expulsão direta ou indireta do campo [...]. Essa grande massa populacional, das zonas rurais e de pequenas cidades procurava Goiânia, em busca de maior realização pessoal principalmente conseguir emprego. Verificamos que em Goiânia, nessa década, chegaram também 2.553 imigrantes, um bom número quando podemos ver o Estado com uma economia bastante dependente de São Paulo e conseqüentemente sem grandes oportunidades, principalmente nesse período quando a euforia para o oeste já tinha passado.

A Região Noroeste de Goiânia recebe todos os anos um fluxo grande de migrantes provenientes de outros lugares do território goiano e de outros estados da federação brasileira. Segundo os dados da Secretária de Planejamento da Prefeitura Municipal de Goiânia - SEPLAN, o maior fluxo migratório para a Região Noroeste é de goianos do interior do estado com 1.841 pessoas, seguido do Tocantins – 429, Bahia – 355, Pará – 303, Maranhão – 199, Mato Grosso – 182, Minas Gerais – 72, Distrito Federal – 69 e São Paulo – 67. Cf. Gráfico 03



Fonte: SEPLAN/ DPSE/ DVPE  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. (2004)

Com isso, podemos perceber que procede do interior de Goiás o maior fluxo migratório, mostrando a continuidade do processo de modernização do território goiano, agora balizado por um aparato tecnológico mais rápido e intenso, com o processo da agroindústria e do agro-business e como isso repercute na mobilidade da população no interior de seu território. Chaveiro (2001: 177) evidencia as transformações na cidade de Goiânia:

O processo de sua metropolização alicerçou-se nas seguintes condições: cidade de economia terciária, fonte catalisadora de um processo migratório interno ao Estado de Goiás, dado a pujança social da modernização da agricultura nas suas áreas de cerrado e fonte de atração migratória de sujeitos expropriados das regiões Norte e Nordeste, num contexto de mudança da economia nacional e mundial, a cidade apresenta – de 80 até os nossos dias – passos comprobatórios de uma travessia: o seu espaço apresenta, hoje, sinais de uma mudança. Goiânia não é mais uma metrópole de um Estado e de uma região agrários, mas a expressão urbana de um Estado e de uma região urbanizados.

Embora o estado de Goiás apresente um índice de quase 90% da população urbana, os municípios do norte e nordeste de Goiás têm prevalência da população da zona rural. Por isso, são regiões que perdem população pelo processo de migração para Goiânia, onde tais indivíduos se estabelecem na periferia.

A captura que Goiânia faz de migrantes pode ser explicada como uma decorrência das políticas públicas dos governos de Goiás, que implementaram ofertas de cestas básicas, doação de lotes na periferia, mutirão da casa própria, vale-gás, bolsa alimentação, bolsa-escola, eliminação do pagamento de cotas de uso de energia elétrica e água etc., gerando uma imagem segundo a qual *“Goiânia é um bom lugar para se viver, estudar e trabalhar”*.

Esses elementos geraram popularidade, garantindo aos governos goianos fortes vitórias eleitorais na periferia da cidade, mas promoveram, por outro lado, perversidades no espaço da metrópole goianiense, geralmente ultrapassando os limites da expansão urbana na zona rural, como é caso da Região Noroeste, invadindo reservas ambientais, descaracterizando sítios propensos a uma impactação negativa do ambiente, erodindo solos porosos e negando uma infra-estrutura para garantir um mínimo de qualidade de vida à população dessas localidades.

Costa (1999:30) sintetizou seu estudo sobre loteamentos clandestinos e irregulares no município de Goiânia nos seguintes termos:

Os centros urbanos possuem em sua volta áreas chamadas de espaço reservado para o natural crescimento do núcleo urbano. Depois dessa faixa existem as áreas rurais que também não estão sendo respeitadas pelos especuladores imobiliários, que tendo a certeza de que não serão punidos, fazem o parcelamento com a maior segurança e tranquilidade. A tendência é os empreendedores manterem as práticas ilícitas de parcelamento, já que a lei federal 6.766 (que prevê o pagamento de multas e prisões do contraventor) jamais foi aplicada em casos de loteamentos clandestinos. Enquanto isso, os parcelamentos de glebas proliferam pelo Município de Goiânia e o Iplan só toma conhecimento a partir dos contratos de compra e venda que os moradores apresentam, ou quando é realizada a aerofotogrametria de Goiânia.

Dessa forma, Goiânia passa pelo processo, comum nos grandes centros urbanos, em que o centro torna-se “um lugar de passagem”, sendo utilizado cada vez em escala menor para moradia, ressaltando-se outras funções, em especial os serviços, ocasionando a deterioração do espaço urbano e recriando novas centralidades. Ao analisar esse processo, Mancuso (1996:28) apresenta a seguinte explicação:

Como consequência, se assiste a uma crescente periferização dos conflitos, que eram antes característicos das áreas centrais, mas também a uma própria tendência de atenuação; os conflitos se transferem do centro, num tempo determinado, aos lugares das novas acessibilidades, dispersando-se no território, próximos às estruturas das auto-estradas e aeroportos, invadindo os espaços da agricultura e difundindo-se no ambiente extra-urbano, num tempo preservado.

O processo social que ingeriu mudanças na cidade às recriou em sua estrutura espacial: o centro, com um novo papel, chamado de “sua popularização” caracterizado por lojas de R\$ 1,99, se coaduna com a formação de novas centralidades (as nobres), ao mesmo tempo em que foram edificadas, na periferia, os denominados “bolsões de miséria”, como se a cidade tivesse sido esquartejada no processo interpretado pelos geógrafos de “fragmentação do tecido urbano”, acompanhado por uma deterioração na qualidade de vida. Chaveiro (2001: 169), ao ponderar sobre a nova estrutura espacial de Goiânia, observa:

Todas essas mudanças atingiram sobremaneira a paisagem de Goiânia, consolidando um quase saturamento da ocupação do sul pelas classes sociais mais portentosas, proclamando o crescimento vertical das classes médias rumo ao setor Oeste e Bueno, criando bolsões de miséria na direção noroeste e leste, além de ser palco de várias ocupações, especialmente nos vales da cidade, interligando, com mais intensidade os municípios do Aglomerado e apressando transformações no centro à medida que estavam sendo consolidados subcentros comerciais, representados por avenidas servindo como corredor comercial

Essas mudanças também estão vinculadas ao valor do solo que, neste caso, é elevado nas novas centralidades ou na chamada periferia nobre dos condomínios fechados. Moysés (1996: 34) analisa este fato:

Devido à especulação imobiliária que é a grande beneficiária, na medida em que a existência de espaços vazios na malha urbana, à espera de valorização contribui para a segregação da força de trabalho em locais distantes dos empregos desprovidos de qualquer benefício público.

A expansão da malha urbana originou a elevação no preço da terra nas novas centralidades, ocasionando a “expulsão” da população mais pobre para a periferia. É certo que, com a expansão da malha urbana para a periferia, os preços da terra e dos imóveis, além de bens e serviços prestados pelo Estado, encareceram, e acarretaram a saída das pessoas desses bairros para locais mais distantes. A esse processo, estamos chamando de periferia móvel, pois a cidade se estende para outros municípios ou atinge os confins de sua configuração territorial.

A população dessas áreas segregadas, desprovida de recursos financeiros, com elevadas taxas de desemprego e uma qualificação profissional precária, com salários deficitários, acaba, muitas vezes, vendendo o seu lote para adquirir outro, em periferias mais distantes. Essa situação cria uma fluidez espacial na metrópole, de sorte que as

disputas e conflitos engendrados nessa fluidez espacial configuram a complexidade da metrópole. E isto se materializa na Região Noroeste de Goiânia.

## **2.2 – LUTAS E CONQUISTAS: a construção dos espaços de ocupação em Goiânia**

Os conflitos gerados pelo processo de ocupação urbana colocam em confronto os sem-teto e os incorporadores imobiliários; isso quer dizer que essa disputa é perpassada, também, pela relação capital e trabalho. Mas, os confrontos jurídicos e políticos são, certamente, mais densos nas metrópoles. Ribeiro (2004:11), considerando os problemas da ocupação e da moradia, registra que:

[...] os problemas acumulados nas metrópoles ganham crescente relevância social e econômica, mas ela permanece órfã de interesse político. Com efeito, a despeito da mencionada multiplicação de instituições metropolitanas, observamos a inexistência de efetivas políticas voltadas especificamente ao desenvolvimento dessas áreas. As políticas urbanas são hoje fortemente intra-urbanas, setoriais e locais. Os organismos metropolitanos, onde existem, têm à sua disposição frágeis mecanismos para empreender ações cooperativas de planejamento e gestão. Na maioria delas, as relações entre municípios e governos estaduais são fundadas em práticas clientelistas próprias de um regime político marcado pela fragilidade dos partidos.

Ao longo do tempo, surgiram as favelas e os cortiços, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo no período pós Segunda Guerra Mundial (1945), assinalando as dificuldades da população em adquirir um imóvel. Por outro lado, as classes sociais de renda mais elevada viam, com um “olhar” de desconfiança e de descontentamento, os cortiços e a proliferação das favelas. Os cortiços, segundo Rodrigues (1994:46), são: “As habitações coletivas, em imóveis com pouca ou nenhuma conservação, de idade média de

construção elevada, que proliferam nas áreas centrais [...]”. As favelas eram entendidas como abrigo de marginais, desconsiderando-se que elas eram formadas – e são - de trabalhadores e famílias com precárias condições sociais de reproduzirem, no espaço urbano, a sua vida.

Rodrigues (1994: 40) acentua que “A favela surge da necessidade de onde e do como morar. Se não é possível comprar casa pronta, nem terreno e autoconstruir, tem-se que buscar uma solução. Para alguns esse solução é a favela”.

Além da falta de infra-estrutura, a favela se distingue por um caráter de ocupação juridicamente ilegal. Por isso, utilizam-se diversos termos, como “invasão de terras alheias”, “apropriação indevida de vazios urbanos”, “câncer urbano” etc. (RODRIGUES, 1994).

O fato é que não existem apenas cortiços e favelas no espaço urbano, mas existem bolsões de miséria, assentamentos populares, moradia popular, periferia, autoconstrução, mutirão da moradia etc.

Essa diferenciação aumenta na medida em que o espaço da metrópole é profundamente disputado pelos diferentes atores sociais (inclusive os menos favorecidos), ao mesmo tempo em que se torna um elemento vital, isto é, sem espaço não se pode viver.

O fenômeno da ocupação de terras urbanas na periferia de Goiânia surgiu no final da década de 1970. Neste período, a falta de uma estrutura político-administrativa para resolver questões de como e onde morar, conduziam diversas famílias a ocupar as terras ociosas nas cidades. Deve-se levar em consideração que, como foi ressaltado anteriormente, de 1970 para 1980, Goiânia se torna uma metrópole regional, com uma forte densidade demográfica e que enfrentava a necessidade de abrigar e inserir novas famílias.

Aparentemente as causas da ocupação, em Goiânia, são as mesmas das outras metrópoles brasileiras, pois as favelas são juridicamente irregulares como propriedade.

Rodrigues (1994: 43), ao analisar o processo de ocupação, observa que:

As ocupações ocorrem em bloco, ou seja, um certo número de famílias procura juntamente uma área para instalar-se. Esta ocupação da área ocorre no mesmo dia para todo um grupo. As construções, embora de responsabilidade de cada família ocupante, são realizadas em verdadeiros “mutirões”, em que as famílias que não contam com homens, são auxiliadas por outras.

Ainda que a luta pela ocupação deva ser organizada a partir de táticas e estratégias políticas, é na dimensão do espaço que realmente a organização das famílias se mostra, ao ocupar, montar e estruturar um assentamento de moradia (é preciso determinar a dimensão dos lotes, onde serão as ruas, etc.). Costuma ser feita, antes, uma pesquisa de “áreas vazias”, descobrindo-se até mesmo o proprietário do terreno.

Mas, por que surgem as ocupações?

É bem provável que a conjuntura mundial exerça alguma influência, mas numa escala interna, pode se dizer que o fenômeno ocupacional está relacionado ao mau gerenciamento da máquina estatal que, aliado ao elevado número de terras ociosas em “mãos” de poucos proprietários, gera conflitos. Os baixos salários, aluguéis de alto preço e, acima de tudo, a falta de moradia fazem com que diversas famílias procurem áreas nas quais possam instalar-se e construir suas moradias.

Goiânia, como qualquer outra metrópole, apresenta “espaços vazios”, mais conhecidos como “vazios urbanos”, gerados pela especulação imobiliária. Porém, as ocupações em áreas “vazias”, geralmente são repelidas com violência (havendo até mortes), devido ao aparato policial, que cumpre mandados judiciais de reintegração de posse ao

proprietário do terreno ocupado. É interessante notar que os moradores tendem a retornar, depois que a presença militar desaparece, à área ocupada. Com isso, diversas autoridades argumentavam/m que, se esta ação não fosse reprimida, incentivaria a “proliferação das ocupações” em outras regiões da metrópole.

As ocupações não estão restritas a terrenos baldios ou ociosos. Deve-se ressaltar que elas atingem prédios e casas abandonados. Daí não importar o local (morros, casas, prédios, viadutos, etc) e, sim, ter um lugar para morar no intuito de uma vida digna. A impossibilidade de pagar o preço da casa/terra pelos baixos salários (RODRIGUES, 1994) é ratificada como a causa das ocupações urbanas, que caracterizam o uso do solo urbano para a moradia popular em Goiânia, na década de 1980. A concentração de renda, principalmente devido à crise econômica desse período, deu início à proliferação de lotes clandestinos e às ocupações.

Ao analisar o uso clandestino do solo de Goiânia por meio das ocupações, Costa (1999:30) informa que:

Existem em Goiânia aproximadamente cerca de 500 loteamentos, regulares e irregulares, nos quais mais de 100 encontram-se em situação de clandestinidade. Como podemos observar no início do trabalho do Iplan, os estudos informaram que os lotes clandestinos eram em número de 72 e a ação urbana disse ser 83, e no final da década de 90 encontram-se basicamente com mais de cem loteamentos irregulares. Tudo isso gerado pelo descaso dos órgãos públicos competentes, que assistem como meros telespectadores ao aumento exagerado dos loteamentos irregulares do Município de Goiânia, sem praticarem ações concretas para coibir esses abusos. É necessário fazer valer a lei e proibir os parcelamentos ilegais que se proliferam desordenadamente em nossa Capital.

É importante salientar que, em Goiânia, não houve o processo de favelização e de cortiços, mas sim, as ocupações urbanas, muito utilizadas pela população de baixa renda tendo em vista a necessidade de moradia.

É inegável que o processo de modernização incompleta que atuou sobre o território goiano desde meados do século XX, deu à capital do Estado de Goiás a condição de metrópole, o que gerou mudança em sua demografia, e no processo de uso do solo urbano. A desigualdade social advinda do processo de modernização conservadora recriou a periferia da cidade e estimulou os processos de ocupação.

No caso da Região Noroeste, podemos dizer que existiu um processo de ocupação. Composta de 32 bairros e uma população de 100.000 habitantes, apresenta homogeneidade com relação à ocupação e aos problemas cotidianos, comuns aos seus habitantes. Desses bairros, somente 14 são aprovados pela Prefeitura de Goiânia; os demais são loteamentos clandestinos ou irregulares.

## **2.3 – OCUPAÇÕES E VIOLÊNCIA NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA**

Neste subitem, explicaremos o processo de ocupação da Fazenda Caveiras, localizada na saída Noroeste da cidade, e o seguimento de posse espacial desta região, que se concretiza com três etapas bem distintas.

A primeira ocorreu em julho de 1979, e pode ser considerada a mais importante, pois deu origem ao bairro denominado Jardim Nova Esperança, que se encontra legalizado na atualidade.

Na segunda etapa, todos aqueles que não haviam conseguido instalar-se no Jardim Nova Esperança se reorganizaram, reestruturaram e ocuparam outra área, que também pertence à Fazenda Caveiras. Esta nova área recebeu o nome de Jardim Boa Sorte. Essa ocupação ocorreu em abril de 1981, mas não se efetivou, porque foi coibida de forma violenta pelo poder público municipal.

A terceira etapa ocorreu em junho de 1982. Esta ocupação destaca-se pelo número de famílias – no total de quatro mil famílias – que se organizaram e reivindicaram um novo espaço para morada e vivência. Esse espaço também pertencia à Fazenda Caveiras e foi denominado pelos ocupantes de Jardim Boa Vista. Mais uma vez, essa tentativa de ocupação não se concretizou, tanto a polícia quanto a Prefeitura agiram com violência

contra os ocupantes, provocando inclusive a morte de um jornalista. Entretanto, após esta morte, a Prefeitura passa a ter uma nova postura assistencialista assentando em outra área próxima as famílias antes expulsas do Jardim Boa Vista.

Esse processo desencadeou o surgimento dos 32 bairros na região (dos quais somente 14 são reconhecidos pelo poder público) e teve uma grande repercussão no cenário regional, na medida em que os acontecimentos político-sociais acabaram gerando uma tomada de conscientização por parte do Poder Público que, em busca de uma solução para o problema de moradia em Goiânia, criava também a “legalidade” para outras ocupações. E a Região Noroeste se expandia.

Criado a partir das ocupações urbanas, o bairro Jardim Nova Esperança ocupou, na época, o centro das discussões políticas e da violência por parte dos policiais militares, devido às “ocupações irregulares”. O processo de ocupação se iniciou em 20 de julho de 1979, quando uma enorme área na periferia de Goiânia, especificamente na Região Noroeste, foi ocupada por um grupo de 100 famílias. Essa ocupação foi baseada na informação de que essa grande área na região noroeste de Goiânia estava abandonada e que não havia nenhum herdeiro para reclamar a posse da terra. Como nos relata o noticiário da imprensa (JORNAL O POPULAR, 20-07-79): “O terreno pertencia a uma beata solitária que faleceu recentemente. Como não apareceu nenhum herdeiro reclamando a herança, o Estado considerou o terreno devoluto e autorizou a prefeitura a doá-lo a quem chegasse primeiro ao local”.

Segundo o noticiário do Semanário Cinco de março (06 a 12-08-79): “Os que pretendem residir naquelas terras, em sua grande maioria, são pessoas de baixo poder aquisitivo e muitas estão desempregadas e vivendo sem condições de pagar aluguel”.

Aquele local abandonado passou a se chamar Jardim Nova Esperança em substituição ao antigo nome, Fazenda Caveirinha. Com o assentamento, as famílias construíram barracos com paus e lona preta para garantir seu terreno, delimitando-se os lotes, além das ruas.

Contudo, surgem supostos proprietários que pedem a reintegração de posse, como se pode ver na notícia do Semanário Cinco de março (06 a 12-08-79):

Na semana passada um jornal local circulou uma nota da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás em defesa de seus associados CARFECE S/A e GOIARROZ Ltda, únicos e exclusivos proprietários das terras situadas numa área na Vila João Vaz, dizendo que estas empresas já haviam encaminhado expediente a Secretaria de Segurança Pública solicitando providências urgentes para a remoção dos ocupantes.

Então, percebe-se que a violência na região vem do início de sua formação, pois diante dos supostos proprietários, o Estado, utilizando policiais civis e militares, fez a ação de despejo contra os ocupantes, empregando a violência física para a remoção das famílias, no que não obteve êxito. No entender de Moysés (1996:73),

Uma nova paisagem integra-se à cidade, “meio a força, meio na marra”, contrariando interesses os mais diversos dos pseudo-proprietários, dos governos municipal e estadual, de setores da classe média e da elite empresarial que, juntamente com os governantes, levantam a tese da ameaça à ordem pública.

O processo de ocupação incita a resistência. No caso específico do Jardim Nova Esperança, os ocupantes já estavam unidos e aos poucos criavam consciência de um segmento organizado, para lutar e reivindicar ao Estado a sua permanência e condições de infra-estrutura, que oferecessem o mínimo de cidadania, diminuindo os conflitos.

Isto, entretanto, não foi visto com “bons olhos” pelo Estado e pela CARFECE S/A, que tentava reaver na justiça a posse da terra que afirmava pertencer-lhe por direito. Foi feita uma segunda investida, na qual a empresa solicitou a reintegração de posse, o que foi aceito. Assim, foram enviados para a área, pás mecânicas, tratores, cachorros adestrados, tropas de choque, caminhões, bombas de gás lacrimogêneo, com o objetivo de pôr fim à ocupação (MOYSÉS, 1996).

A segunda investida policial, na perspectiva dos ocupantes, foi um dia de tristeza e sofrimento moral, visto que pouco podiam fazer para contestar o aparato policial e a ordem de despejo do local pelo aparato jurídico. Com isso, a ação governamental assegurou o poder do Estado sobre a ocupação e sobre o segmento organizado representado por essas famílias, que, diante dos fatos (como cisternas fechadas e barracos derrubados), se dispunham a lutar por algo em que acreditavam e necessitavam, a moradia própria.

Após a desocupação, retornaram e reconstruíram seus barracos, não como uma afronta contra o governo estadual – conforme alguns disseram –, mas lutando pela conquista da cidadania e, acima de tudo, contra qualquer pressão que configurasse uma ação de despejo. De fato, essa ação mostraria ao aparato jurídico a força organizada das famílias em torno da cidadania.

Com essa reação, a Prefeitura viu-se forçada a dar outro encaminhamento à questão, ou seja, as autoridades passaram a adotar um comportamento mais ameno. De repressivas e irredutíveis, passaram a assumir um posicionamento de diálogo, de negociação e de compreensão.

Diante da dimensão pública que essa tentativa de ocupação tomou, o Prefeito da cidade naquele período, Índio do Brasil Artiaga, assinou um decreto desapropriando a área, no intuito de solucionar a questão da contenda pela moradia. Dessa forma, a desapropriação

assinada pelo prefeito tornou a área disponível para o assentamento das famílias naquela região.

Vê-se, no relato da memória dessa conquista, que vários ingredientes societários se mesclam, se articulam e se juntam. Leis, Polícias, Prefeitura, Estado, Entidades de apoio à ocupação (como o Movimento Comunitário do Bairro Nova Esperança, Padres e leigos da Igreja Católica, membros da cúria metropolitana) etc. geram uma guerra ideológica, de negociação e de (re) apropriação na medida em que o fato sensibilizou a opinião pública.

Uma ocupação, assim, é complexa e se faz também mediante um capital simbólico revestido de um sentido político. Muitas vezes, aparecem novas lideranças; outras vezes, ocorrem mudanças de postura dos órgãos jurídicos (quando a opinião pública pende para o lado dos ocupantes).

Nesse sentido, cumprem um papel fundamental os noticiários da televisão, a imprensa escrita, as igrejas, as escolas e as entidades que passam a criar o fato pelo mecanismo da significação política. Um dos jornais mais lidos na capital goianiense (O Popular, 1994, fl. 10, seção bairro), numa matéria, intitulada Jardim Nova Esperança, testemunha o que estamos afirmando:

O fator de maior orgulho para os moradores do Jardim Nova Esperança é que eles conseguiram desmistificar a imagem de que os habitantes das invasões eram somente os marginais. Eles entendem que a partir de 1979 houve uma mudança profunda nesta mentalidade, pois a discussão em torno da problemática habitacional cresceu e se tornou mais acalorada, revelando que, além da carência de moradias, os invasores também eram carentes de emprego, saúde, alimentação e educação. Este debate constante, de acordo com os moradores do Jardim Nova Esperança, fez com que as associações de moradores se transformassem em instrumentos de luta de seus representados e não objeto de cobiça para políticos fazerem campanha eleitoral ou sustentáculo aos governantes.

A narrativa do comentário aludido mostra a “guerra de imagem” de uma ocupação e o sentido identitário que ela cria. Na verdade, os diferentes atores envolvidos estabelecem e agenciam a significação do evento de acordo com os seus interesses. Isso nos permite dizer que o processo de ocupação traz em si uma subjetivação também tecida nos conflitos simbólicos.

Numa arena micropolítica – e também se ajustando e confrontando com a macropolítica – esta subjetivação participa das conquistas ou das derrotas. Guattari (1996:132) analisa teoricamente a subjetivação pela via dos estudos em micropolítica, afirmando:

A análise micropolítica se situa exatamente no cruzamento entre diferentes modos de apreensão de uma problemática. É claro que os modos não são apenas dois: sempre haverá uma multiplicidade, pois não existe uma subjetividade de um lado e, do outro, a realidade social material. Sempre haverá “n” processos de subjetivação, que flutuam constantemente segundo os dados, segundo a composição dos agenciamentos, segundo os momentos que vão e vêm. E é nesses agenciamentos que convém apreciar o que são as articulações entre os diferentes níveis de subjetivação e os diferentes níveis de relação de forças molaes.

As palavras de Guattari são importantes para se entender que, mesmo confrontando com o poder Judiciário, com a Prefeitura, com a política e contra outros agenciamentos simbólicos, os ocupantes saíram-se vitoriosos, visto que, durante o período militar, o poder Judiciário era pouco eficaz e atendia os interesses dos governantes.

Igualmente, ficou claro que o Estado muda estrategicamente de opinião – antes contra as ocupações e a favor da reintegração de posse com força policial – e, posteriormente, tentando solucionar o problema de falta de moradia (enfocando a situação social vivida pelos moradores de Goiânia) e não utilizando a repressão policial como solução final, mas reunindo-se com os ocupantes e praticando “política da boa vizinhança”.

Foi assim que o Estado assumiu, na década de 1980, um processo de assentamento urbano voltado à população de baixa renda, o que transmitiu ao poder público a total responsabilidade da questão habitacional.

Entretanto, é importante ressaltar que a implantação da Região Noroeste de Goiânia foi uma ação do poder público, cujos atores principais foram os ocupantes do Jardim Nova Esperança.

O importante, na ocupação da Fazenda Caveira, e posteriormente na formação do bairro Jardim Nova Esperança, foi à união de seus ocupantes que, em meio à violência e ao descaso público, lutaram para garantir seu “pedacinho” de terra. Outro fato resultante dessa ocupação foi à mobilização dos partidários na organização política de um setor de resistência.

Tal fato, após o reconhecimento legal da ocupação, contribuiu para constituir uma associação de moradores que lutasse e defendesse os interesses dos ocupantes do Jardim Nova Esperança, o que fortaleceria coletivamente o bairro criado e que precisava ser consolidado. Era necessário lutar por uma infra-estrutura e equipamentos urbanos necessários para se manter naquela determinada área (como saneamento básico, escolas, asfalto, etc).

É a partir de então, que o estado, antes coercitivo, agora pacífico, adota uma nova estratégia em ocupações de terras em Goiás, iniciado com a Vila Finsocial. Este bairro destinado à população carente é o novo marco do governo na consolidação e desenvolvimento da região Noroeste, iniciado em forma de conjuntos habitacionais - muito utilizados pela COHAB na década de 1980 -, propiciando o surgimento de outros conjuntos em outros governos, como o lançamento da Vila Mutirão (1983), com a construção, em um único dia, de 1.000 residências e o conjunto habitacional Jardim Curitiba em quatro etapas

de expansão (1986), sendo semi-urbanizados pelo governo. Mesmo assim, as ocupações não se encerraram; surgiu mais uma que traria atos mais violentos na Região Noroeste de Goiânia.

Portanto, como o Jardim Nova Esperança, o Jardim Boa Sorte – que, coibido pelo poder público, não conseguiu se estabelecer na região – representa a luta de uma população em busca de terrenos para a construção de suas casas próprias, o que lhes garantiria o direito de morar e, por conseguinte, o direito à cidadania.

Em uma reunião no Jardim Nova Esperança com os moradores, o prefeito Índio Artiaga declarou que as famílias não assentadas neste bairro poderiam invadir tantos lotes ou terrenos vazios que encontrassem, segundo seu próprio relato. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1981).

Com isso, mais de 100 famílias ocuparam uma área em frente ao Jardim Nova Esperança, na outra margem do Córrego Caveirinha. Foi relatado no jornal – (O DIÁRIO DA MANHÃ 1981, Seção: Local, p. 13) – o seguinte:

Levando as últimas conseqüências às palavras do prefeito, os invasores interpretaram as ordens como sendo válidas para qualquer ponto da cidade, alegando não haver justificativas para que ele se referisse apenas aos lotes vagos do Jardim Nova Esperança.

Assim, muitas famílias interpretaram que as ocupações poderiam ser feitas em qualquer área ou região em Goiânia. Com a cobertura da imprensa, o fato repercutiu em todo o estado, atraindo famílias de diferentes regiões. Além disso, diversas famílias tinham uma história comum: perderam suas terras no campo, vieram para a cidade onde,

desempregados ou subempregados, não lhes restava outra opção senão a vida itinerante nas invasões da periferia.

Devido à presença de pessoas de outras áreas do estado, foi deslocado para a região um grupo de fiscais da Secretaria da Ação Urbana, em conjunto com policiais militares.

Isso resultou, (como mostrou O DIÁRIO DA MANHÃ, 1981. Seção Local, p. 14), em confronto com a Prefeitura e a recém criada ocupação. A repressão e a violência foram inevitáveis e “por volta de 11 horas chegaram ao local três caminhões com tropa de choque da PM e cinco Rádio Patrulhas, um total de 66 soldados, além de um outro caminhão com cães amestrados (...).” Isto anunciava a violência que estava para ser praticada contra homens, mulheres, crianças e idosos, caso houvesse um confronto direto.

Mas a violência não se restringiu aos ocupantes. É importante ressaltar que a própria imprensa fôra perseguida por um soldado, que fez questão de não se identificar e ameaçou de agressão física o repórter, por registrar em seus apontamentos a danificação dos objetos dos ranchos demolidos. Durante todo o dia, derrubaram-se os barracos precários e se destruíram os pertences dos ocupantes, que não se renderam e aos poucos (no período noturno) reconstruíram seus barracos.

Esta ação militar na ocupação foi um pedido do prefeito Índio Artiaga, para coibi-la, pois seu discurso foi mal interpretado pelas famílias no Jardim Nova Esperança; por isso, eles deveriam ser retirados daquele local.

Essa nova ocupação causou fortes impactos nos setores da sociedade, em consequência do poder de luta e resistência dos ocupantes e, de outro lado, à truculência da Polícia Militar para a reintegração de posse e, fique claro, sem mandato judicial.

Com isso, essas famílias passaram a ter apoio de vários setores da sociedade, além da OAB/GO - Ordem dos Advogados do Brasil e da Arquidiocese de Goiânia, representada

pelo Arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos, que condena a ação empregada pela polícia e questiona a Prefeitura em favor do direito de moradia para essas famílias, revelando a postura da Igreja, durante o regime militar, em defesa dos excluídos e contra toda prática de violência ao cidadão.

Mesmo com todos os pedidos de não violência, o Jardim Boa Sorte sofre com mais uma operação da Polícia Militar contra seus ocupantes; de forma truculenta, a Tropa de Choque da PM lançou seus soldados contra os moradores desalojando-os a tiros, cassetetes, mordidas de cães e gás lacrimogêneo. Nem mesmo a imprensa (antes ameaçada) foi poupada. Neste episódio, um repórter foi atingido por um dos cães que rasgou sua roupa, ferindo-o na altura do ombro.

Com cães e cassetetes, a polícia marchou contra 300 pessoas, que protestavam contra a presença policial. E para o desespero dos ocupantes, a Polícia Militar foi reforçada por agentes do 5º Distrito Policial, que, armados de escopetas, participaram ativamente da repressão.

Aliado à violência, o autoritarismo (abuso de poder) por parte dos agentes foi preponderante, visto que um dos agentes chegou a manter, por algum tempo, um dos ocupantes sob a mira da arma; com isso, a ocupação foi dominada e os barracos queimados e todos os utensílios domésticos foram carregados por caminhões da Companhia de Urbanização de Goiânia – Comurg, para um outro local.

Mas, o relato de violência não pára, muitas pessoas foram arrastadas de dentro de suas casas e conduzidas presas e apanhando até as viaturas estacionadas no local da ocupação, e na outra margem do Córrego Caveirinha, no Jardim Nova Esperança, as pessoas que estavam observando a ação policial, não esperavam que a polícia montada investisse contra

aquelas pessoas que espiavam a queima dos ranchos, o que mostra o despreparo por parte do Estado e da Polícia Militar em lidar com invasões urbanas. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1981).

Como ressalta o Jornal Diário da Manhã (1981, Seção: Local, p. 12), deve-se lembrar que os aparatos policiais foram solicitados pelo Prefeito, que, “admitiu ter sido responsável pela requisição de tropa policial para expulsar os invasores do Jardim Boa Sorte, e distribuiu uma nota justificando sua atitude e prometendo continuar nesta mesma política de combate as invasões [...]”.

Isso somente confirma a forma violenta com a qual a Prefeitura agiu para restituir uma área e a ordem pública, o que demonstra total infração dos direitos dos cidadãos. A infração aos direitos humanos era comum no período da ditadura militar, no intuito de manter a ordem. Outro fator, a inflação muito elevada neste período, levou milhares de brasileiros à pobreza e, assim, a algumas práticas ilícitas, como ocupações de lotes e áreas abandonadas.

Mesmo com o apoio de diferentes camadas da sociedade, o Jardim Boa Sorte não obteve êxito, como o Jardim Nova Esperança. A “sorte” lançada para a formação de um novo conjunto habitacional não obteve sucesso devido à ação rápida e direta da Prefeitura e da truculência da Tropa de Choque da Polícia Militar, que retirou as famílias dessa área.

A luta e a resistência de algumas das pessoas que viveram esta experiência levou a uma mobilização das famílias que ocuparam o Jardim Boa Sorte – que não tivera êxito - para efetivarem uma última ofensiva no Jardim Boa Vista, com o objetivo de obterem a casa própria.

Com o êxito da ocupação do Jardim Nova Esperança, o movimento de ocupação sentiu-se estimulado a repetir o mesmo processo nas adjacências. Foi então que surgiu o

Jardim Boa Sorte. Todavia, a ação inibitória do poder público municipal não permitiu que esta ocupação lograsse vitória. Diante disso, houve uma mobilização para nova ocupação, melhor estruturada; os sujeitos da ação estabeleceram prioridades para ocupar áreas ociosas do município de Goiânia. A partir desta reestruturação, nasceu um novo bairro, denominado Jardim Bom Vista. Cf. Mapa 02

O Jardim Boa Vista é produto de uma história de luta e conflitos que se desenvolveram pelo ideal da casa própria. Mas essa história apresenta um diferencial: uma vítima fatal, que explica a história de violência dessa região.

Foram aproximadamente 50 famílias que, em 1982, ocuparam uma área de 35 alqueires de terras que estava abandonada e ninguém sabia a quem pertencia de direito dessa propriedade.

Durante essa nova ocupação, foram vistos helicópteros da Polícia Militar fazendo o reconhecimento da região e dos ocupantes que ali se encontravam, gerando temor entre as pessoas que lembravam a violência policial praticada na última ocupação.

Essa resistência justifica-se, visto que haviam erguido barracões cobertos, cisternas, e demarcado os lotes.

O dia 14 de julho de 1982 foi marcado pela maior ofensiva policial sem mandato judicial, como se pode ver pelo relato do delegado Alcione do 5º Distrito Policial. Segundo o delegado, em entrevista ao Jornal Diário da Manhã (1982, Seção: Local, p. 13): “Os proprietários do terreno foram até a delegacia e me mostraram a escritura da fazenda. Isto é o bastante para a polícia agir. A ordem do juiz só é necessária quando já existe alguma benfeitoria no local invadido”.

Munidos de revólveres e escopetas, policiais do 5º Distrito Policial expulsaram a tiros 800 pessoas que estavam nessa ocupação, resultando na truculência policial, em que trabalhadores foram espancados, presos e um fotógrafo baleado nas costas por um tiro disparado por um policial.

O fotógrafo era conhecido como Joel Marcelinho, o retratista, que, na ocasião, estava fotografando a expulsão e a correria dos ocupantes, enquanto os policiais atiravam para o alto e ninguém sabia dizer se estava morto.

Foi quando estes, ao perceberem que a cena estava sendo registrada pela objetiva do retratista, se voltaram para ele disparando suas armas. E o acertaram, segundo várias testemunhas.

Mesmo ocorrendo o tiroteio e havendo uma vítima, os ocupantes retornaram à noite, no intuito de resistir a qualquer tipo de violência e de permanecer no local ocupado.

O Jornal Diário da Manhã, (1982, Seção: Local, p. 13), reafirmou que a revolta da maioria dos ocupantes da Fazenda Caveira era a luta pelos seus direitos, como é ressaltado no referido jornal:

Apesar de a Polícia Civil haver expulsado os posseiros urbanos, na tarde de anteontem, e de o fotógrafo Joel Marcelinho ter sido morto com um tiro nas costas, a invasão amanheceu repleta de gente trabalhando no desmatamento e na demarcação dos lotes.

Como registrado pelo jornal, as famílias resistiram a toda violência com dignidade e respeito, mas acima de tudo com um objetivo: ter onde morar. A resistência ganhava um contorno simbólico importante: agora resistir era lutar pela vida, pelo pertencimento, pela dignidade. Por outro lado, vê-se que a violência era amparada pela lei, salvaguardada pelo estado, estimulada pela imprensa, aceita pelo imaginário.

Aliás, deve-se ressaltar que todas as decisões, na ocupação do Jardim Boa Vista, foram tomadas coletivamente, o que mostra a união dos ocupantes, confirmando a assertiva de Guattari (1996), segundo a qual os grupos são a única maneira de compor forças e edificar resistências contra as forças molares. Essa coletividade não vem pronta: é construída com dificuldade, discurso, panfletagem, afeto, discernimento, procura, através de assembléias, onde todas as decisões, neste caso, foram definidas pelos moradores.

Os moradores que resistiram à violência policial começaram a criar um novo bairro, na Fazenda Caveira. Durante o dia, é feita a “roça” – limpeza do matagal – e começam a surgir as primeiras ruas.

Neste sentido, como expõe o Jornal Diário da Manhã, (1982, seção: local, p. 11), “embora esgotados pelo cansaço da labuta diária com as enxadas e foices, e temendo perder o pedaço da terra conseguida, os invasores da Fazenda Caveira permanecem firmes”.

A abertura das primeiras cisternas e a comprovação de que a água é de boa qualidade fizeram renascer as esperanças. Com isso, as primeiras famílias se mudaram definitivamente para o novo bairro.

Devido aos embates desastrosos passados, o Estado cria o PROEMERGE – Programa de Emergência de Governo –, que visava impedir as futuras ocupações. Era administrado por oficiais da alta cúpula da Polícia Militar do Estado de Goiás, objetivando maior rigor contra os ocupantes.

Isso representa o que Silva (2004: 296) afirma, ao analisar o sentido abrangente da categoria violência urbana:

Em primeiro lugar, é pertinente propor, ao menos como hipótese de trabalho, que, como categoria de entendimento e referência para modelos de conduta, a *violência urbana* está no centro de uma formação discursiva que expressa uma forma de vida constituída pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais. Ou seja, a representação da *violência urbana* capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende – sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente – a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e “desconcentrando” seu uso legitimado. Assim, essa representação pode ser considerada a chave para a compreensão sociológica de um complexo de práticas sociais que não são coerentes com as rotinas cotidianas estatalmente organizadas, mas que tampouco podem ou devem ser evitadas ou negadas.

Uma ocupação coloca em cena a violência a partir das funções e do poder do Estado. Além disso, coloca o aparato estatal numa luta estratégica e ideológica. No caso da ocupação da Região Noroeste, o que se objetivou foi estar próximo às áreas ocupadas e dos ocupantes para garantir a segurança e a ordem via poder público e Polícia Militar, não ocorrida nas ocupações passadas.

Com o surgimento do Programa de Emergência - PROEMERGE, qualquer assentamento estava sob sua responsabilidade, de maneira que toda e qualquer reivindicação solicitada, seria encaminhada e analisada pelo poder público, segundo os interesses dos governantes. Com isso, o Estado passa a gerenciar as invasões e as coloca sob seu controle.

Assim, a Prefeitura descartou a desapropriação e a doação de lotes para as famílias carentes. Para o Prefeito Goianésio Ferreira Lucas, “é importante que os moradores comprem os lotes com o suor de seu trabalho, que adquiram suas propriedades, pois tudo que é dado de graça não tem valor”. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 1982).

A Prefeitura resolveu, diante da pressão dos ocupantes, formular duas propostas estipuladas abaixo, conforme Moysés (1996: 99):

Na primeira, a prefeitura abriria mão do asfalto, e o governo estadual faria o arruamento, colocaria água, luz, meio-fio, lotearia e daria mil lotes para a proprietária vender num prazo máximo de cinco anos, sendo os lotes restantes doados, pelo Estado aos invasores mais carentes; na segunda proposta, a área seria dividida em duas, ficando a proprietária com a metade do terreno, limpo, e os outros 50% o Estado lotearia e doaria aos invasores.

Ambas as propostas foram recusadas, levando a causa ao Tribunal de Justiça do Estado, para que fosse encontrada uma solução que agradasse a todos os envolvidos (proprietária, governos municipal, estadual e ocupantes).

Tendo em vista que não houve consenso, a Prefeitura buscou providências para a transferência dos ocupantes para um novo local: uma fazenda próxima com 31 alqueires, ou seja, 150 hectares, para alojar as famílias ocupantes, sendo que o sorteio dos lotes se realizou no Estádio Serra Dourada (não se trata dos contratos definitivos da compra dos lotes).

Por fim, após novo confronto com a polícia, muitas famílias, cansadas de tanta luta, começaram a se dispersar. Algumas retornaram a suas antigas residências (alugadas) e outras para casa de parentes. Entretanto, outros foram deslocados para o novo bairro, que passou a chamar-se Setor Santa Maria. Foram 3.306 moradores contemplados, segundo os critérios estabelecidos pela PROEMERGE e Comurg, dos 4.306 cadastrados. Os demais seriam levados para um novo loteamento, denominado de Vila Finsocial.

Considerando o processo que permeou a organização das várias ocupações, é possível, pois, entender porque a Região Noroeste é considerada a mais violenta de Goiânia: este espaço nasceu violentado, como mostramos nas páginas acima.

O temor de não se legitimar a posse do solo, o medo da perda do lugar de/para morar, a violência da polícia, a pressão sobre os líderes, o ataque ideológico da imprensa e do

Estado, a vigilância dos órgãos que defendem a propriedade privada estão presentes na memória dos ocupantes e também na memória desse espaço.

A questão da violência, dessa maneira, não pode ser analisada sem levar em consideração a complexidade do papel de Goiânia diante das mudanças territoriais de Goiás e sua inserção na divisão regional do trabalho; a corrente migratória que se instalou com o processo de modernização da agricultura; a disputa pelo espaço na metrópole; a constituição da periferia; a luta pela moradia como sendo a luta pela vida; a dificuldade de se constituir um coletivo de forças populares; o desenho micropolítico que é costurado no processo de ocupação, isto é, devido à forma de ocuparem, resistirem e principalmente, buscarem, por meio de uma ação política, uma definição, por parte das autoridades governamentais, de uma política pública para assegurar o direito de moradia aos mais desfavorecidos, tendo em vista que se uniram em razão de um único ideal: a casa própria.

A segregação socioespacial se apresenta, pois, como um vetor da constituição dos interesses capitalistas sobre o espaço; em que a desigualdade social e de renda se colocaram como um desdobramento do processo de modernização conservadora, bem como a resistência, isto é, a luta pela moradia como ingrediente da preservação da vida.

Portanto, nesse momento devemos considerar como a Região Noroeste se apresenta com relação a alguns tipos de delitos. Inicialmente, será abordado o crime contra o patrimônio e a pessoa (furto e roubo), uma das principais causas de violência nessa região, além dos horários de maior incidência de crimes.

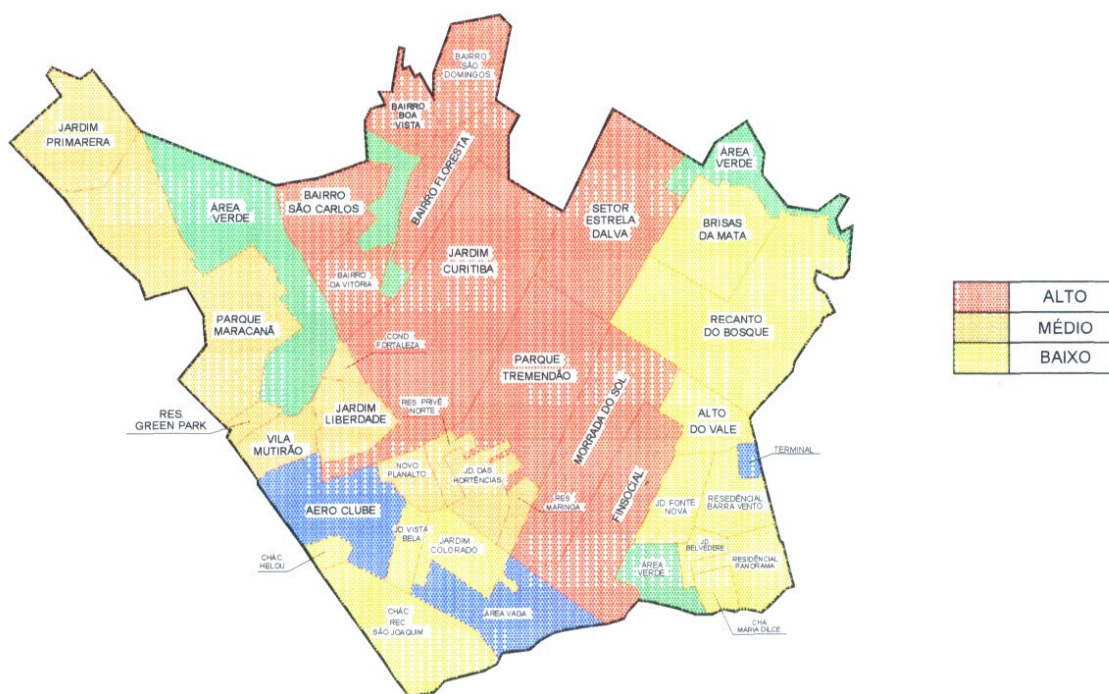
## **2.4 - OS CRIMES CONTRA A PESSOA E O PATRIMÔNIO NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA**

Além de existir uma diferença conceitual entre violência e crime, embora ambos se justaponham, há uma diversidade de tipos de violência e também de crimes. Nos denominados crimes contra a pessoa, é considerado somente o homicídio (doloso ou culposos).

A análise dos índices de homicídios nos leva a constatar que, na Região Noroeste de Goiânia, ocorreram em 2002, 49 homicídios e em 2003, 52 homicídios, destacando-se os bairros Jardim Curitiba com 10 homicídios e Vitória com 16 homicídios, ambos em 2003, caracterizando a Região Noroeste como aquela que apresenta maior índice de violência.

Com base nos critérios do Ministério da Justiça para 100.000 habitantes (para o ministério da Justiça se apresentam como baixos índices de 05 a 16 casos, moderados 16 a 28 casos, médios 28 a 39 casos e altos que vão de 39 – 51 casos por 100 mil habitantes apresentando nesse caso os índices de homicídios. Com relação a crimes contra a pessoa esses índices variam de baixa 71 - 1082 casos, Moderados 1082 - 2093 casos, médios 2093 - 3104 casos e altos 3104 - 4115 casos por 100 mil habitantes), foi possível classificar os bairros que são considerados de alto, médio e baixo índice de violência. Assim, no mapa seguinte, estão assinalados os bairros que apresentam os maiores índices de homicídio e crimes contra a pessoa e ao patrimônio na Região Noroeste. Cf. mapa 04.

MAPA 04: OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA DE ACORDO COM OS BAIRROS DA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA - 2004



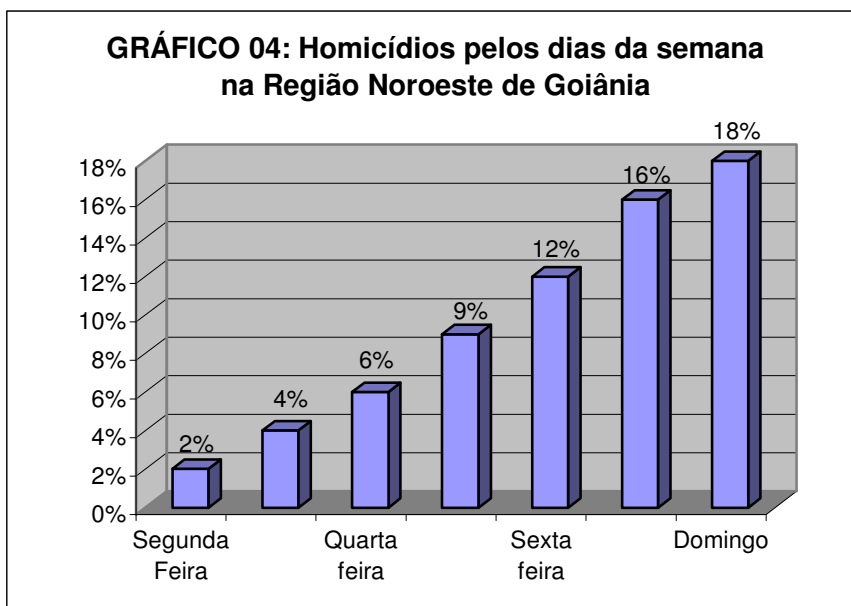
ESCALA : 1: 100.000  
ORG.: SILVA, W. F./2004  
FONTE: SEPLAN - ADAPTADO/2004

A ocorrência de homicídios é bastante diferenciada na Região Noroeste de Goiânia, também do ponto de vista dos diversos grupos etários da população. Verifica-se que a população masculina, entre 15 e 40 anos de idade, registra a maior participação no total de mortes por homicídios, com 17,23% do total de mortes em 2002, atingindo 19,03% em 2003.

A interpretação etária dos homicídios demonstra que a faixa etária que o pratica situa-se no período central do exercício do trabalho. Isso poderia se contrapor a um dos maiores problemas da sociedade globalizada mundial e sua territorialização nas metrópoles dos países pobres, que é a geração do desemprego estrutural. Lima (2002:29) analisa essa situação:

Este comportamento pode, inclusive, levantar a hipótese de que parte dos conflitos, que antes resultavam apenas em lesões corporais, estaria hoje resultando em homicídios, num processo de migração de um crime para outro e de uma maior letalidade dos conflitos presentes nas relações sociais cotidianas.

Observando a taxa de homicídios, verifica-se que a sua consecução acusa uma sazonalidade dos eventos; a maior ocorrência de mortes ocorre aos domingos, com 18%, e no sábado, 16%. Nos demais dias, estas proporções são menores na Região Noroeste. Cf. Gráfico 04



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSPGO, 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S./ 2004.

Verifica-se aqui um aspecto importante: há uma dimensão temporal na prática da violência e do crime. Exatamente nos dias chamados de descanso, ou garantidos para tal por lei no calendário jurídico, há maior encontro entre as pessoas em bares, ou mesmo há reunião de grupos delinquentes para a prática do exercício criminal.

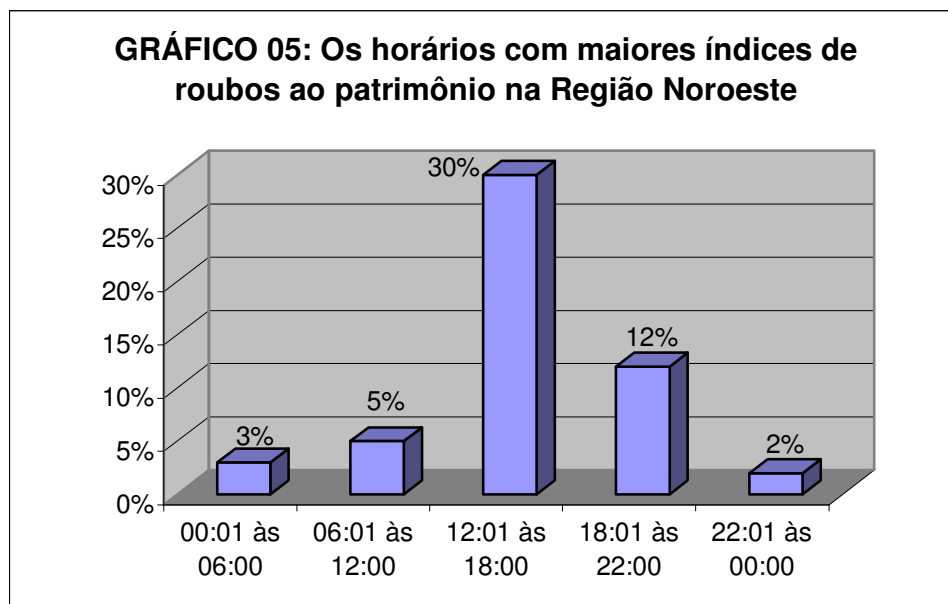
Violência está em tudo que é capaz de imprimir sofrimento ou destruição ao corpo do homem, bem como o que pode degradar ou causar transtornos à sua integridade psíquica. Resumindo-se: violentar o homem é arrancá-lo da sua integridade física e mental (MORAIS, 1981:25).

Essa condição temporal da criminalidade demonstra que o sentimento de inutilidade, ou o esvaziamento de funções do ser humano, aumenta sua fragilidade e o leva, muitas vezes, a se alistar na delinquência. Esse fato poderia – e deverá – ser compreendido pelos gestores da segurança pública.

A prática de crimes possui uma dimensão espacial, isto é, ela se situa com mais intensidade em alguns lugares e possui, também, uma dimensão temporal, ou seja, ela aumenta nos sábados e nos domingos, revelando a dimensão espaço/temporal em que as relações sociais ocorrem e indicando como a segurança pública poderia atuar no sentido de minimizar a sua ocorrência.

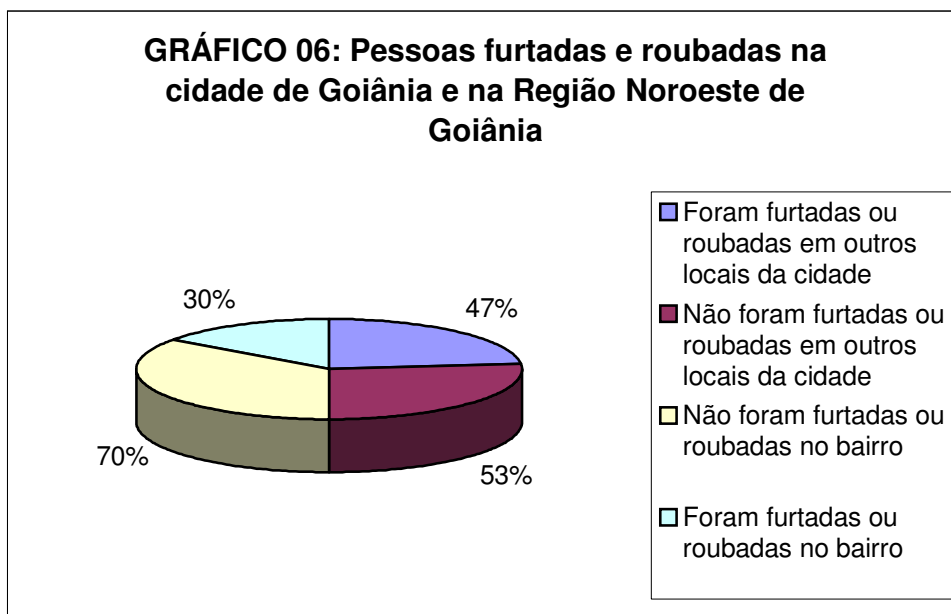
Os crimes contra o patrimônio representam a maioria dos crimes registrados. Esse tipo de criminalidade se subdivide em furtos e em roubos. Os furtos correspondem a maior parte dos crimes na Região Noroeste de Goiânia, com 1.281 casos registrados em 2002; houve um aumento de 1.931 casos em 2003, ou seja, o índice desta prática elevou-se na ordem de 50,7%.

É comum o furto ao patrimônio (residências) na Região Noroeste ocorrer no período vespertino, quando as casas encontram-se vazias e seus moradores trabalhando. Nesse caso, os números de furtos a residências estão em torno de 30% no período entre 12:01 às 18:00 h, confirmando que o período da tarde é o mais propenso a furtos. Cf. Gráfico 05



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSPGO, 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S./ 2004.

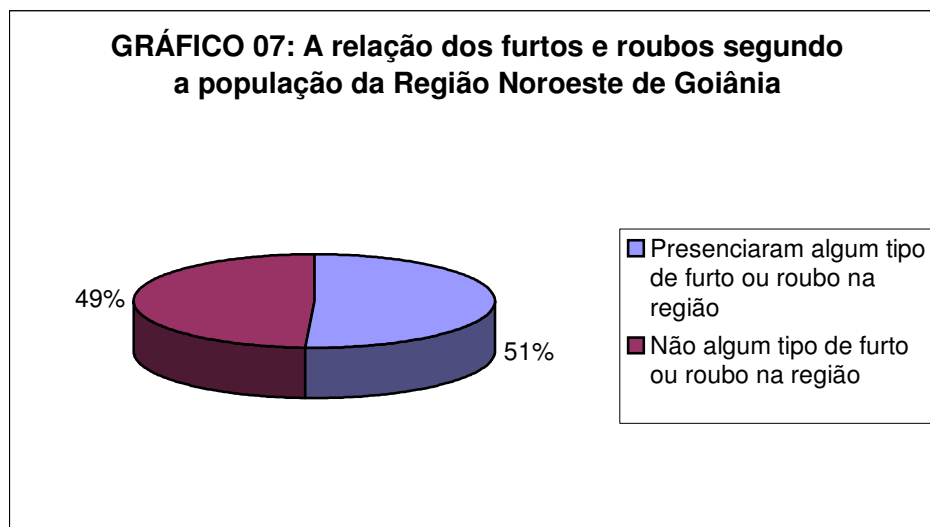
No questionário aplicado, ficou demonstrado que 47% da população foi furtada ou roubada entre 2003 e 2004. Entretanto, 53% dos indivíduos relatam que não foram furtados ou roubados. Em relação aos bairros da Região Noroeste, 70% das pessoas não foram assaltados e apenas 30% da população da região foram furtadas ou roubadas no bairro. Cf. Gráfico 06



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S./ 2004.

Isso evidencia que o número de pessoas que ainda não foram furtadas ou roubadas no bairro é surpreendente, visto que é considerada uma das regiões mais violentas de Goiânia. Mais ainda se pode ressaltar que o número de pessoas que foram furtadas ou roubadas na cidade de Goiânia está bem próximo daquele registrado nos centros mais violentos do país (como Recife e Rio de Janeiro, os mais violentos do Brasil).

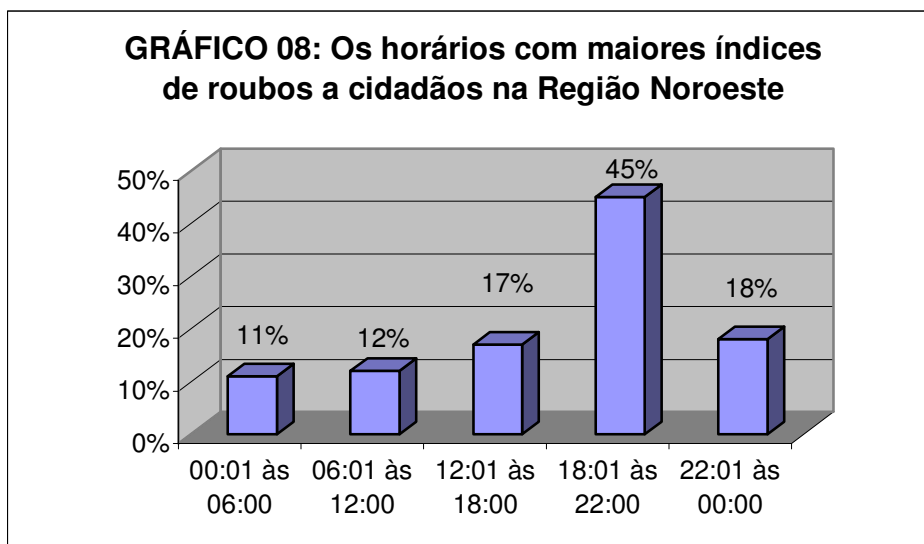
Outro fato é que cerca de 51% das pessoas já presenciaram algum tipo de furto ou assalto no bairro, contra 49% que não presenciaram nenhum tipo de criminalidade na Região Noroeste de Goiânia. Cf. Gráfico 07



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S./ 2004.

O crime ocorre constantemente devido às pessoas não se encontrarem presentes em suas residências durante o dia, quando estão trabalhando. Isso permite que as casas sejam roubadas; a precariedade da renda explica porque os moradores não possuem condições de criar vigilâncias no lar.

Houve um aumento considerável de furtos e roubos, pois em 2002 tivemos 337 casos registrados. Entretanto, em 2003 ocorreram 603 casos, ou seja, um aumento de 78,9% dos crimes ocorridos na região. Cf. Gráfico 08



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás – SSPGO, 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S./ 2004.

Estas práticas ocorrem principalmente nos horários de “pico”, quando os trabalhadores estão indo ou voltando do trabalho e os infratores se aproveitam para roubar o cidadão.

Nesse sentido, constatamos que o período de 18h01min as 22h00min constitui o momento de maior incidência de roubo e como o fluxo de pessoas é muito grande, torna-se “fácil” a ação desses infratores que costumam agir em pontos e dentro dos ônibus.

Serão abordadas, no próximo capítulo, além dessas, outras formas comuns de violência na Região Noroeste de Goiânia, bem como o sentimento de sua população, que, apesar de todas as dificuldades, a vê como um local de possível convivência.

## **CAPÍTULO III**

# **A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA E SUA IMPLICAÇÃO NA VIOLÊNCIA NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA**

As áreas urbanas brasileiras onde se concentram as mais altas taxas de crime contra a vida são os bairros mais pobres das grandes cidades. Essas áreas de alto risco estão marcadas por ausência ou insuficiência de serviços públicos (escolas, organizações culturais e esportivas, transporte, água potável e iluminação pública), falta de infra-estrutura comercial, ou isolamento ou acesso muito limitado a outros bairros, transformando-se em enclaves. Em tais espaços, a violência física é uma realidade concreta que afeta cada aspecto da vida diária. A frequência de homicídios, roubos, assaltos e agressões em geral é tão grande que provoca a desagregação da vida comunitária e, conseqüentemente, o virtual desaparecimento dos espaços públicos. Ali, onde a maioria dos homicídios ocorre e a presença da polícia é extremamente esparsa, para não dizer ausente, negligenciou-se o “monopólio estatal da violência legítima”.

Almeida & Pinheiro, 2003.

Nos capítulos anteriores, foi evidenciado que, especialmente a partir da década de 1980, Goiás e a região Centro-Oeste como um todo, passaram a ter um lugar diferente na divisão regional do trabalho no Brasil em função do processo acelerado de modernização que ocorreu em seus territórios. E isso se desdobrou numa intensa mudança socioespacial, sobretudo em Goiânia, que se expandiu e recriou a sua periferia numa mesma operação em que estavam presentes a desigualdade social e a violência urbana. Abordaremos, doravante, a relação entre a Região Noroeste e a violência.

Cabe, então, perguntar: que relação existe entre as áreas segregadas da metrópole regional e a violência urbana? Pode-se responsabilizar os moradores da periferia pela violência? Em que medida a representação da violência é, também, uma construção social e simbólica cheia de preconceitos?

Na teoria da violência e na reflexão geográfica que se faz dela na sua ligação com o espaço, encontramos em Almeida e Pinheiro (2003:29), a seguinte elucidação:

No Brasil, a violência interpessoal está profundamente arraigada na enorme desigualdade que existe entre as classes dominantes e quase todo o resto da população. Além da concentração de renda e de riqueza, os recursos de toda ordem, simbólicos ou de poder, estão igualmente concentrados. A essa desigualdade material, sobrepõe-se a racial, que tem mostrado grande instabilidade nos últimos 20 anos, não se percebendo diferença entre os tempos da ditadura e os da democracia.

Como está explicitado, a violência decorre da desigualdade social; segundo a ONU - Organização das Nações Unidas, o Brasil se apresenta em segundo lugar, perdendo somente para Serra Leoa na África. No processo que cria a desigualdade social, inclui-se a disputa pelo poder, a “guerrilha simbólica” e identitária entre os vários grupos sociais (inclusive no interior desses grupos), favorecida pela excessiva concentração da renda. Desse modo, a periferia de qualquer região brasileira sofre com o descaso público, embora não seja de hoje

que o espaço urbano é segregador. Mas os habitantes da periferia vivem, mais do que nunca, uma sensação de abandono, o que os revolta e se reflete, também, em sua baixa estima.

Mas, como podemos explicar o fato de nem todos os moradores praticam a violência, mesmo em extrema necessidade? Além disso, sempre é necessário registrar que o sujeito da violência geralmente foi objeto dela anteriormente.

A ocupação do Jardim Nova Esperança, que possibilitou a expansão de novas ocupações, como o Jardim Boa Sorte e o Jardim Boa Vista, iniciaram o processo de ocupação da Região Noroeste, criando bairros cuja motivação é a carência social (pobreza e baixo poder aquisitivo). O ideal da casa própria é a “janela” que essa população enxergou, na tentativa de resolver seus problemas mais prementes. As ações de barbárie dos policiais militares contra os seus ocupantes, certamente, contribuem para explicar a violência que predomina até hoje na Região Noroeste, o maior bolsão de pobreza da metrópole goianiense, também representada como território da violência.

### **3.1 - A GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA URBANA: Uma realidade na Região Noroeste de Goiânia**

Constatamos que o estado, mediante o seu aparato administrativo, cumpriu um papel conciliador e populista, impulsionando o processo de ocupação espacial da Região Noroeste. Paralelamente, é importante ressaltar que, na década de 1980, passaram nove prefeitos na administração de Goiânia, entre interventores, nomeados e interinos, o que mostra a relação do Governo local com o estado militarizado e a fragilidade da prefeitura em tomar decisões autônomas, vista a subordinação ao Governo Estadual. O poder do estado foi maior que o das lideranças locais, embora estas tivessem o papel de gerir o espaço criado.

Assim, pode-se afirmar que a efetivação da maioria dos loteamentos não decorreu da Prefeitura, mas do Governo Estadual, que interveio diretamente nos loteamentos urbanos, pressionando por sua legalização. Então, se compreende porque tais loteamentos foram implantados em áreas rurais, sem o mínimo respeito às leis de Zoneamento rural e urbano. Magalhães Sobrinho (2003: 15) evidencia tal acontecimento:

[...] A interferência do poder do governo estadual, que estabeleceu políticas habitacionais sem planejamento, onde o que importava era o depósito de gente, sem a mínima preocupação com o “trabalho e renda”, a ocupação da grande massa de mão de obra oferecida, sendo quem era para dar exemplo acabou por implantar loteamentos geralmente sem o planejamento, junto a áreas rurais, geralmente na contramão do respeito a uma cidade equilibrada e sustentável.

Dessa forma, a administração pública é responsável pelo elevado número de loteamentos clandestinos nessa região (antes formada por sítios e chácaras), que se desvalorizou, a partir de então.

Essa desvalorização, acompanhada pela representação simbólica de que ali era um lugar de pobreza, de miséria e de violência, permitiu que o Estado adquirisse terras para futuros loteamentos, o que criou um “superpovoamento” na Região Noroeste de Goiânia, consolidada como a maior área de concentração de pobreza do município de Goiânia.

Fica aqui evidenciada a participação direta do estado na construção do espaço urbano de Goiânia, na qualidade de sujeito da ilegalidade aliada à necessidade da população empobrecida. Poder-se-ia dizer que o estado, no começo da ocupação dessa região, praticou uma violência contra os direitos ambientais e violou a jurisdição da prefeitura.

Se o capital reproduz capital em forma de lucro, investimento e poupança, a pobreza reproduz a pobreza em forma de precariedade de vida, baixa escolaridade dos filhos, poucas condições de inclusão social. A relação capital/trabalho configurada no espaço passa para o conteúdo da vida e do futuro das gerações. E esta região passou a ser a mais violenta da cidade de Goiânia, com um grande número de jovens envolvidos com o delito, e que, supõe-se, podem estar no “mundo da criminalidade” por dois motivos: a exclusão social, agravada pelas práticas do estado populista, e a estrutura social das famílias

empobrecidas, aliada aos baixos salários, fizeram com que houvesse diversas ocupações e posteriormente a violência.

Estamos insistindo numa idéia largamente defendida pelos estudiosos da violência, que asseguram que ela é um problema social grave que afeta todas as classes, mas os seus fundamentos, as suas tipologias e ocorrências são complexas, pois colocam em cena os diferentes atores sociais num conflito com o estado, os empreendedores imobiliários, a macroeconomia, as políticas públicas, a gestão dos espaços, a estrutura da família, a relação entre moral e política etc. Dificilmente esses sujeitos sociais mostram a sua verdadeira face, ou a natureza de suas motivações e, ainda menos, as interrelações que podem existir.

Por outro lado, é comum, ao imaginário popular e às instituições públicas ligadas ao estado, interpretar a violência apenas pelas conseqüências, bem como propondo o policiamento do espaço urbano.

Porém, as mais diversas fontes operam na violência, desde os fatores sociais, culturais e/ou interpessoais, e uma espacialidade lhe é inerente. No espaço, a violência se concretiza se diferencia e contorna os seus modos vis e cruéis. Para Arendt (1985: 03 - 04):

A própria substância da violência é regida pela categoria meio/objetivo cuja mais importante característica, se aplica às atividades humanas, foi sempre a de que os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e que são necessários para alcançá-los. Uma vez que os propósitos da atividade humana, distintos que são dos produtos finais da fabricação, não podem jamais ser previstos com segurança, os meios empregados para se alcançar objetivos políticos são na maioria das vezes de maior relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos.

Assim, a violência é caracterizada por elementos, às vezes invisíveis e estruturais, que não mostram a sua face nas práticas do cotidiano. E ela é um fenômeno presente nas

mais diferentes sociedades, embora os índices e os meios de violência que ocorrem nos países ricos são diferenciados dos que ocorrem nos países pobres.

É no espaço que a exclusão social mostra o coração e ganha visibilidade. A ligação da exclusão social com o espaço, por definição, implica na consideração das ações político-administrativas que determinam o acesso, ou não, de uma população, no que se refere às condições de sua sobrevivência (moradia, educação, transporte, saneamento básico).

Esta exclusão pode condicionar a violência praticada, uma vez que a sociedade não segregada possui “regalias”, inexistentes na periferia. O sujeito da violência, antes violado e violentado, ao não obter infraestrutura do estado, como educação, formação para o trabalho etc., tende a construir a sua vida em meio ao medo do futuro e ao horror do presente, como vítima do preconceito e como álibi da polícia, simultaneamente.

A violência ganha aqui um sentido funcional: numa economia liberal, ela se coloca como modo de determinadas identidades de indivíduos privatizarem a solução, isto é, tentar resolver os problemas sociais pela via do roubo, do assalto, do furto e das linhas de fuga pela drogadição.

A representação de que a pobreza cria violência, muito forte no imaginário público, é verdadeira, mas não procede aquela segundo a qual o pobre é violento, pois isso esconde os fundamentos da própria criação e manutenção da pobreza (e da riqueza!) e atropela o entendimento estrutural da violência.

No caso da Região Noroeste, os índices de violência são alarmantes: cerca de 66,67% das vítimas de homicídio estão na faixa etária de 18 a 30 anos, o que demonstra a fragilidade e, principalmente, a falta de expectativa do jovem. Essa conotação da violência

a partir da etariedade revela que os idosos a praticam em grau menor, e as crianças ainda não se encontram aptas para tais atividades. Isso daria elementos ao estado para (re)organizar a sua política pública, especialmente no setor da escolarização e na geração de empregos.

Almeida e Pinheiro (2003:46-47) revelam essa situação:

Essas áreas de alto risco estão marcadas por ausência ou insuficiência de serviços públicos (escolas, organizações culturais e esportivas, transporte, água potável e iluminação pública); falta de infra-estrutura comercial; e isolamento ou acesso muito limitado a outros bairros, transformando-se em enclaves. Em tais espaços, a violência física é uma realidade concreta, que afeta cada aspecto da vida diária. A frequência de homicídios, roubos, assaltos e agressões em geral é tão grande que provoca a desagregação da vida comunitária e conseqüentemente, o virtual desaparecimento dos espaços públicos.

Devemos recordar que, na década de 1970, a desestrutura familiar e a inquietude do jovem face à ditadura militar contribuía para aumentar a criminalidade.

Atualmente, além da desestrutura familiar, há que se considerar que as drogas (que têm sido difundidas largamente nas escolas e bairros) e o agravamento da desigualdade social levam os jovens a se prostituírem, roubarem, furtarem ou matarem pessoas para adquirir as condições mínimas de sobrevivência. Almeida e Pinheiro (2003, 47-48) fazem essa reflexão:

Nas áreas onde há concentração de homicídios, constatou-se forte concentração de chefes de família com baixa renda e baixa escolaridade; altas taxas de desemprego; desigualdade na redução da mortalidade infantil; e fraca presença de efetivos policiais. Esses fatores somam-se ao alcoolismo, à falta do que fazer, ao uso de drogas e à exposição à violência. A população das áreas mais violentas do Brasil urbano se compõe de cidadãos que obedecem às leis.

Este fato é presente na maioria dos homicídios praticados na Região Noroeste de Goiânia. A criminalidade acaba se colocando como a forma mais abrupta da violência, a exemplo do narcotráfico do Rio de Janeiro, que criou novas territorialidades no tecido dessa metrópole nacional.

Essa violência não está restrita aos excluídos e aos jovens, é também praticada por policiais e outros agentes da sociedade civil, como políticos, empresários. Isso quer dizer que a delinquência vai se incorporando à cultura e alcança a própria ontologia social. Na verdade, a violência é intrínseca a todas as classes sociais e a qualquer profissão.

A análise de Almeida e Pinheiro (2003: 34) entra no âmago dessa problemática:

Essa incapacidade, omissão ou conivência dos governos se faz crescer de um estado de não-direito para a quase totalidade da população – ou seja, a ausência de acesso às garantias e aos direitos civis básicos elencados na Constituição e nas leis. Terminada a ditadura militar, o governo e as organizações da sociedade civil ainda não tiveram condições para consolidar o Estado de direito. Continua a prevalecer uma violência endêmica (expressa em altíssimas taxas de homicídio, graves violações dos direitos humanos, torturas e execuções sumárias), consagrada pela impunidade.

Pode-se dizer que é o próprio inconsciente coletivo que lida com a violência, nutrindo-se dela e usando-a para desculpar a delinquência em escala menor, como furar a fila, aceitar a corrupção, corromper guardas de trânsito, furar o sinal vermelho etc.

Essa análise nos permite perceber que a violência e suas principais nuances decorrem de fatos não mais isolados e, sim, presentes em todas as ações do ser humano.

### **3.2 - O AUMENTO DOS CRIMES E O SEU EFEITO SOCIOESPACIAL**

Falar de crimes e de seus índices tornou-se comum nos centros urbanos. Os diversos tipos de crimes praticados todos os dias são enfatizados por meio dos índices estatísticos como uma variável de estudo sobre a violência; vejamos como Oliveira (2002:186) expõe isso:

Não é novidade saber que a estatística e os mapas criminais têm um papel fundamental no trabalho preventivo quanto investigativo das polícias. Assim como ocorre com qualquer grande empresa, por meio dos números e da tabela, o gestor pode pensar a realidade de forma mais precisa, localizar os principais gargalos e alocar os recursos de maneira mais eficiente possível. Organizando os números, os policiais ficam sabendo em detalhes quais os crimes que mais crescem e onde ocorrem, e dessa forma podem atuar de maneira focada. Tantos benefícios transformaram o uso das estatísticas e dos mapas criminais em um consenso para as forças policiais brasileiras nos últimos anos.

Como evidencia o autor, este meio é muito utilizado pelo estado como uma estrutura do poder disciplinar, além de estabelecer parâmetros para a atuação das polícias nos bairros. Deve-se ressaltar também que, por meio da estatística, se pode manipular dados e pessoas com o discurso de que a sociedade está protegida do “mal” chamado violência. Manso (2002: 54) ressalta:

O irônico e cruel é que todos os dados, apesar de claros e reveladores – mesmo se considerarmos os possíveis erros da pesquisa –, são extremamente traiçoeiros e servem mais para confundir do que para clarear a realidade. Afinal, quando os números nos mostram que os homens jovens e moradores de bairros violentos, de uma maneira com esse mesmo perfil resolve seus problemas de forma diferente e pacífica. Por mais que as instituições se esforcem para ser justas – e não acredito que seja esse o caso –, o fato é que o medo de morrer leva os representantes dessas instituições a agirem de forma emocional, com uma boa dose de agressividade, contra um grupo que se tornou estigmatizado sem que as pessoas se dessem conta. Os dados estatísticos, além de servir para a polícia combater “os bandido”, ajudam a embasar os preconceitos existentes na sociedade e justificar a violência contra certos grupos da população. Essas instituições acabam, portanto, agindo de forma violenta com o aval de uma sociedade que tem medo e imagina saber onde se localiza a causa de medo.

O autor exprime o sentimento de medo e a maneira como os dados estatísticos são utilizados por órgãos governamentais e a polícia, que podem usá-lo de maneira preconceituosa, de forma acrítica e contra a população da região periférica, mas, também pode ser inovador trazendo consigo novas características, conceitos e teorias que possam estabelecer novos parâmetros para os estudos da violência.

Podemos, então, afirmar que os dados estatísticos são apenas a construção de uma representação de um fato, evento ou de uma dimensão da realidade social que, por ser complexa, histórica e cultural, não se encerra nos números; todavia, esses podem ser essenciais para o conhecimento de uma sociedade.

O crime é considerado como “violação culposa da lei penal, ato condenável”, conforme o dicionário Aurélio<sup>1</sup>, isto é, ele faz parte da violência, mas esta o supera, podendo não ser criminalizada.

A partir dessas considerações, utilizaremos como procedimento metodológico, a interpretação de dados estatísticos, que provém de registros policiais de crimes, denominados anteriormente de Boletins de Ocorrências (BO`s), substituídos pelos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO`s) - que foi criado para indicar os delitos, assim

---

<sup>1</sup> Dicionário Melhoramentos da Língua Portuguesa, 1977: 243.

como os Boletins de Ocorrência, mas com uma diferença, entram nos TCO's crimes cometidos como furto de celulares, crimes virtuais (internet), por exemplo, seria nesse caso, uma evolução para esse mundo de modernidade (nos antigos BO's, não se registravam esses delitos) - e elaborados pela polícia civil. São registros de crimes ocorridos na região, que indicam o delito praticado e precedem uma investigação. Nesse sentido, é possível determinar os tipos de delitos comuns na Região Noroeste e quais os horários em que foram praticados, e principalmente se foram crimes contra a pessoa e patrimônio ou homicídios.

Os crimes que podem ser inseridas nos TCO's, criados para abranger os diversos crimes, nem sempre condizem com os dados estatísticos, isto porque não são todas as vítimas que fazem as ocorrências na delegacia, gerando uma distorção considerável no número de delitos praticados contra a pessoa, o que evidencia a falta de credibilidade das pessoas nas delegacias de polícias e seu pessoal; o mesmo é válido em relação ao poder judiciário, tido como ineficaz.

É importante ressaltar que a própria polícia, responsável pelos dados estatísticos, tem a visão de que toda a população é criminosa em potencial, o que a conduz a táticas diversas, dentre elas a *abordagem*, que constrange a maioria da população. Além disso, deve-se avaliar as ações de policiais envolvidos em inúmeros eventos criminosos.

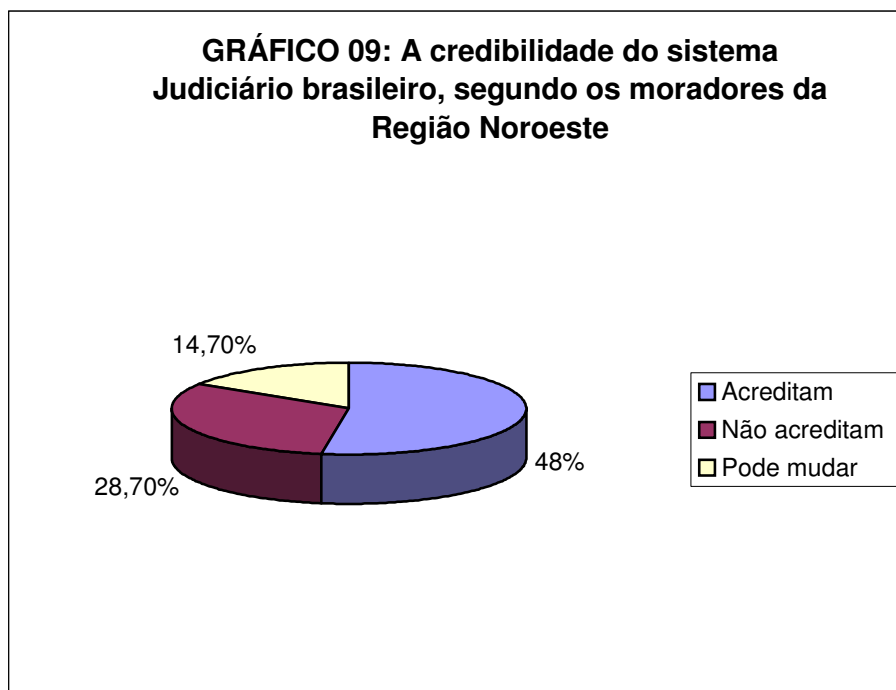
Antes de discutir as ações policiais e os meios para a redução da criminalidade, é importante evidenciar as principais categorias de crime que produzem os dados estatísticos usados pelos policiais: civil e militar, que se baseiam nas definições do *Código Penal* brasileiro.

### **3.2.1 – AS LEIS E AS TENDÊNCIAS CRIMINOSAS**

O Código Penal brasileiro apresenta algumas peculiaridades que permitem que o criminoso possua “regalias” e logo seja “liberto” da cadeia. Como o Código Penal possui regras de conduta e correção datadas da década 1940 que ainda são utilizadas, há “brechas” jurídicas, contrariando alguns artigos da Constituição de 1988, atualmente vigente. Daí a insegurança da população dos centros urbanos e da periferia.

Nos dados referentes ao questionário por amostragem – 350 questionários –, que aplicamos no período de Junho à Dezembro de 2004, nos 32 bairros da Região Noroeste, detectamos que apenas 16% das pessoas consideram o trabalho da magistratura eficaz para a sociedade.

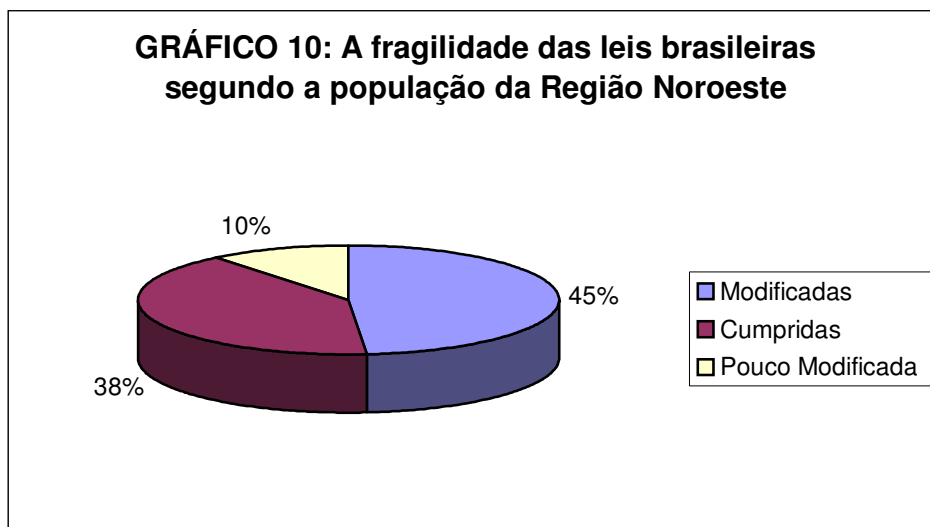
No entanto, quando perguntamos se acreditam no sistema judiciário brasileiro, os dados evidenciam uma insatisfação, visto que 48% acreditam em sua eficácia, seguidos por 28,7% que não acreditam e apenas 14,7% que acreditam que o poder judiciário pode ser eficaz e pode mudar a atual situação da criminalidade. Cf. Gráfico 09.



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S/ 2004.

O gráfico demonstra que a população da Região Noroeste, mesmo desamparada pelos órgãos públicos, ainda acredita que o sistema judiciário brasileiro poderá mudar e será mais eficiente e humanitário, ou seja, não discriminatório e repulsivo às camadas inferiores da sociedade.

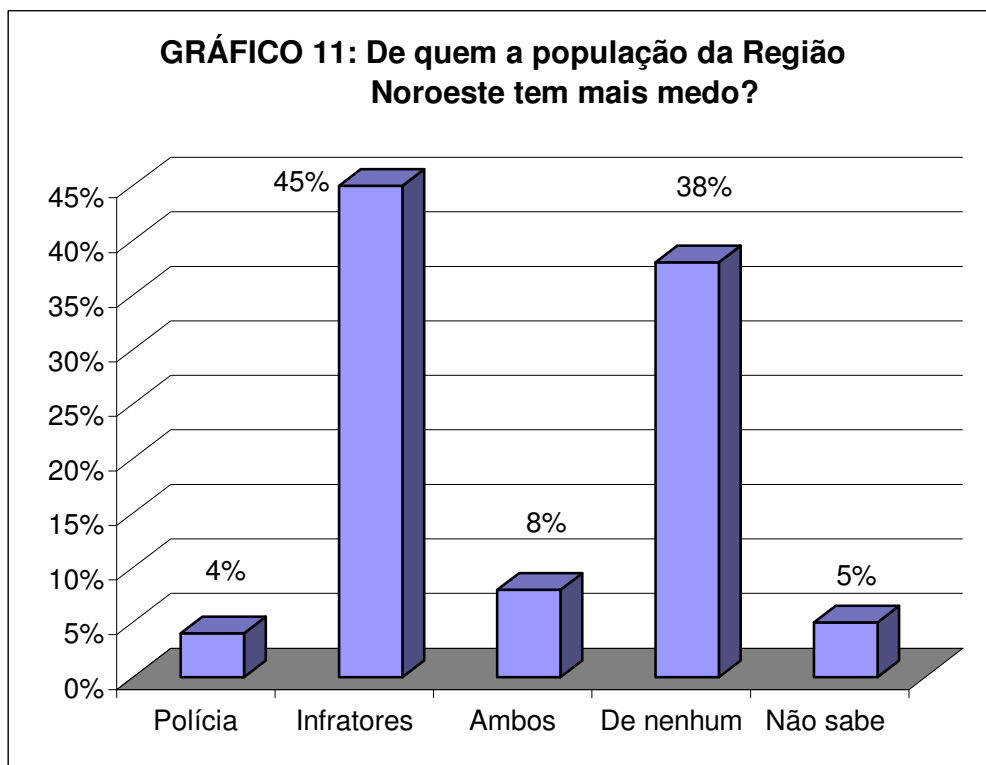
Com relação às leis, fica ainda mais evidente que a sociedade as considera frágeis, e que deveriam ser modificadas (para 45% dos questionados). Além disso, 38% consideram que as leis deveriam ser cumpridas e somente 10% acreditam que, sendo pouco modificadas no sentido de serem mais aplicáveis e cumpridas, elas seriam respeitadas pelos criminosos. Cf. Gráfico 10



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.

Org.: JESUS JÚNIOR, R. S/ 2004.

Assim, quase metade desse grupo considera que o Código Penal deve ser totalmente alterado e que as leis devem ser respeitadas e cumpridas por todas as classes sociais e não somente pelos pobres e negros. Dessa forma, torna-se imprescindível à atuação do Poder Público, do Estado e da sociedade em geral, reivindicar o respeito aos direitos estabelecidos pela Constituição brasileira. Isso reflete o medo da população: 45% têm mais medo dos marginais do que da polícia (4%) ou de ambos (38%). Cf Gráfico 11



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S./ 2004.

O gráfico reflete o temor da população da Região Noroeste com relação aos infratores - e nem tanto com relação aos policiais significando que a comunidade ainda acredita no aparato policial - que, por estarem na periferia, estão mais susceptíveis à criminalidade e à truculência da polícia.

Depois da Constituição de 1988, as leis modificaram-se notavelmente, uma vez que o homem deixa de ser o chefe da família e o direito reconhece que a mulher exerce esse papel (de fato e de direito). A mulher também não é mais dependente do homem e vem buscando maior ascensão em quase todos os setores da economia. A intenção aqui não é evidenciar a violência contra a mulher, mas mostrar a evolução das leis na sociedade

moderna, mediante as recentes transformações sociais, políticas e econômicas. Bicudo (1994: 62) analisa:

A timidez do governo brasileiro no atendimento das necessidades de modernização do aparelhamento judiciário tem sido, sem dúvida, a causa avassaladora em que se debate a nossa justiça. Com respostas quase sempre tardias, deixa que esta se embarace tato na inabilidade e incompetência das partes quanto no arbítrio de juizes e tribunais, negligenciando – muitas vezes conscientemente – todo o elenco dos direitos humanos.

Observa-se, na fala do autor, que a impunidade, o legalismo, a dificuldade de conhecer o regime jurídico entram no processo de violência. A dificuldade de pagar honorários aos advogados, o medo de defender os próprios direitos, colocam a cidadania como elemento de salvaguarda da violência e dos violentados.

O número crescente dos índices de violência decorre de diversos motivos, dentre eles, acidentes de trânsito, contra a mulher, contra a criança, e contra o idoso. É importante evidenciar que as informações aqui estudadas estão voltadas para crimes contra a pessoa e crimes contra o patrimônio, ambos com furto e roubo.

O crime contra a pessoa e contra o patrimônio tem evoluído na Região Metropolitana de Goiânia. Os crimes contra o patrimônio têm sido um dos responsáveis pelo aumento da violência, visto que os roubos e furtos têm se elevado consideravelmente nos últimos 10 anos – 1994 a 2003. Neste período, percebe-se que o crime contra o patrimônio – furto - cresceu cerca de 17,8%; no entanto o roubo obteve um crescimento preocupante de 48% no mesmo período, refletindo-se na proporção dos crimes por 100 mil habitantes.

Os dados revelam, em suma, as características e as diferenças sociais que geram a violência em uma sociedade “refém do próprio medo”.

### **3.3 - A SEGURANÇA PÚBLICA E O POLICIAMENTO NOS EVENTOS DA VIOLÊNCIA: a visão dos sujeitos**

Embora a função da polícia seja a de manter a ordem e a segurança de todos os cidadãos, e o da segurança pública é governar educativamente o policiamento, vemos que as suas funções vêm sendo distorcidas, em especial, a partir do período do regime militar, que lhe concedeu atribuições com *status* de forças auxiliares, sendo um atentado contra a democracia, e que agravou a imagem pejorativa da polícia e da segurança pública. Para melhor entendermos isso, será feito um breve histórico do surgimento da polícia e de suas atribuições.

A polícia brasileira tem suas origens na matriz anglo-saxônica. Lima (2002:44) observa que,

Criada em 1829 em Londres, esta polícia apresenta como principais características à natureza descentralizada (local), civil (dividida em divisões uniformizadas e de investigação) completa e comunitária das polícias, sendo que o controle externo é exercido pelo Ministério Público, pelo Judiciário e por outras instituições. A filosofia é a da aproximação com os cidadãos, como forma de conquista a confiança dos mesmos.

Como afirma o autor, a polícia brasileira foi criada com a filosofia inglesa – esta foi criada para coibir, reduzir e proteger o cidadão inglês do crescente índice de violência na Inglaterra - que deu origem a diversas polícias no mundo. Isso ocorre porque a Inglaterra é pioneira em investigar assassinatos e ao mesmo tempo faz o serviço de proteção e

policciamento ostensivo ao cidadão, que projetou a redução dos índices de criminalidade nesse país, explicando o interesse do Brasil em aplicar a mesma filosofia inglesa na investigação e proteção ao cidadão.

A única diferença é que não há interação entre os Comandos das polícias militar e civil, com a especificação distinta das ações entre ambas, cabendo à Polícia Militar o patrulhamento preventivo e ostensivo e, à Polícia Civil, as funções de investigação e de polícia judiciária.

Como relata o delegado Waldir Soares, do 22º Distrito Policial da Vila Mutirão:

*[...] O cidadão não sabe o papel da polícia civil e da polícia militar. A polícia civil é investigação, é fazer inquérito policial, é apresentar autoria e materialidade. A polícia civil atua depois que o crime acontece, raras as situações com o tráfico que atua concomitante. Evitar que o crime aconteça, que se matem, evitar que se furte, evitar que se roubem, evitar que se estuprem, evitar que se pratique é papel da polícia militar. A polícia civil é investigar, dizer quem matou, quem roubou, quem furtou, quem traficou, evitar que esse crimes aconteça é papel da polícia militar, certo, papel do ministério público: denunciar, receber através do inquérito policial autoria e materialidade introduzida pela polícia civil que fez a investigação e denunciar cada um tem o seu papel constitucional[...].*

Na fala do delegado Waldir Soares, fica claro o papel da polícia civil e militar no sentido de suas atribuições e afazeres que instituem as funções de investigação e policiamento ostensivo respectivamente, para que se possa amenizar o crescente número de criminosos e a própria violência.

A polícia brasileira nunca teve a função de garantir os direitos e a proteção dos cidadãos e a oligarquia transformou as Polícias Militares em exércitos estaduais, comandados pelos governos locais, na Primeira República (1889-1930). O paradoxo é o da

Polícia Militar Paulistana que, em 1906, contratou uma missão francesa de treinamento, no intuito de criar combatentes para defender os interesses do federalismo oligárquico, antecipando-se ao exército nacional, que contratou a missão em 1920.

O revelador é que a Polícia Militar do Estado de São Paulo possuía a sua disposição peças de artilharia e até uma esquadrilha de aviões militares, além de ter mais combatentes que a própria Polícia do período imperial até a Primeira República.

Contudo, o exército jamais aceitou perder o controle das Polícias Militares regionais, pois isso representava a perda de força militar hegemônica no Brasil. Foi a partir do período da ditadura militar (1964-1985) que o exército conseguiu retirar o poder das Polícias Militares e colocá-las sob seu total controle e supervisão. Com isso, proibiu-as de usar artilharia e aviação militar, e elas passaram a ser denominadas de Forças Públicas, de acordo com o artigo 144, § 4, 5, 6 da Constituição Federal, Decreto 1072 de 30 de dezembro de 1969.

No entanto, foi no período do regime militar que as polícias militares absorveram a ideologia de segurança nacional e a estrutura militar sob controle e orientação das Forças Armadas. A segurança pública passou a ser vista como ponto crucial para as decisões que envolvem a segurança nacional, em que o criminoso era visto como inimigo do regime e deveria ser eliminado.

É nesse período que as Polícias militares e civis passam a praticar crimes aos direitos humanos, como torturas, prisões sem mandatos, etc. Silva (2001:69) disserta sobre esse processo:

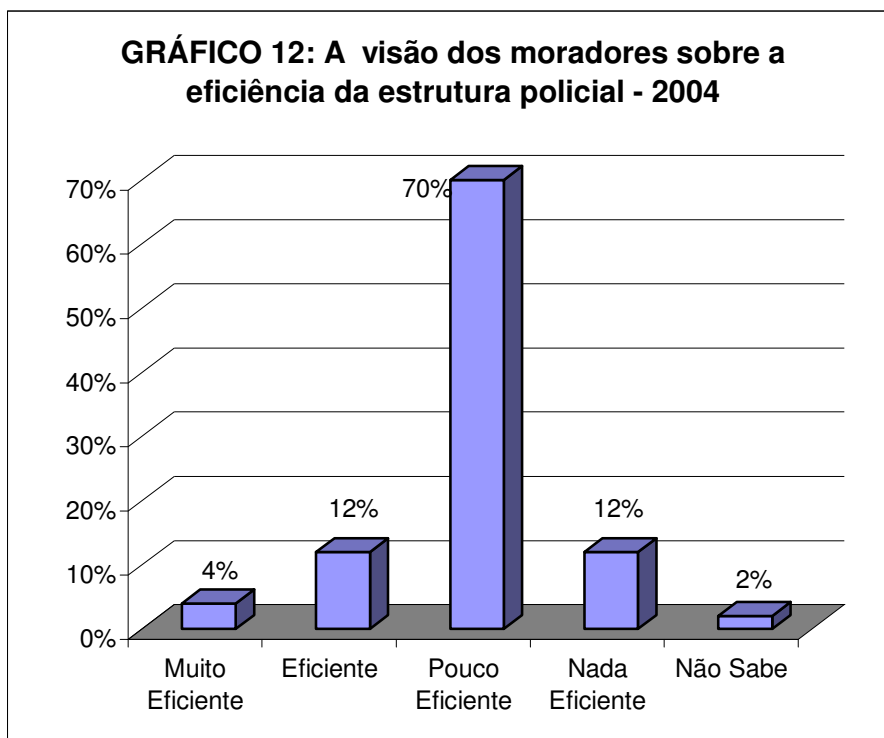
É pouco provável que alguém discorde da afirmação de que a polícia brasileira ainda carrega as marcas da truculência; que não se livrou totalmente do papel de garantia de uma ordem social historicamente calcada na hierarquia social e na discriminação. (...) revelam o que, na verdade, todos sabem, sobretudo as tradicionais vítimas, pessoas pobres da periferia das grandes cidades.

O reflexo disso está no índice crescente da violência policial e na desconfiança da população por esse agente que tem como função “proteger o cidadão”. A polícia, na verdade, surgiu para atender as oligarquias estaduais, no intuito de protegê-las mantendo o controle social e coibindo as manifestações populares. Segundo Lima (2002: 48):

A forma de ação policial recoloca, então, a questão sobre o significado que a lei e justiça têm para as distintas classes sociais que compõem a população. A descrença dos cidadãos na organização da justiça revela um estranhamento entre cidadão e o aparelho de justiça penal.

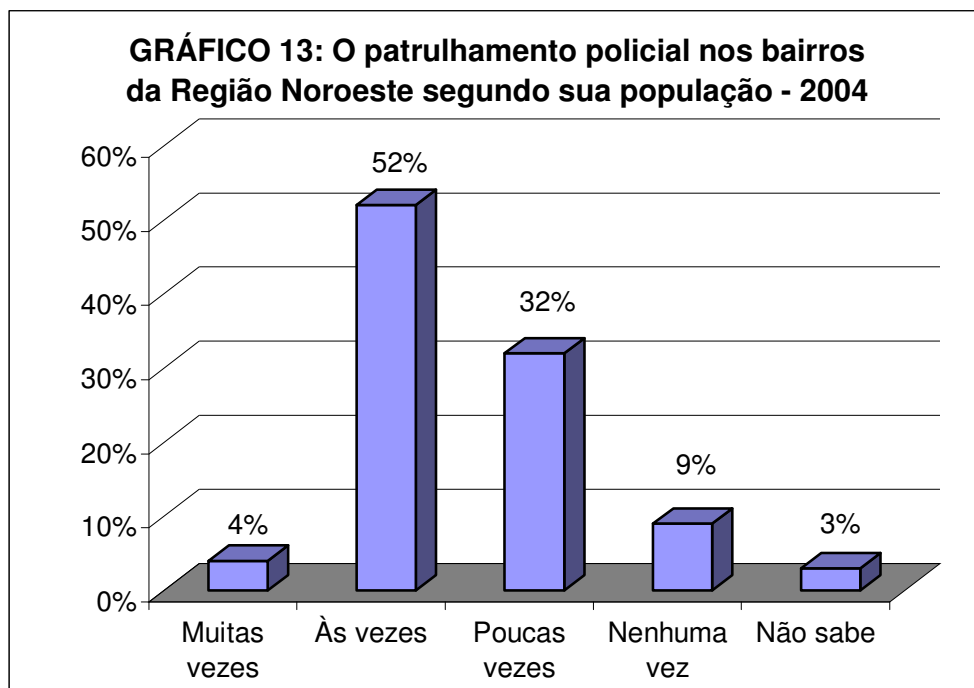
Isso recoloca em “xeque” o aparato judicial e policial a respeito da confiança dos cidadãos sobre a polícia. Por outro lado, o Brasil não amadureceu e muito menos intensificou uma polícia científica, melhor, uma polícia forense (atualmente possuímos uma Polícia Técnica Científica).

A deficiência científica da polícia repercute na prática de crimes, pois não há isolamento da área do crime, não se recolhem impressões digitais, os policiais são mal treinados e equipados, evidenciando o amadorismo de nossas polícias. O que fica claro quando a população define pouco eficiente a atuação da polícia na região. Cf. Gráfico 12



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S/ 2004.

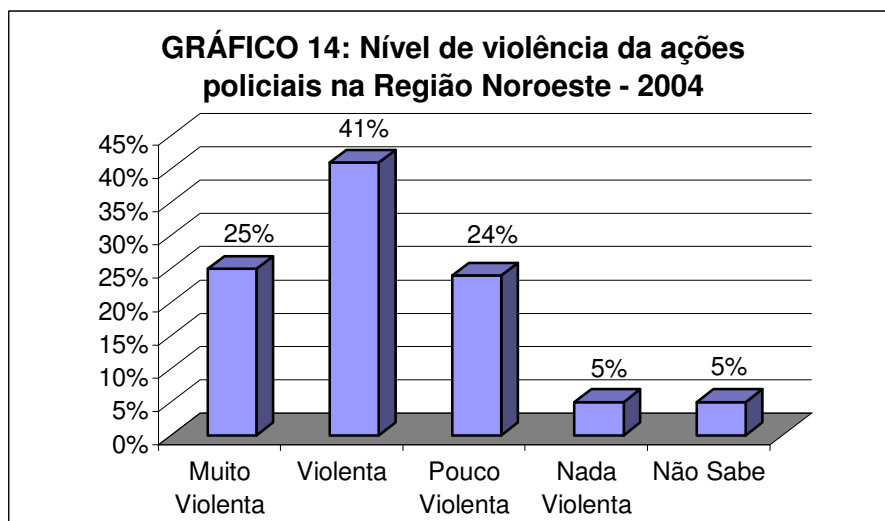
Isso é constatado também quando a população foi questionada com relação ao patrulhamento ostensivo da polícia militar, em que 52% dizem que às vezes a polícia faz o patrulhamento, seguido de 32 % que alegam que poucas vezes vêem a polícia em seu bairro. Cf. Gráfico 13



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.

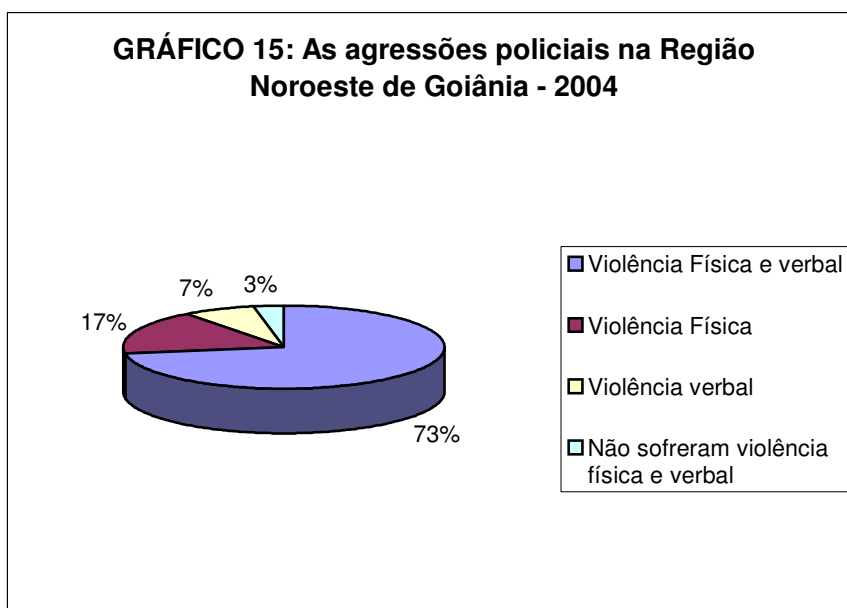
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S/ 2004.

No trabalho de campo realizado por amostragem, foi possível constatar junto aos moradores de Região Noroeste de Goiânia, que as ações policiais são classificadas como violentas 41%, seguidas de 25% de muito violenta, 24% pouco violenta, 5% acham nada violentas e 5 % não sabiam responder. Cf. Gráfico 14



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S/ 2004.

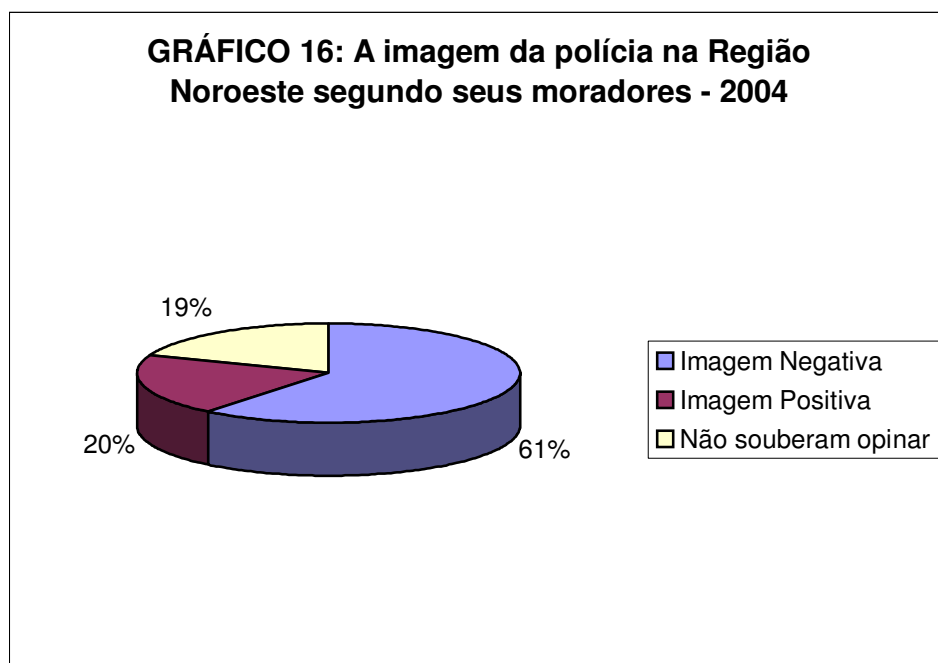
A população sofreu 73 % com a violência física e verbal, tendo como segundo parâmetro a violência verbal com 17 %, a violência física com 7 % e nenhum dos dois representam 3% dos moradores que sofreram com a violência policial. Cf. Gráfico 15



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S/ 2004.

Os índices de agressão policial contra a população da Região Noroeste de Goiânia têm sido altos, evidenciando o aspecto de desconfiança, medo e discriminação e preocupação da população com a instituição polícia militar.

Isso também se reflete na imagem negativa (61%) da polícia para os moradores, em que as imagens positivas (20%) pouco podem ser levadas em conta diante da desconfiança da população; além disso, não souberam opinar 19% da população questionada que não vêem o lado negativo e/ ou positivo da polícia. Cf. Gráfico 16



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S/ 2004.

A imagem da polícia está desgastada perante a sociedade, que vê nessa instituição uma extensão das barbaridades praticadas por “bandidos”. Além disso, a imagem pejorativa de que todos são “iguais” – bandidos e policiais - faz com que a população se sinta

constrangida em pedir auxílio policial visto que tem o temor de ser humilhada pelos homens de farda.

Este reflexo da violência praticada pela polícia militar está presente na música do grupo O Rappa (CD: Tribunal de rua, Letra: Marcelo Yuka, 2000), que procura retratar em suas letras o cotidiano da sociedade, que se encontra coibida e/ou constrangida em pedir o auxílio policial. Isto é, a “velha” imagem da ditadura ainda persiste como um dos indícios da atual violência contra a sociedade, que sofre todos os dias com o autoritarismo dos policiais.

Atualmente, “todos” são suspeitos desde que sejam pobres ou negros, os quais são abordados todos os dias pelos canos dos revólveres da polícia, retratando o estigma de que este lado da sociedade é marginalizado, sugerindo que um grupo de policiais, inconformado com seu emprego, descarrega seu estresse na população, na “porrada”, “na humilhação” ou na “morte” de cidadãos inocentes.

O imaginário popular brasileiro consagra, atualmente, uma insegurança relativa ao papel da proteção do policial, que até a música popular narra a violência gerada por ela; por exemplo:

O cano do fuzil, refletiu o lado  
Ruim do Brasil  
Nos olhos de quem quer  
E me viu único civil rodeado de  
Soldados  
Como se fosse o culpado  
No fundo querendo estar  
À margem do seu pesadelo  
Estar acima do biótipo suspeito  
Mesmo que seja dentro de um carro  
Importado.

Autor da letra: Marcelo Yuka (O Rappa)

Essa violência praticada contra os cidadãos tornou-se comum em delegacias para que o criminoso confessasse o crime. Em alguns momentos o suposto criminoso – na maioria das vezes inocente –, relata o crime não cometido para terminar a sessão de tortura. Eram comuns as prisões sem indícios de crimes e provas falsas que acarretaram na prisão de inocentes por crimes não cometidos. Como podemos ver em um outro trecho da música:

Pois nem sempre é inteligente  
Peitar um fardado alucinado  
Que te agride e ofende para te  
Levar alguns traçados  
Era só mais uma dura  
Resquíio da ditadura  
Mostrando a mentalidade  
De quem se ente autoridade  
Neste tribunal de rua.

Autor da letra: Marcelo Yuka (O Rappa)

Devido ao fato de alguns fardados corruptos utilizarem práticas ilícitas para extorquir, ameaçar ou desmoralizar o cidadão abordado, a sociedade passa a enfrentar e denegrir a polícia. Por fim, esse enfrentamento com os policiais, fez com que a polícia criasse o que se chama de Grupos Especiais de Ações – GEA, a quem cabe o patrulhamento reforçado na cidade.

São grupos que atuam no patrulhamento ostensivo contra o crime e apresentam treinamentos especiais contra qualquer ação direta do criminoso ou do cidadão. Estes grupos denominados Grupo de Ações Táticas Especiais – GATE, Batalhão de Choque, Grupo de intervenção Rápida e Ostensiva – GIRO e as Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas - ROTAM, têm uniformes diferenciados e se caracterizam pela truculência e pela violência, gerando na população medo e distanciamento.

Diante disso, deve-se salientar o efetivo policial (civil e militar) na Região Noroeste de Goiânia. Como podemos evidenciar, é muito reduzido para uma área composta de 32 bairros e uma população de mais de 100.000 habitantes. Cf. Tabela 05 e Tabela 06

**Tabela 05: Equipamentos da Polícia Civil em Goiânia – 2001**

| Equipamento    | Quadro do Pessoal |          |        |           |                |       | Nº Viaturas | Média Mensal de Ocorrência |
|----------------|-------------------|----------|--------|-----------|----------------|-------|-------------|----------------------------|
|                | Delegado          | Escrivão | Agente | Motorista | Ag. Carcerário | total |             |                            |
| <b>1º DDP</b>  | 7                 | 25       | 33     | 7         | 1              | 73    | 10          | 1467                       |
| <b>21º DDP</b> | 1                 | 3        | 4      | 4         | 1              | 13    | 3           | 52                         |
| <b>22º DDP</b> | 1                 | 4        | 5      | 1         | 1              | 12    | 4           | 105                        |

Fonte: Diretoria Geral da Polícia Civil/ SIPT & SEPLAN – 2001.

Org.: JESUS JÚNIOR, R. S/ 2005.

Na tabela 05, verifica-se que existem duas delegacias na Região Noroeste de Goiânia, que são o 21º DDP, que abrange 18 bairros e o 22º DDP, que inclui 14 bairros, constituindo nesse caso totalizando cerca de 111.389 habitantes. Portanto, percebe-se que o total do quadro pessoal da polícia civil da Região Noroeste é insuficiente, em consequência tem-se um número de ocorrências mensais baixas, com relação ao 1º DDP, que abrange a região central de Goiânia. Mesmo assim, ainda possui uma importância na investigação dos delitos cometidos. As delegacias estão localizadas respectivamente no setor Finsocial e Vila Mutirão na Região Noroeste de Goiânia, como vemos nas figuras 07 e 08.

Figura 07: O 21º Distrito Policial no setor Finsocial – 2004



Fonte: Trabalho de Campo – 2004.  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. – 2004.

Figura 08: O 22º CIOP'S no setor Vila Mutirão – 2004



Fonte: Trabalho de Campo – 2004.  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. – 2004.

Constata-se que as ocorrências são relativamente baixas devido à população não buscar o atendimento da polícia civil nessa região, isso pode ser comprovado pela diferença entre as ocorrências da Polícia Civil e Militar. Deve-se lembrar que a polícia Civil faz o trabalho de investigação, enquanto a Polícia Militar tem como obrigação o trabalho ostensivo e de proteção, por isso a população recorre diretamente a ela, pois, a mesma está diretamente ligada às ações de intervenção direta contra os infratores.

**Tabela 06: Equipamentos da Polícia Militar do Estado de Goiás em Goiânia – 2001**

| Equipamento    | Número efetivo de policial (PM) | Número de viaturas | Média diária de ocorrência |
|----------------|---------------------------------|--------------------|----------------------------|
| 1º BPM         | 587                             | 75                 | 9,56                       |
| <b>13º BPM</b> | <b>526</b>                      | <b>28</b>          | <b>35,81</b>               |

Fonte: Polícia Militar do Estado de Goiás – Seção de Planejamento/ CIOE & SEPLAN.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S./ 2005.

Com relação a Polícia Militar, percebe-se na tabela 06 que o efetivo policial na Região Noroeste, representado pelo 13º Batalhão da Polícia Militar, é comparável com o da região Central de Goiânia, representado pelo 1º Batalhão da Polícia Militar. Isso pode ser explicado devido ao número de ocorrências, que chegam a 35,81% na Região Noroeste contrastando com a região Central, onde é de 9,56%. Isso nos revela que a região estudada tem um índice de ocorrências elevado, se a comparamos com outras regiões da cidade de Goiânia. Cf. Figura 09

Figura 09: O 13º Batalhão de Polícia Militar no Jardim Curitiba - 2004



Fonte: Trabalho de Campo – 2004.  
Org. JESUS JÚNIOR, R. S. – 2004.

Assim percebe-se a presença da Polícia Militar na prevenção contra os crimes na Região Noroeste, mesmo possuindo um aparato deficitário com um batalhão mal estruturado como se pode ver na figura 09, ainda, é possível coibir a criminalidade nessa região.

### **3.3.1 – O PODER POLICIAL E O “BICO” – ATÉ QUANDO?**

Os policiais (militares e civis) vivem em um constante estresse, quer pelos riscos da profissão, quer pelos baixos salários, além das longas jornadas de trabalho. Essas longas jornadas de trabalho decorrem dos chamados “bicos” que complementam o salário; apesar de serem ilegais, tornam-se institucionalizados pela corporação, pois muitos policiais fardados ou não se encontram em Shoppings, supermercados, prédios públicos e privados e empresas de vigilância, perfazendo uma jornada dupla de trabalho.

Em abril de 2004, esses contratos de cooperação foram considerados irregulares por parte do estado, que solicitou a suspensão de tais contratos, o que não está ocorrendo de fato. Estima-se que o efetivo da Polícia Militar é de 13,5 mil militares; desses, 6,9 mil militares exercem dupla jornada para complementar o soldo<sup>2</sup>, vivendo no limiar do estresse da profissão e da carga horária dupla.

O interessante é que a maioria dos policiais que atuam clandestinamente, utilizam fardas e armas nos estabelecimentos quando estão de folga da guarnição, recebendo salários e obedecendo a contratos específicos, o que é proibido, mas as utilizam como forma de impor o respeito e coibir o criminoso de atuar no delito.

Como reverter à situação? Uma das alternativas seria estabelecer uma cota de gratificações pela produtividade de cada policial em seu turno, isto é, a cada prisão efetuada em bases legais, entorpecentes encontrados ou armas apresentadas, seria dada uma

---

<sup>2</sup> Termo militar para designar salário.

gratificação pelos serviços prestados a cada mês, o que seria uma solução contra os “bicos”. É o que encontramos nos depoimentos; à exceção dos delegados agentes e da população da Região Noroeste de Goiânia, serão usados nomes fictícios.

A idéia proposta também é compartilhada pelo Delegado Daniel do 21º Distrito Policial – Finsocial quando relata:

Uma das idéias é o seguinte: Você padronizar algumas ações, por exemplo, o governo federal não tá pagando pro desarmamento R\$100,00 pra você dar o revolver velho, quebrado, por que não dar R\$50,00 pro policial que faz uma abordagem e apreende uma arma ou um valor maior pra uma abordagem de drogas ou quando ele desbaratina uma quadrilha ou quando você salva a vida de alguém, isso tem ser isso tem que ficar claro e o que o trabalhador tá procurando na segurança pública ganhar bem, viver bem isso é normal todos nós precisamos , isso seria extremamente importante seria uma forma efetiva de mudar a força policial se ela vier junto ao combate a corrupção.

Da mesma forma, o Delegado Walter Soares do 22º Distrito Policial – Vila Mutirão, em depoimento, também acredita que a melhor maneira de melhorar a força policial é por meio da produtividade e evitar a dupla jornada. *“A polícia tem que trabalhar com produtividade. Dessa forma é possível haver uma melhora de vida dos policiais, que são constantemente “massacrados” com salários baixos, estresses e perigos da profissão”.*

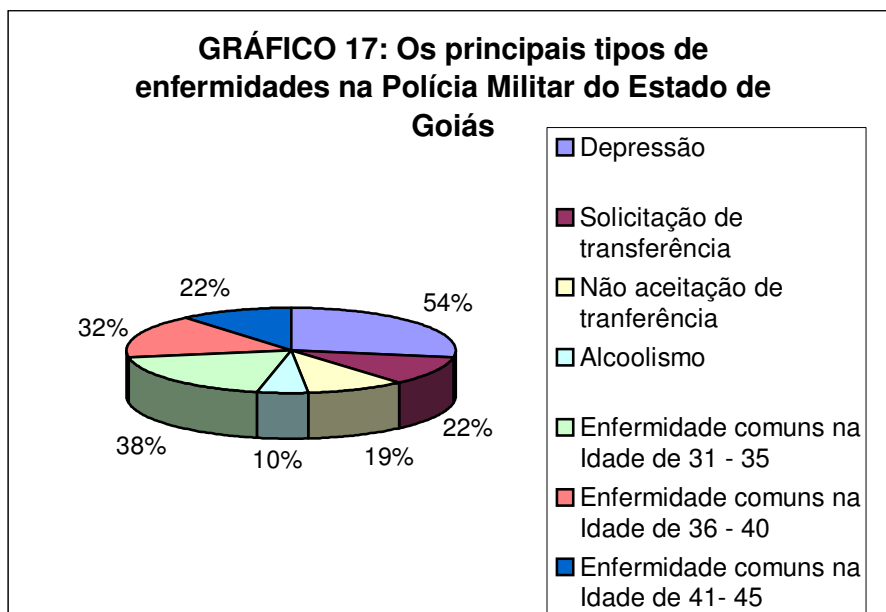
Um outro fato comum é o estresse da profissão, contra a qual o delegado Waldir Soares, do 22º Distrito Policial da Vila Mutirão, “lança” a idéia de dois meses de férias para os policiais:

Sou da opinião que se hoje a magistratura tem dois meses de férias, se o poder judiciário, se vereadores tem três, quatro meses de férias, professores tem dois meses em alguns casos, né, acho que a polícia também deveria ter dois meses de férias, mas seria na seguinte situação: trinta dias você teria férias, quinze no início do ano, quinze no final do ano, os outros trinta dias seriam passando na academia fazendo cursos se atualizando. O policial de estar bem preparado fazendo cursos, então, você teria sessenta dias mais obrigatoriamente trinta dias para fazer cursos.

Com isso, o policial estaria se atualizando para acompanhar as modificações da sociedade, além de estar mais preparado e ter maior disponibilidade para trabalhar em conjunto com a sociedade.

Do contrário, o policial se mantém a mercê dos próprios ofícios, o que tem causado diversos problemas na corporação. Isso vem ocorrendo com frequência, pois a maioria dos policiais está com problemas psicológicos e necessita de ajuda médica. Os principais sintomas são: o estresse, a depressão e, em quantidade menor, a esquizofrenia e a psicose, que começam com as lesões físicas que os impossibilitam de continuar nas ruas. A desmotivação e a insatisfação com o trabalho, aliadas aos baixos salários, elevadas cargas horárias e cobranças excessivas, contribuem para a ocorrência de violências policiais nas ruas.

Segundo os dados da Polícia Militar de Goiás, as principais causas são: a depressão (54%), solicitação de transferência (22%), não aceitação de transferência para o setor administrativo (19%) e o alcoolismo (10%), sendo mais propensos a este tipo de enfermidade, os policiais com 36 a 40 anos de idade (38%), seguidos pelos de 31 a 35 anos de idade (32%) e 41 a 45 anos (22%). Cf. Gráfico 17.



Fonte: Jornal O Popular, 24/06/2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S./ 2004.

Assim, verificamos que os índices de enfermidades que afetam os policiais são preocupantes, devido ao constante estresse e a tensão do trabalho. Isso se reflete diretamente na sociedade, que se depara com este profissional nem sempre em perfeitas condições de saúde.

Com relação ao tempo de serviço, varia de 16 a 20 anos (38%), de 11 a 15 anos (35%) e de 5 a 10 anos (27%) os que mais apresentam sintomas de esgotamento nervoso e insônia. No entanto, os possíveis fatores desencadeadores dos problemas, podem ser a falta de apoio familiar, separação conjugal, sentimento de rejeição ou inutilidade, falta de atenção da corporação e/ou sentimento de perseguição por parte dos colegas ou do comando; tudo isso pode levar os policiais ao hospital da corporação.

Essas informações apresentadas são fundamentais para não se ter uma idéia pejorativa, reducionista e simplista do policial e da atividade de policiamento; na verdade,

hoje, mais do que nunca, os “policiais precisam do divã”. O modo como a sua atividade é exercida coloca-o numa condição de dificuldade, de contradição, conflito e, inclusive, de doença.

Como relata o delegado Waldir Soares, do 22º Distrito Policial da Vila Mutirão:

Veja só, eu administro muito bem essa questão do estresse, mas vejo que a atividade policial deixa o policial numa situação “à flor da pele”, como dizem as pessoas, né, todo você na delegacia lida diariamente com problemas você não lida aqui com é, não vêm aqui pessoas na delegacia trazer bombom, chocolates de trazer agrados, as pessoas vêm aqui com problemas, você tem que resolve-los, esse é o papel do policial e nós temos dado a resposta e quem lida demais com problemas as vezes esquece os seus, então eu acho que ai existe a necessidade de acompanhamento anual psicológico é acompanhamento social e o policial tem que ser tratado como uma pessoa diferenciada em razão de lidar com os males da sociedade, que não ninguém quer lidar.

O mesmo problema é questionado pelo delegado Daniel do 21º Distrito Policial da Vila Finsocial.

A classe de profissionais onde ocorre o maior número de suicídios é a dos policiais, é primeiro de policiais militares, em segundo os policiais civis e federais, então isso aí já demonstra o grau de estresse que a gente trabalha. O policial tanto civil quanto militar ou federal, especialmente o policial civil e o policial militar trabalha com a dificuldade, ninguém vem para a delegacia pra conversar coisa boa, a não ser você que esta vindo aqui agora para discutir, mas o normal é a gente chegar com pessoas com problemas, com ódio muito grande do Estado que deu tudo errado e desconta sempre aqui na gente. A gente depara com crianças estupradas, mulheres violentadas, pais de família desestruturados, muito problema de drogas, desestruturação familiar, você trabalha com isso 12 horas por dia chegar em casa, você não consegue desvincular, nós temos problemas gravíssimos, entre policiais civis e militares de dependência de álcool, que a pessoa começa a usar álcool, problemas gravíssimos de dependência de drogas, é questões que as corregedorias tem tentado trabalhar para não culpar esse policial, mas reeducá-lo, inseri-lo, dar tratamento psicológico, e isso de vez em quando explode, como aconteceu há pouco tempo em Aparecida, um policial militar entrou matou um tenente, um sargento, deu um tiro na cabeça de um cabo por estresse um policial de ficha limpa sem problema nenhum.

Essa situação que o Delegado Daniel do 21º Distrito Policial, da Vila Finsocial, expõe refere-se ao caso ocorrido em 22 de fevereiro de 2004, quando o Sargento S.S.R entrou atirando no 8º Batalhão da Polícia Militar, em Aparecida de Goiânia, e C.V.M., o que alimentou a discussão sobre as condições psicológicas dos policiais militares e civis, provocados pelo estresse, pressão e cobrança da corporação.

Esse reflexo também é avaliado pela população, que se sente insegura diante dos fatos ocorridos dentro do 8º Batalhão de Polícia Militar, como podemos ver no relato de um cidadão (será usado somente as iniciais) E.B.F de 46 anos:

Essa tragédia podia ter sido evitada desde que houvesse um acompanhamento dos elementos. Assim poderiam saber exatamente o tipo de pessoa com quem estavam mexendo! Talvez seja essa a falta do quartel. E aqui fora, o povo se sente e vê policiais que tratam a sociedade de uma maneira agravada. Isso não poderia acontecer! E, agora, também reflete lá dentro.<sup>3</sup>

Segundo o agente J. (nome fictício) do 21º Distrito Policial da Vila Finsocial, os motivos da desmotivação entre os policiais são os baixos salários, além da precariedade da estrutura policial:

Os baixos salários já é um fator que ajuda desmotivação, mas além disso acho que maior ainda é a questão da estrutura mesmo, não tem armamento compatível, às vezes você sai pra rua trabalhar e você depara com bandidos que tem armas melhores que a seu além disso é a questão como eu disse da própria lei você hoje vai ter arrombado uma casa 20/30 dias depois cê prende o mesmo marginal por ter arrombado a desmotivar vou prender pra que não adianta daqui a pouco tá na rua novamente.

---

<sup>3</sup> Aparecida Hoje, “Nós não percebemos nada”, Cidade, página 10. 6ª Edição, 19 de março de 2004.

Isso poderia ser revertido, caso houvesse uma participação de lucro (acréscimo salarial) pelo policial a cada prisão efetuada legalmente; assim, poderíamos ter uma polícia mais atuante e com policiais mais satisfeitos com o seu trabalho.

Outra situação é relatada pelo morador M. (nome fictício): a falta de policiamento e de viaturas para coibir o número de assaltos nos bairros. Como pode ser evidenciado:

Pra nós aqui o que tá faltando agora só mesmo viatura, né, que passam de vez em quando aqui né, nos temos aqui o 22º CIOPS mais aí é durante o dia só, a noite parece que fica só um guarda aí eles fecham e vão embora. Nós temos aqui a polícia militar, tiraram ela daqui, mas viaturas sempre passam (...), mas a quantidade de malandros (marginais) que tem é maior, enquanto a quantidade de policiais, eu acho meio pouco, ainda tem que ter mais na nossa região.

Esse problema é comum na Região Noroeste de Goiânia, visto que o efetivo, tanto da Polícia Militar quanto da Policial Civil, é reduzido provocando um descontentamento na população.

O importante é lembrar que mesmo com um efetivo numeroso, compra de viaturas e armamento, cursos de aperfeiçoamento e com gratificações, é necessário investir no psicológico de policiais civis e militares, para que possam exercer sua profissão sem que representem um perigo para a sociedade. Santos e Silva (2001:175/176) sintetizam com lucidez o processo contraditório da situação do policial:

Em nome do controle da violência, alguns agentes do Sistema de Segurança Pública, ao utilizarem a força em suas incursões, que normalmente se destina à realização de ações legítimas por parte da polícia – como prisão de suspeitos de crimes, investigações, segurança ostensiva e outras –, terminam por empregar esta força do controle da violência como “justiciadores”, julgando e condenando à morte. Desta forma, eles comumente agem com o intuito de destruir ou eliminar o inimigo e não, por conseguinte, visam à proteção da população ou do próprio agente envolvido nas operações. Algumas vezes até mesmo as ações isoladas que envolvem apenas um policial num conflito interpessoal acabam por usar indevidamente a arma e matando.

As palavras do autor ilustram bem o que constatamos em nossa pesquisa: a atividade do policial em meio aos conflitos acaba distorcendo as suas funções, ele mesmo pode se tornar doente e violento e, ao invés de gerar segurança, gera insegurança.

### **3.4 - OS CIDADÃOS E SUA REPRESENTAÇÃO DA POLÍCIA**

A sociedade brasileira vive constantemente com a violência, seja por parte dos criminosos ou da polícia. É por esse motivo que os sistemas policiais estão sofrendo modificações profundas, não somente na atuação como na investigação e inibição da criminalidade.

Nesse sentido, o sistema de Segurança Pública de Goiás está estruturado na proposta de unificação das polícias civil e militar. Portanto, o Governo Federal e o Estado de Goiás inauguraram um Centro Integrado de Operações de Segurança – CIOPS, em que a polícia civil, militar e o corpo de bombeiros, se estabeleceram em uma instalação física única, de forma a propiciar maior comunicação entre os segmentos da Segurança Pública, além de solucionarem de forma rápida e eficaz os crimes e coibir a ação dos infratores.

Mesmo com essa atitude governamental, parece-nos que a integração é uma resposta tímida à proposta almejada pela população, no tocante ao bom desempenho das atividades preventiva e repressiva, cuja solução seria, de fato, o trabalho conjunto dos agentes da segurança pública.

Percebe-se que o sistema de Segurança Pública de Goiás tem tentado se organizar nessa proposta, visto que a maioria das delegacias tem feito essa união, e em outras, como

no caso da Região Noroeste, há somente a integração de informações e não das instalações, como prevê o projeto do Governo Federal.

Por isso, é comum que a comunidade dessa região tenha reclamado do sistema policial que, para muitos, não está presente e não tem tido uma ação preventiva e repressiva contra os infratores.

Para o senhor J. (nome fictício), morador do Jardim Curitiba III, “roubaram meu celular dentro do ônibus, eu consegui nessa merda de Delegacia não consegui nada. A ocorrência tudo aí não teve solução”.

Este é um dos problemas mais comuns nas delegacias: não ter eficácia em solucionar os crimes cometidos contra os cidadãos; dado que o efetivo é reduzido, uma ação direta da polícia fica comprometida. Por outro lado, a lentidão do sistema judiciário também se reflete na maneira como o cidadão estabelece a sua representação sobre o papel da polícia. Lima (2002:43) analisa:

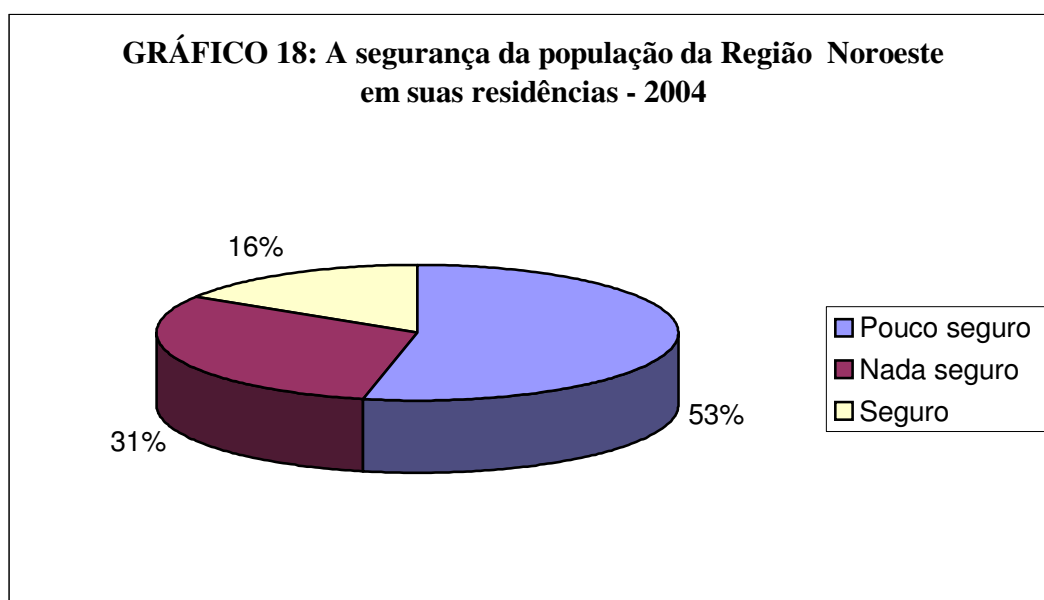
Um dos fatores apontados pela população para a não comunicação é a pouca confiança nos serviços de segurança e justiça. As pessoas declaram que não procuram a polícia, porque perdem muito tempo para ir às delegacias, esperar o atendimento, lavrar o boletim de ocorrência e, ainda, não têm garantia de que o autor seja identificado e os danos sejam ressarcidos.

Como relata o senhor S. (nome fictício) – 56 anos, morador da Vila Mutirão:

Pra nós aqui o que tá acontecendo agora só mesmo viatura, né, que passam de vez em quando aqui né, nos temos aqui o 22 CIOPS mais aí é durante o dia só, a noite parece que fica só um guarda aí eles fecham e vão embora. Nós temos aqui a polícia militar, tirou ela daqui, mas viaturas sempre passam (...), mas a quantidade de malandros, que têm marginais enquanto a quantidade de policias eu acho meio pouco ainda tem que ter mais na nossa região.

Esse problema é comum na Região Noroeste de Goiânia, visto que o efetivo, tanto da Polícia Militar quanto da Policial Civil, é reduzido, provocando um descontentamento na população.

O cidadão não se sente seguro em sua casa, pois a presença policial e o Código Penal brasileiro não dão conta de protegê-lo do criminoso. Isso é evidenciado quando 53% relatam que é pouco seguro permanecer em sua residência, enquanto 31% não se sentem nada seguros e 16% estão seguros em sua residência. Cf. Gráfico 18.

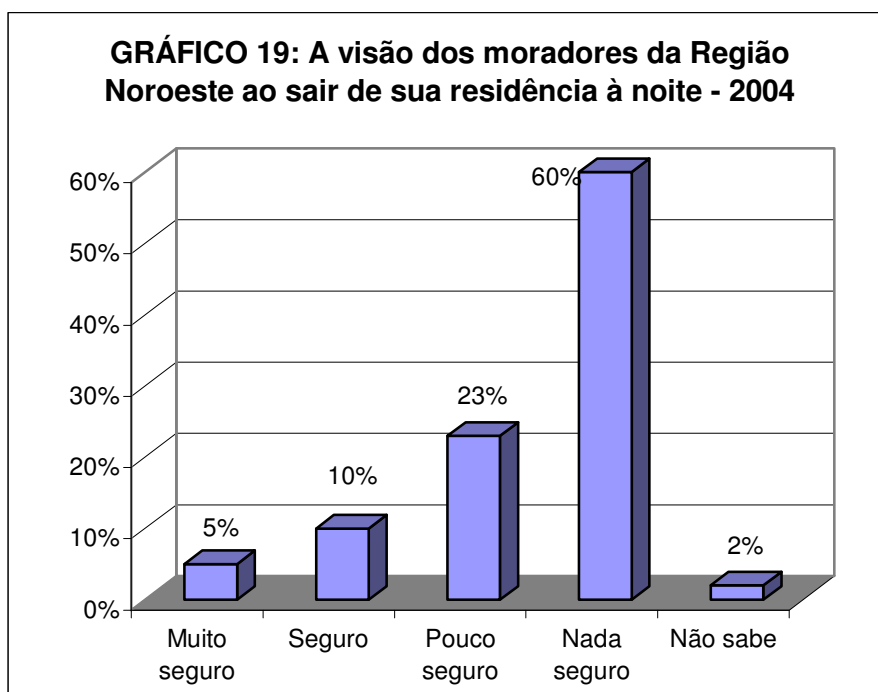


Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.

Org.: JESUS JÚNIOR, R. S./ 2004.

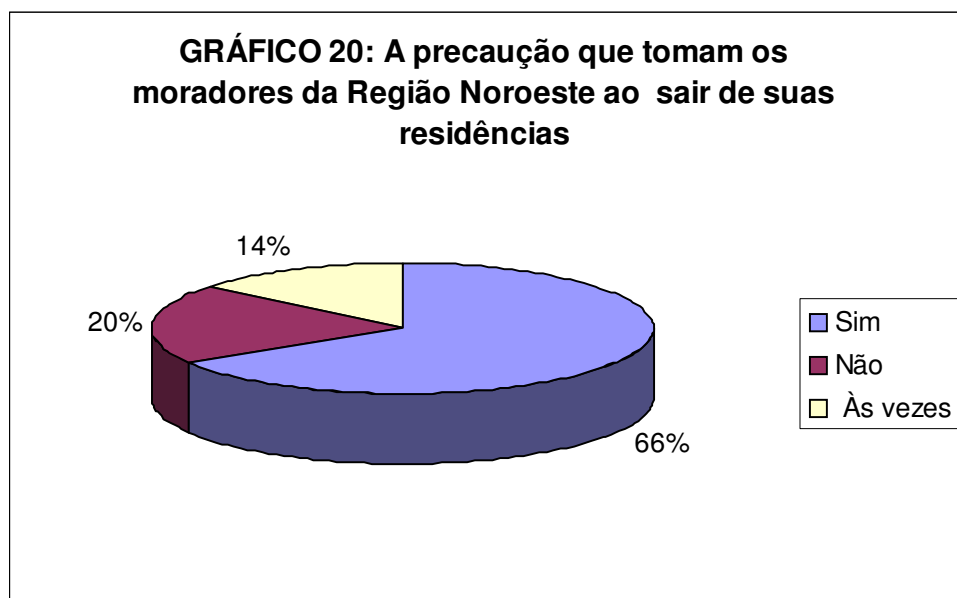
Na região Noroeste, muita gente não se sente segura em casa, o que demonstra que mesmo “presa” pelas grades e cercas nas casas, essa população se sente desprotegida estando à revelia dos infratores.

Outro fato é o pouco policiamento no período noturno, que faz do cidadão um “alvo” fácil para a atuação do marginal. Para 60%, sair à noite é nada seguro, enquanto 23% dizem ser pouco seguro, seguro 10%, muito seguro 5% e não sabe 2%. A maioria dos furtos e roubos, além dos homicídios, estão ocupando o segundo lugar de ocorrências no período noturno. Cf. Gráfico 19



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JÚNIOR JESUS, R. S/ 2004.

A criminalidade crescente também fez a população modificar seus hábitos ao percorrer o caminho do trabalho/casa ou casa/trabalho, como é evidenciado por 66% das pessoas que tomam precaução ao sair de casa, contra 20% que não se preocupam ao sair de sua residência e somente 14% preocupam-se às vezes ao sair de casa. Cf. Gráfico 20.



Fonte: Pesquisa de Campo/ Out/ 2004.  
Org.: JESUS JÚNIOR, R. S/ 2004.

Em geral, a população tem visto com desconfiança e medo o trabalho dos policiais civis e militares, por não coibirem ações de criminosos e principalmente por estarem à “mercê” dos infratores, tanto nas ruas quanto em suas residências.

### **3.5 - A POLÍCIA, A FAMÍLIA E A ESCOLA**

As análises dos estudiosos da violência e da criminalidade têm conduzido a uma idéia fortemente defendida pelos educadores: a educação é um dos meios mais eficazes para formar a cidadania e combater a violência. Segundo Kimura (1998: 119):

A escola na sua especificidade é uma instituição que tem valor de uso de prestação de serviço de aquisição de aprendizagem, aspectos para os quais seus usuários carregam suas expectativas. Ao mesmo tempo, a escola é um local de trabalho implicando a alocação de trabalhadores da educação, igualmente carregados de suas respectivas expectativas.

A escola é constituída de valores e concepções que influem diretamente em nosso cotidiano e nossa vida, sendo um multiplicador de conhecimentos e de relações sociais que interferem diretamente na educação da população.

Não se acredita que um policial mal formado tenha condições de executar bem as funções de segurança. A própria concepção de segurança expressa pela educação pode ser legalista, burocrática e também, como vimos, violenta.

Mas há um outro problema: a escola também tem dificuldade de ser formadora da cidadania. Como se tem dito: a violência externa penetrou as escolas, especialmente das

periferias, de maneira que há uma contradição: os pais reclamam de uma escola fragilizada, e a escola reclama de uma família que não educa os filhos. Moraes (1981:61) explicita:

Talvez o modo mais objetivo que exista de avaliarmos o grau de saúde ou enfermidade de um povo consista em procurarmos saber que tratamento é dado às suas crianças. É importante procurarmos conhecer, por exemplo, quais os investimentos que um país faz na educação de suas crianças e dos seus adolescentes. E o Brasil, conquanto não seja nem de longe o único país onde existem menores desvalidos, apresenta um dos mais graves quadros do mundo no que diz respeito ao problema do menor desamparado.

A desestrutura familiar é considerada um dos motivos da criminalidade em regiões periféricas, por isso, seria essencial que a polícia e a escola, em conjunto, criassem projetos no intuito de preservar a segurança no local. Como relata o Tenente Coronel Macário do 13º Batalhão da Polícia Militar:

Esse é o maior fator de criminalidade, é o maior fator e a família desestruturada esta na classe alta, média e pobre, só que na classe pobre pelas carências serem muito maiores elas desestruturam muito mais, então famílias de pais separados, famílias com pai alcoólatra, pai e mãe alcoólatras, os filhos tem o mau exemplo do pai, já começa a beber de cedo, começa a usar droga ele não tem dinheiro para sustentar o vício aí ela passa para o furto, roubo, para o homicídio certo, começa a virar quadrilheiro, então é essencialmente a falta de estrutura familiar que mais contribui para a violência.

Na fala do Tenente Coronel Macário, fica evidente que a desestrutura familiar é uma das principais causas da violência na Região Noroeste de Goiânia. A desestrutura familiar, aliada às drogas e a “culpa” da pobreza, são as principais causas que levam a criminalidade e a violência nessa região.

A estratégia de aproximar a polícia da sociedade permite que a população se sinta mais segura e leva a uma avaliação da sociedade, do papel das instituições etc. Segundo Kimura (1998: 183):

Além disso, essas situações de fricções, tensões, conflitos e violência entram como um dos elementos de diferenciação das escolas enquanto equipamento urbano de prestação de serviço público que, por sua vez, expressam também as diferenciações dos lugares: segundo condições objetivas destes, ou seja, os equipamentos que eles oferecem ou não, e segundo condições resultantes de um imaginário de que os sujeitos sociais são portadores, ou seja, as imagens, forma e figuras com as quais eles exprimem a realidade que o cerca.

A educação não só é uma forma de elevar a condição sociocultural de um indivíduo, mas também ajuda as pessoas na percepção da realidade circundante, o que pode chamá-las à responsabilidade social.

Portanto, deve-se ressaltar que na Região Noroeste, não há de fato uma integração entre a comunidade e a escola. Nos finais de semana, a escola se mantém fechada, sem propostas pedagógicas para a inserção dos jovens com outras atividades dentro do recinto educacional, que proporcionassem o afastamento desses jovens das ruas e da criminalidade.

Outro agravante é que as áreas de lazer não são utilizadas. Isso ocorre porque não estão estruturadas pelo poder público municipal. São poucas as áreas de lazer como bosques (não são utilizadas pelo perigo), praças (no solo “batido”), quadras esportivas (destruídas e servem para a drogadição), etc. Assim, os jovens são alvo fácil dos aliciadores como traficantes, entre outros, pois, sem uma infra-estrutura que possa levar ao jovem a uma atividade esportiva, ele pode tornar-se vítima do banditismo. E, no limite, um indivíduo que pode praticar a violência.

A política de *Proximidade* da Polícia com o cidadão, seria uma forma de a população participar, em conjunto com a polícia, da solução dos problemas relacionados aos crimes e delitos de ordem física e moral, além do uso de drogas, o que representaria uma vitória da sociedade contra o criminoso. Como retrata o Tenente Coronel Macário do 13º Batalhão da Polícia Militar, “a polícia busca cada vez mais a aproximação com a comunidade para coibir e proteger seus moradores dos criminosos e das possíveis violências que possam existir nessa área”.

Esta proposta poderia ser implantada na Região Noroeste de Goiânia, cuja população poderia fazer, assim, uma leitura de como a atual estrutura da sociedade conduz à violência. Comprometida com a construção da cidadania na escola, essa população reverteria, gradativamente, o quadro atual: uma sociedade de cidadania frágil aceita mais a violência, ou a constitui. O ócio ainda é o maior motivador da violência na região. Assim, o investimento na educação das crianças, adolescentes e jovens, além de ações diretas e eficazes no combate aos crimes, por meio de uma política de Proximidade da Polícia nessa região, poderia reverter, a médio e longo prazo, o atual quadro de violência urbana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho tentou compreender a complexidade da violência na periferia de uma metrópole regional – Goiânia – e desvelar o jogo de interesses na (re)organização deste espaço metropolitano, considerando os diferentes atores que, de uma maneira ou de outra, se envolveram no processo de ocupação da Região Noroeste de Goiânia. Carente de infraestrutura básica, e com elevados índices de criminalidade e violência, como homicídios e crimes contra a pessoa e o patrimônio, sua população se sente insegura. E reclama da falta de políticas públicas de segurança. Mesmo apresentando duas delegacias distritais e um Batalhão da Polícia Militar, os crimes cometidos não têm sido solucionados a contento. Isso evidencia um efetivo de policiais menor, se consideramos o número de bairros – 32 – e a população residente - mais de 100.000 habitantes.

Além disso, constatamos que a violência e a criminalidade, por serem fenômenos complexos que remontam ao jogo político das instituições vigentes e à estrutura social do mundo metropolitano, não são resolvidos apenas com a militarização com um policiamento ostensivo. A rede de apropriação dos sentidos de violência pode constituir – e está constituindo – um procedimento da própria polícia.

A administração de Goiânia tem se estruturado para atender a exigência do Governo Federal de unificar as polícias militar e civil. A criação dos CIOP'S – Centro Integrado de Operações de Segurança, tem o objetivo de reduzir a criminalidade e agilizar o processo de investigação no Estado de Goiás. Mas, como pudemos observar, na região Noroeste esta

estruturação tem sido feita gradativamente. Isso fica nítido, pois apenas o 22º CIOP'S, o 21º DP, são considerados como distritos policiais. O fato de que o processo de investigação é feito pela polícia civil, e que a captura de infratores é realizada pela polícia militar, representa um retrocesso nas políticas de Segurança Pública, fragmentando a leitura da violência e deixando um vácuo de responsabilidade entre ambas.

Constatamos que ainda são insipientes as políticas de Segurança Pública para as periferias de Goiânia. O centro da cidade e os bairros nobres apresentam maior efetivo policial e eficácia na investigação, em comparação ao que ocorre nas periferias. Essas áreas privilegiadas também possuem viaturas novas e equipadas, além da presença policial. Na região Noroeste, há apenas viaturas e equipamentos obsoletos, tanto na Polícia civil como na militar. Além disso, no período noturno, a delegacia (21º DP) e o 22º CIOPS permanecem fechados, com apenas um agente plantonista, para cuidar do patrimônio e, se houver presos, vigiá-los.

Caso ocorra algum crime, ou os moradores necessitem fazer alguma ocorrência, terão que se deslocar para o centro de Goiânia, para fazê-lo em outro CIOP'S. O mesmo sucede no caso de uma investigação, que será feita por outro CIOP'S, acarretando uma demora considerável, dado que a prioridade do atendimento é definida pela área de atuação.

Por conseguinte, os dados estatísticos tendem a se dispersar. A verdade é que o programa de integração entre as polícias militar e civil na região Noroeste não tem funcionado integralmente; persistindo o sentimento de insegurança dos moradores.

Uma explicação provável de tal insegurança é o distanciamento da polícia e de seus moradores, que não têm confiado nos órgãos de segurança do estado. Isso fica mais evidente nas periferias, onde a insegurança é constante e os policiais são temidos por seus moradores.

Como se vê, há na violência um sentido simbólico e subjetivo: a falta de confiança na polícia, ou a crítica do cidadão de que ela é, sim, violenta, lança um apelo à privatização da segurança pública e, nessa esteira, se formam guetos, bandos, quadrilhas, ou seja, uma polícia que sofre a desconfiança popular, tende a praticar a violência.

Para amenizar esse problema, a Secretaria de Segurança Pública deveria inserir o policial comunitário na Região Noroeste, como foi feito anteriormente em outras regiões; os policiais ficariam mais próximos dos moradores, o que poderia criar um “vínculo” entre ambos, de sorte que os policiais atenderiam suas solicitações e estariam cientes dos principais delitos praticados e dos infratores que agem nessa região.

Entretanto, uma convivência próxima entre policiais e moradores é prejudicial ao combate da criminalidade e da violência, pois numa cultura de delinquência, isso pode facultar um vício na montagem de contratos invisíveis entre policiais e infratores. Por isso, é necessária uma rotatividade de policias na área (por exemplo: seis em seis meses), o que possibilitaria, pelo menos em tese, um distanciamento de função com os infratores, o que é comum nas periferias dos grandes centros urbanos.

A pesquisa permitiu que discordássemos da idéia de que os bairros gerados pelo processo de ocupação, como é o caso dos da região Noroeste, são violentos por natureza. Deve-se recordar que a violência e a criminalidade são comuns em nosso tempo devido à desigualdade social, ao desemprego e o modo como a vida urbana se coloca acelerando o tempo, fragmentando as identidades, pulverizando referências e desestabilizando os regimes de vida que até então, eram possíveis.

Consideramos que a desestruturação familiar é um fator preponderante para que os jovens entrem na criminalidade e utilizem a violência como meio de vida. Esta desestruturação é comum nas periferias, onde os pais trabalham durante o dia, os filhos vão

para a escola e no período da tarde mantêm-se em casa ou na rua e acabam se encontrando no período noturno. Por não existir programas de profissionalização e áreas de lazer para jovens, esses se mantêm na ociosidade e, muitas vezes, se transformam em delinquentes juvenis, posteriormente, infratores.

Por sua vez, há uma contradição: a escola reclama dos pais pelos filhos que cometem a violência simbólica, não se concentram, não estudam e não respeitam as autoridades; e os pais reclamam da escola, no sentido de que ela perdeu a eficiência, a disciplina e o poder de educar.

Essa contradição revela outra característica de nossa sociedade: as instituições estão em crise; elas mesmas estão solapadas por crise de autoridade e de competência. Tanto a família, como a escola, o aparato jurídico, político, a polícia, na crise, se apresentam frágeis para lidar com a força da violência.

Mas os nossos estudos provam que há resistências, ações e mobilizações que seguem um conjunto variado de idéias: passeatas pela paz, organização de ONG's, fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, instauração de cooperativas, força do discurso da solidariedade, do compartilhar, incluindo paradigmas da sustentabilidade, do resgate da memória e do lazer, da reeducação alimentar, da ludicidade, da amorabilidade, do holismo.

Esses e outros movimentos, organizados numa pluralidade de objetivos vão, aos poucos, procurando caminhos de saída para o desemprego, para o transporte coletivo, para o drama da moradia, contra a droga, contra o crime e contra a violência. Concordamos com os que defendem que esses movimentos precisam de um elo de articulação que potencialize as forças individuais e coletivas da sociedade, produza uma nova cultura política, capaz de formar um novo ser humano, capaz de (con) viver na urbe de nossos dias, fragmentada mas tecida em um espaço geográfico único, cujos habitantes reclamam cidadania e continuam

lutando para conquistá-la. Esperamos, pois, que trabalho possa contribuir, de alguma maneira, para um repensar do (con) viver na Região Noroeste de Goiânia, de maneira que a cidadania se dissemine no tecido metropolitano goianiense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **O crescimento das periferias urbanas nos países de terceiro mundo** In: PIQUET, Rosália; RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Brasil, Território da Desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991.

---

. Cidade brasileira: 1870 – 1930. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente, 2001.

ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.) **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002.

ALVES, Júlia Falivene. **Metrópoles, Cidadania e Qualidade de Vida**. 5ª Edição. São Paulo: Moderna, 1992. – (Coleção Polêmica)

AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

---

. **Da violência**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed. Vieira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Goiás: novas regiões ou novas formas de olhar velhas regiões.** In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.) *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.* Goiânia: IESA, 2002.

BEATO FILHO, Cláudio C. **O problema dos homicídios em Belo Horizonte.** In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooeração e o conflito.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

BERTRAN, Paulo. **Goiânia: Estrutura econômica & mudanças.** In: Caderno INDUR (Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional). *Estudos Urbanos e Regionais* V. 04, nº 04, Julho/ 1984. pp. 96 – 105.

BICUDO, Hélio. **Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem.** São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica)

CANO, Ignácio. **A importância do micro desarmamento na prevenção da violência.** In: OLIVEIRA, Nilson Vieira. *Insegurança Pública – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana.* São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 1992. Coleção Repensando a Geografia.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/ do mundo.** Hucitec, São Paulo, 1996.

CASTRO, Iná Elias de. COSTA GOMES, Paulo C. da. CORRÊA, Roberto L. org. **Geografia: Conceitos e Temas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CASSETI, Valter. **Notas sobre a evolução do conhecimento geográfico na região do Cerrado goiano.** In: ALMEIDA, Maria Geralda de.(Org.) Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002.

CAVALCANTI, Lana de S. (org.). **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia.** Goiânia, Editora: Alternativa, 2001.

CHAUL, Nasr N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital.** Goiânia, centro editorial e gráfico da UFG, 1988.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia: Uma metrópole em travessia.** Universidade de São Paulo – USP, 2001. Tese de Doutorado

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano.** São Paulo, Editora: Ática, 2000.

COSTA. Wanderley M. **Geografia Política e Geopolítica.** São Paulo: Hucitec, 1992.

COSTA, Sérgio Luiz da. **Loteamentos clandestinos e irregulares no município de Goiânia.** Goiânia – Go: UFG – Goiás, 1999. Monografia.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEUS, João Batista. **As atuais transformações estruturais na economia goiana e os seus desdobramentos nas mudanças sociais.** In: ALMEIDA, Maria Geralda de.(Org.) Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002.

DUARTE, André. LOPREATO, Christina. MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **A banalização da violência: a atualidade do pensamento Hannah Arendt.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

FERRARA, Lucrecia Dállessio. **Cidade: imagem e imaginário**. IN: SOUZA, Célia Ferraz. Pesavento, Jathahy. Org. *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade. UFRGS, 1997.

FERRAZ, Hermes. **Cidade e Vida**. São Paulo: João Scortecci Ed, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 3ª ed. 1982.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, vozes, 1987.

Guattari, Feliz. ROLNIK, Suely. **Micropolítica – cartografia do desejo e de vozes**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1996.

GOTTDIENER, Mark. **O setor imobiliário e o planejamento urbano: controle, gestão ou desregulação**. In: NERY JR, Marinho. SOMEKH, Nádía. ROLNIK, Raquel. (Org.) *Seminário Políticas Públicas para o manejo do solo Urbano: Experiências e possibilidades*. São José dos Campos, agosto; 1996.

GOMES, Horiestes. **A produção geográfica em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

KIMURA, Shoko. **Geografia da escola e lugar: violência, tensão e conflito**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 1998. Tese de Doutorado

KOVARICK, Lúcio. **A espoliação Urbana**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros, vol. 44).

\_\_\_\_\_. (1977) **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 2ª edição.

LEBRUN. Gerard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. **Modernidade e metrópoles latino-americanas**. Rio de Janeiro e Buenos Aires. São Paulo, USP: USP – São Paulo, SP. 1996. Tese de Doutorado.

LIMA, Renato Sergio de. **Criminalidade Urbana: Conflitos sociais e criminalidade urbana – uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo**. São Paulo: Sicurezza, 2002.

LIPIETZ, Alain. **Globalização, reestruturação produtiva e impacto intra-urbano**. In: NERY JR, Marinho. SOMEKH, Nádia. ROLNIK, Raquel. (Org.) Seminário Políticas Públicas para o manejo do solo Urbano: Experiências e possibilidades. São José dos Campos, agosto; 1996.

MANCUSO, Franco. **Perspectivas de renovação dos instrumentos urbanístico: Um balanço a partir da experiência italiana**. In: NERY JR, Marinho. SOMEKH, Nádia. ROLNIK, Raquel. (Org.) Seminário Políticas Públicas para o manejo do solo Urbano: Experiências e possibilidades. São José dos Campos, agosto; 1996.

MANSO, Bruno Paes. **Ação e discurso – sugestão para o debate da violência**. IN: OLIVEIRA, Nilson Vieira. Insegurança Pública – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MARICATO, Ermínia (org). **Auto Construção, a Arquitetura Possível**. In. **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega: 1982. 2ª Edição.

———. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MATTA, Roberto, et all. **A Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAIS, Regis de. **O que é Violência Urbana**. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1981. - (Coleção Primeiros Passos: 42)

MOTTA, Diana Meirelles da. **As metrópoles e os desafios da política urbana**. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

MOYSÉS, Aristides. **Estado e Urbanização: Conflitos Sociais na Região Noroeste de Goiânia (Década de 1980)**. São Paulo: PUC, 1996. Dissertação de Mestrado.

NERY JR, Marinho. SOMEKH, Nádia. ROLNIK, Raquel. (Org.) **Seminário Políticas Públicas para o manejo do solo Urbano: Experiências e possibilidades**. São José dos Campos, agosto; 1996.

OLIVEN, Ruben George. **Violência e Cultura no Brasil**. 4ª Edição Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVEIRA, Nilson Vieira. **Insegurança Pública – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estatística e controle do crime**. In: OLIVEIRA, Nilson Vieira. **Insegurança Pública – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

OLIVEIRA, Dijaci David de. SANTOS, Sales Augusto dos. SILVA, Valéria Getulio de Brito e. (Org.) **Violência policial: tolerância zero?**. Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE GOIÂNIA-PDIG.**  
Goiânia: IPLAN, 1992. (Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia)

PINHEIRO, Paulo Sergio. ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Violência Urbana**. São Paulo: Publifolha, 2003. (Folha explica)

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: Território e sociedade no início de século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Jorge da. **Violência policial e ideologia dos algozes – vítima**. In: OLIVEIRA, Dijaci David de. SANTOS, Sales Augusto dos. SILVA, Valéria Getulio de Brito e. (Org.) **Violência policial: tolerância zero?**. Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

SILVA, Marcelo Freitas da. Santos, Rejanhe Carvalho dos. **Violência policial no estado do Pará.** In: OLIVEIRA, Dijaci David de. SANTOS, Sales Augusto dos. SILVA, Valéria Getulio de Brito e. (Org.) **Violência policial: tolerância zero?** Goiânia: Ed. da UFG; Brasília: MNDH, 2001.

MAGALHÃES SOBRINHO, Francisco das C. **Goiânia: políticas habitacionais X irregularidades.** Instituto de Estudos Sócio- Ambientais – IESA. Curso de Geografia. Goiânia: 2003. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano.** In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

SOJA, Edward W (1993). **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SOUZA, Célia Ferraz. Pesavento, Jathahy. (Org.) **Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano.** Porto Alegre: Ed. da Universidade. UFRGS, 1997.

SOUZA, Welton Ferreira de. **O êxodo rural e o desafio urbano de Goiânia: 1960 – 1990.** Instituto de Ciências História e Letras – ICHL da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1995. Dissertação de Mestrado.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto. 2ª edição.

SPOSITO, Eliseo Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1994.

TEIXEIRA NETO, Antônio. **O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização**. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. (Org.) *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002.

ULTRAMARI, Clovis. MOURA, Rosa. **O que é periferia urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ZALUAR, Alba. **Violência: questão social ou institucional?** In: OLIVEIRA, Nilson Vieira. *Insegurança Pública – reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

## **Jornais**

Cinco de Março

Diário da Manhã

Jornal Opção

O Popular

# **ANEXOS**

Universidade Federal de Uberlândia  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Instituto de Geografia

## QUESTIONÁRIO

1 – Você se sente seguro?

☐ Sim    ☐ Não

2 – De quem você tem mais medo?

- ☐ Da polícia  
☐ Dos marginais  
☐ De ambos  
☐ De nenhum  
☐ Não sabe

3 – A quem mais teme?

- ☐ Brancos  
☐ Negros  
☐ Pardos  
☐ De nenhum  
☐ Não sabe

4 – Qual é a imagem que você tem da polícia?

☐ Positiva   ☐ Negativa   ☐ Não sabe

5 – A polícia previne com eficiência os crimes?

- ☐ Muito eficiente  
☐ Eficiente  
☐ Pouco eficiente  
☐ Nada eficiente  
☐ Não sabe

6 – Em ações de combate ao crime a polícia é:

☐ Muito eficiente

- ☐ Eficiente  
☐ Pouco eficiente  
☐ Nada eficiente  
☐ Não sabe

7 – As ações policiais são:

- ☐ Muito violentas  
☐ Violentas  
☐ Pouco violentas  
☐ Nada violentas  
☐ Não sabe

8 – Você considera correto a abordagem da polícia?

- ☐ Muito Correta  
☐ Correta  
☐ Pouco correta  
☐ Nada correta  
☐ Não sabe

9 – Você já foi abordado pela polícia?

- ☐ Várias vezes   ☐ Poucas vezes  
☐ Nenhuma vez

10 – Já foi agredido por policiais ao ser revistado?

- ☐ Fisicamente  
☐ Verbalmente  
☐ Nenhum dos dois

11 – Você se sente seguro em sua residência?

☐ Muito seguro

- ☐ Seguro  
☐ Pouco seguro  
☐ Nada seguro  
☐ Não sabe

12 – Você se sente seguro ao sair da sua residência à noite?

- ☐ Muito seguro  
☐ Seguro  
☐ Pouco seguro  
☐ Nada seguro  
☐ Não sabe

13 – Ao sair de casa costuma deixar alguém?

- ☐ Sim  
☐ Não  
☐ As vezes  
☐ Pedir para o vizinho dar uma “olhada”

14 – Toma alguma precaução ao sair da residência?

- ☐ Sim    ☐ Não    ☐ As vezes

15 – Costuma modificar o caminho de casa como precaução à violência?

- ☐ Sim    ☐ Não    ☐ As vezes

16 – Como você considera seu bairro?

- ☐ Muito violento  
☐ Violento  
☐ Pouco violento  
☐ Nada violento  
☐ Não sabe

17 – Você se sente seguro em seu bairro?

- ☐ Muito seguro  
☐ Seguro  
☐ Pouco seguro  
☐ Nada seguro  
☐ Não sabe

18 – Você já foi furtado ou roubado em algum momento de sua vida, caso foi quantas vezes?

- ☐ Sim                      ☐ de 1 a 5 vezes  
☐ Não                      ☐ De 5 ou mais vezes

19 – Você já foi furtado ou roubado em seu bairro, caso foi quantas vezes?

- ☐ Sim                      ☐ de 1 a 5 vezes  
☐ Não                      ☐ De 5 ou mais vezes

20 – Sua residência já foi furtada ou roubada, caso foi quantas vezes:

- ☐ Sim                      ☐ de 1 a 5 vezes  
☐ Não                      ☐ De 5 ou mais vezes

21 – A polícia faz o patrulhamento rotineiramente no bairro?

- ☐ Muitas vezes  
☐ As vezes  
☐ Poucas vezes  
☐ Nenhuma vez  
☐ Não sabe

22 – Você ou algum parente possui arma de fogo em casa?

- ☐ Sim                      ☐ Não

23 – Está arma de fogo já foi utilizada?

- ☐ Sim                      ☐ Não

24 – Já presenciou pessoas portando armas de fogo nas ruas?

- ☐ Sim                      ☐ Não

25 – Você se sente inseguro:

- ☐ Bairro  
☐ No centro da cidade  
☐ Em outros bairros

26 – O sistema judiciário é:

- ☐ Muito eficiente
- ☐ Eficiente
- ☐ Pouco eficiente
- ☐ Nada eficiente
- ☐ Não sabe

27 – Você acha que nossas leis deveriam ser modificadas?

- ☐ Totalmente modificadas
- ☐ Pouco modificadas
- ☐ Não deveriam ser modificadas
- ☐ Não sabe

28 – Você acredita no sistema judiciário brasileiro?

- ☐ Acredito muito
- ☐ Acredito
- ☐ Pouco acredito
- ☐ Nada acredito
- ☐ Não sabe

29 – O Brasil é para você:

- ☐ Muito violento
- ☐ Violento
- ☐ Pouco violento
- ☐ Nada violento
- ☐ Não sabe

30 – Goiânia é uma cidade:

- ☐ Muito violenta
- ☐ Violenta
- ☐ Pouco violenta
- ☐ Nada violenta
- ☐ Não sabe

31 – Ao seu ver sabe distinguir um criminoso:

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ As vezes

32 – Você confia nos sistemas de segurança privados?

- ☐ Confio muito
- ☐ Confio
- ☐ Confio pouco
- ☐ Nada confio
- ☐ Não sabe

33 – Você já reivindicou a segurança em seu bairro?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ As vezes

34 – Foi atendido quando reivindicou?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ As vezes

35 - Quando solicita o trabalho da polícia, você é:

- ☐ Prontamente atendido
- ☐ Pouco atendido
- ☐ Não é atendido

36 – Os bares, mercearias e supermercados são constantemente furtados ou roubados?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ As vezes

37 – Já presenciou furtos e assaltos em seu bairro?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ As vezes

38 – Já presenciou algum homicídio (uma pessoa matando outra)?

- ☐ Muitas vezes
- ☐ As vezes
- ☐ Poucas vezes
- ☐ Nenhuma vez
- ☐ Não sabe

Universidade Federal de Uberlândia  
Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Instituto de Geografia

## ENTREVISTA

**Nome:**            **Autoridade:**            **Quantos anos na profissão:**            **Quanto tempo na região :**

- 1 – A polícia vem coibindo as ações de marginais com eficiência?
- 2 – Na sua opinião os bairros que integram sua área de atuação são violentos?
- 3 – Como você caracteriza a violência, sabendo que constantemente vem lidando com a mesma?
- 4 – A região Noroeste pode ser considerada a mais violência de Goiânia, mesmo sabendo que a violência está por todos o lugares?
- 5 – Pode-se dizer que a desestrutura familiar é um dos fatores de violência nesta região?
- 6 – A maioria dos crimes tem como principais causas o desentendimento familiar, as drogas ou a pobreza em que se encontra a população?
- 7 – O ócio é um problema que tem levado jovens das mais diferentes faixas etárias e sociais a cometerem crimes, na sua opinião, como isto pode ser solucionado?
- 8 – Podemos relacionar, então, que na Região Noroeste o ócio tem levado inúmeros jovens a cometerem crimes?
- 9 – Existe um horário mais propenso ao aumento das práticas dos crimes? E quais são os locais que mais apresentam o maior número de crimes cometidos na Região Noroeste de Goiânia?
- 10 – Sabe-se que o sistema penitenciário não reeduca o criminoso, além de ser oneroso para o Estado, então qual seria a solução para este sistema tão falido no Brasil?
- 11 – Por que o número de criminosos vem aumentando consideravelmente no Brasil e em Goiânia?
- 12 – Quais são os principais delitos cometidos diariamente na Região Noroeste de Goiânia?
- 13 – Acredita-se que com a Lei do Desarmamento a violência tende a diminuir, o que na prática não vêm ocorrendo devido aos altos índices de homicídios constatados, neste caso, como poderíamos reverter à situação da circulação de armas em mãos de criminosos e pessoas de bem?



ESTADO DE GOIÁS  
DIRETORIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA, PLANEJAMENTO E TELECOMUNICAÇÃO  
SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES

Boletim Estatístico de Ação Policial Administrativo - Judiciário

Delegacia de Polícia de: 21ª Delegacia Distrital de Polícia de Goiânia/GO. Mês: Janeiro de 2001.

|                       |       |
|-----------------------|-------|
| - Prisões Efetuadas   | Total |
| em Virtude de Mandado | 00    |
| em Flagrante Delito   | 00    |

|                               |    |
|-------------------------------|----|
| I - Inquéritos                |    |
| iniciados                     | 03 |
| em andamento                  | 02 |
| remetidos ao Poder Judiciário | 04 |

|                                                 |    |
|-------------------------------------------------|----|
| II - Termos Circunstanciados de Ocorrência TCOs |    |
| avçados e Remetidos ao Poder Judiciário         | 04 |
| TCOs em Andamento                               | 00 |

|                                                  |    |
|--------------------------------------------------|----|
| V - Lei 9.503/97                                 |    |
| Art. 302 Homicídio Culposos                      | ** |
| Art. 303 Lesão Culposa                           | 01 |
| Art. 306 Conduzir veículo embriagado             | ** |
| Art. 309 Falta de CNH                            | ** |
| Art. 310 Confiar direção a pessoa não habilitada | ** |
| Art. 311 Direção perigosa                        | ** |
| Ano Cível (Fato Atípico)                         | ** |

| - Veículos |             | Capital | Interior | Percentual |
|------------|-------------|---------|----------|------------|
| Automóveis | Furtados    |         |          |            |
|            | Roubados    |         |          |            |
|            | Recuperados |         |          |            |
| Camionetas | Entregues   |         |          |            |
|            | Furtados    |         |          |            |
|            | Roubados    |         |          |            |
| Caminhões  | Recuperados |         |          |            |
|            | Entregues   |         |          |            |
|            | Furtados    |         |          |            |
| Motos      | Roubados    |         |          |            |
|            | Recuperados |         |          |            |
|            | Entregues   |         |          |            |
| Motores    | Furtados    |         |          |            |
|            | Roubados    |         |          |            |
|            | Recuperados |         |          |            |
| Diversos   | Entregues   |         |          |            |
|            | Furtados    |         |          |            |
|            | Roubados    |         |          |            |
| Total      | Recuperados |         |          |            |
|            | Entregues   |         |          |            |
|            | Furtados    |         |          |            |

- Crimes Contra a Organização do Trabalho

|     |    |
|-----|----|
| tal | ** |
|-----|----|

I - Lei 8.078/90 Crimes Contra o Consumidor

|     |    |
|-----|----|
| tal | ** |
|-----|----|

VIII - Crimes Contra a Pessoa arts. 121/154

|                  |       |        |       |       |
|------------------|-------|--------|-------|-------|
| Homicídio Doloso |       |        |       |       |
| Vítima           | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                  |       |        |       | **    |
| Indiciado        | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                  |       |        |       | **    |

|                     |       |        |       |       |
|---------------------|-------|--------|-------|-------|
| Homicídio Tentativa |       |        |       |       |
| Vítima              | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                     | 01    |        |       | 01    |
| Indiciado           | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                     |       |        |       | **    |

|                    |       |        |       |       |
|--------------------|-------|--------|-------|-------|
| Homicídio Culposos |       |        |       |       |
| Vítima             | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                    |       |        |       | **    |
| Indiciado          | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                    |       |        |       | **    |

|              |       |        |       |       |
|--------------|-------|--------|-------|-------|
| Lesão Dolosa |       |        |       |       |
| Vítima       | Homem | Mulher | Menor | Total |
|              |       |        |       | **    |
| Indiciado    | Homem | Mulher | Menor | Total |
|              |       |        |       | **    |

|               |       |        |       |       |
|---------------|-------|--------|-------|-------|
| Lesão Culposa |       |        |       |       |
| Vítima        | Homem | Mulher | Menor | Total |
|               | 02    |        |       | 02    |
| Indiciado     | Homem | Mulher | Menor | Total |
|               | 02    |        |       | 02    |

|       |  |  |  |    |
|-------|--|--|--|----|
| Total |  |  |  | 01 |
|-------|--|--|--|----|

IX - Crimes Contra o Patrimônio arts. 155/181

|                                  |    |    |
|----------------------------------|----|----|
| Apropriação indébita             | ** | 01 |
| Dano                             | ** | 01 |
| Esbulho possessório              | ** |    |
| Furto:                           |    |    |
| a) Residência                    | 02 | 23 |
| b) Comércio                      | 01 | 01 |
| c) Em Veículo                    | 01 | 03 |
| d) Transeunte                    | 01 |    |
| e) Coletivo (PATRIMÔNIO PÚBLICO) | 01 |    |
| Total Furto:                     | 06 | 26 |
| Furto Tentativa                  | ** |    |
| Receptação                       | ** |    |
| Roubo:                           |    |    |
| a) Residência                    | ** |    |
| b) Comércio                      | ** |    |
| c) Em Veículo                    | ** | 01 |
| d) Transeunte                    | ** |    |
| e) Coletivo                      | ** | 05 |
| f) Carga                         | ** |    |
| TOTAL                            | 06 |    |

Delegado(a): 2001 Andreia Rosa de Freitas  
Delegado de Polícia

Escrivão(a): Andreia Rosa de Freitas  
Escrivã de Polícia



**ESTADO DE GOIÁS**  
**DIRETORIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE INFORMÁTICA, PLANEJAMENTO E TELECOMUNICAÇÃO**  
**SEÇÃO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES**

|                             |       |        |       |       |
|-----------------------------|-------|--------|-------|-------|
| Continuação Item IX         |       |        |       |       |
| Roubo Latrocínio            |       |        |       | **    |
| a) Residência               |       |        |       | **    |
| b) Comércio                 |       |        |       | **    |
| c) Em Veículo               |       |        |       | **    |
| d) Carga                    |       |        |       | **    |
| e) Táxi                     |       |        |       | **    |
| f) Coletivo                 |       |        |       | **    |
| g) Transeunte               |       |        |       | **    |
| h) Banco                    |       |        |       | **    |
| Total                       |       |        |       | **    |
| Roubo Tentativa             |       |        |       | **    |
| Extorsão                    |       |        |       | **    |
| Vítima                      | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                             |       |        |       | **    |
| Indiciado                   | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                             |       |        |       | **    |
| Extorsão Mediante Sequestro |       |        |       | **    |
| Vítima                      | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                             |       |        |       | **    |
| Indiciado                   | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                             |       |        |       | **    |
| Estelionato                 |       |        |       | **    |
| Vítima                      | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                             |       |        |       | **    |
| Indiciado                   | Homem | Mulher | Menor | Total |
|                             |       |        |       | **    |
| Total                       |       |        |       | **    |

|                            |       |        |       |       |
|----------------------------|-------|--------|-------|-------|
| X - Lei nº 6.368 - Tóxicos |       |        |       |       |
| Registros                  | Homem | Mulher | Menor | Total |
| Uso                        |       |        |       | **    |
| Tráfico                    |       |        |       | **    |
| Substâncias apreendidas:   |       |        |       |       |
| Total                      |       |        |       | **    |

|                               |        |        |       |       |
|-------------------------------|--------|--------|-------|-------|
| XI - Crime Contra os Costumes |        |        |       |       |
| Atentado Violento ao Pudor    |        |        |       |       |
| Vítima                        | Homem  | Mulher | Menor | Total |
|                               |        |        |       | **    |
| Indiciado                     | Homem  | Mulher | Menor | Total |
|                               |        |        |       | **    |
| Estupro                       |        |        |       | **    |
| Vítima                        | Mulher | Menor  |       | Total |
|                               |        |        |       | **    |
| Indiciado                     | Homem  | Menor  |       | Total |
|                               |        |        |       | **    |

|                    |           |          |       |
|--------------------|-----------|----------|-------|
| Corrupção de Menor |           |          |       |
| Vítima             | Masculino | Feminino | Total |
|                    |           |          | **    |
| Indiciado          | Homem     | Mulher   |       |
|                    |           |          | **    |
| Estupro Tentativa  |           |          | **    |
| Rapto              |           |          | **    |
| Sedução            |           |          | **    |
| Total              |           |          | **    |

|                               |  |       |
|-------------------------------|--|-------|
| XII - Crimes Contra a Família |  | Total |
| Subtração de Incapazes        |  | **    |
| Abandono de Lar               |  | ** 01 |
| Total                         |  | ** 01 |

|                                              |  |       |
|----------------------------------------------|--|-------|
| XIII - Crimes Contra a Administração Pública |  | Total |
| Desacato                                     |  | **    |
| Exercício Arbitrário das Próprias Razões     |  | **    |
| Fuga de Preso                                |  | **    |
| Peculato                                     |  | **    |
| Total                                        |  | **    |

XIV - Lei 1.521 - Economia Popular

|                                      |  |       |
|--------------------------------------|--|-------|
| XV - Crimes Contra a Fé Pública      |  | Total |
| Falsa Identidade                     |  | **    |
| Falsificação de Documento Particular |  | **    |
| Falsificação de Documento Público    |  | **    |
| Total                                |  | **    |

|                                            |  |       |
|--------------------------------------------|--|-------|
| XVI - Crimes Contra a Incolumidade Pública |  | Total |
| Incêndio                                   |  | **    |
| Total                                      |  | **    |

|                                    |  |       |
|------------------------------------|--|-------|
| XVII - Crimes Contra a Paz Pública |  | Total |
| Quadrilha ou Bando                 |  | **    |
| Total                              |  | **    |

|                                                           |  |       |
|-----------------------------------------------------------|--|-------|
| XVIII - Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente |  | Total |
| Atos Infracionais:                                        |  | **    |
| Total                                                     |  | **    |

|                                       |           |         |          |         |
|---------------------------------------|-----------|---------|----------|---------|
| XIX - Fatos Atípicos                  |           | Criança | Adolesc. | Maiores |
| Suicídio                              | Masculino |         |          |         |
|                                       | Feminino  |         |          |         |
| Tentativa de Suicídio                 | Masculino |         |          |         |
|                                       | Feminino  |         |          |         |
| Desaparecimento de Pessoa (menor-lem) |           |         |          | 01      |
| Requisição de Exame Cadavérico        |           |         |          | 01      |
| VIASOLATO                             |           |         |          | 01      |
| Total                                 |           |         |          | 02 01   |

Delegado(a): MOISÉS SÁNCHEZ  
Delegado de Polícia  
Mat. 3050

Escrivão(a): ANDREA ROSA DE FARIAS  
Escrivã de Polícia

**MINHA CASA MEU LAR** Saiba como manter, com medidas simples, comportamento preventivo contra assaltos a residência. [2]

# O Popular

GOIÂNIA,  
QUARTA-FEIRA  
24 DE ABRIL DE 2004  
ANO 66 - Nº 18.364

www.opopular.com.br

FUNDADO EM 3 DE ABRIL DE 1938 POR JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA FILHO E REBOUÇAS CÂMARA

R\$ 1,50

## EMPREGO

**Veja calendário do concurso da CELG**

[7]

## Magazine

**Novas cores do inverno**

Desfiles da Cori e da Ellus (foto) no Flamboyant Fashion mostram tendência original para mistura de estampas e tecidos na coleção outono-inverno.



## CLASSIFICADOS

**1.920**  
OFERTAS DE  
VEÍCULOS

## PESQUISA IBGE

# Assassinato de jovens cresceu 72% em 10 anos

De 1991 a 2000, o número de jovens de 15 a 24 anos mortos em Goiás subiu 72%. A pesquisa, do IBGE, revela que assassinatos ultrapassaram acidentes de trânsito como causa externa de morte masculina. Outro estudo mostra que o salário da mulher, em relação ao do homem, diminuiu quanto maior for a escolaridade. [3 e 4]

## CONJUNTURA

Zuhair Mohamad



Weimer Carvalho

## TRÁFICO

Bruno Domingos/Reuters



**PONTO DO CONSUMIDOR** Optar por consertar um eletrodoméstico às vezes pode sair mais caro do que comprar outro. [2]

# O Popular

GOIÂNIA  
**SÁBADO**  
6 DE NOVEMBRO DE 2004  
ANO 66 - Nº 18.571

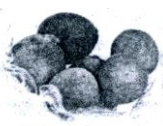
www.opopular.com.br

FUNDADO EM 3 DE ABRIL DE 1938 POR JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA FILHO E REBOUÇAS CÂMARA

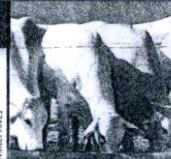
R\$ 1,50

## Magazine

**Inovações  
do design  
goiano**



O bom humor e o senso ecológico de designers goianos estão na Feira Clan, em peças como a fruteira de plástico reciclado (foto), de Emanuel Filho. A exposição segue de hoje até dia 13.



## CAMPO

Vale a pena fazer a suplementação (foto) de novilhos de corte também no período das águas. Estudo comprova que os resultados mudam conforme a quantidade de sal proteinado fornecida.

Cristina Cabral



**ÁLCOOL**  
**1,59**  
PREÇO À VISTA

## Acordo limita preço da gasolina; álcool dispara

Termo assinado por Ministério Público, Procon e Sindiposto limita valor do litro da gasolina em R\$ 2,29. O preço do álcool (foto) já subiu 20% em um mês. [13]

## AMBIENTE

Walter Sanches



Peixes mortos boíam

## SEGURANÇA

# Mais de 60% dos PMs fazem 'bico'

Dos 13,5 mil homens da Polícia Militar em Goiás, cerca de 7 mil exercem jornada dupla para complementar renda. São soldados, cabos, sargentos e subtenentes que, nas horas de folga, viram seguranças de diversos estabelecimentos. Muitas vezes os bicos, apesar

**IMPOSTO TERRITORIAL URBANO** Vence dia 20 o prazo para pagar o imposto de Goiânia à vista com desconto de 10%. [6]



EDIÇÃO

# O Popular

GOIÂNIA,  
**SEXTA-FEIRA**  
16 DE JANEIRO DE 2004  
ANO 65 - Nº 18.276

www.opopular.com.br

FUNDADO EM 3 DE ABRIL DE 1938 POR JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA FILHO E REBOUÇAS CÂMARA

R\$ 1,50

**GOIANÃO 2004**

**Vai rolar a bola**



Com 200 atletas recém-contratados, começa domingo o Campeonato Goiano. Veja tabela dos jogos, saiba a situação do seu clube e conheça o ouvidor, figura criada pelo Estatuto do Torcedor. [23 e 24]



**PRÉ-OLÍMPICO**

**Brasil na repescagem**

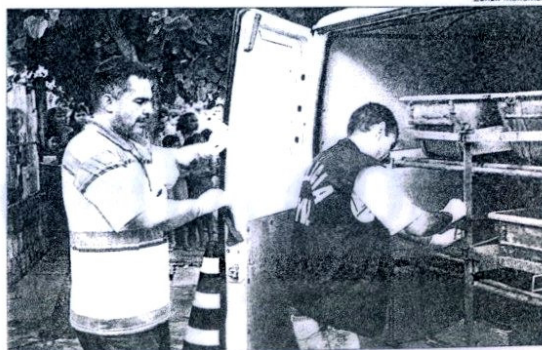
De novo, a seleção sub-23 parou no bloqueio rival. O empate por 1 a 1 pôs o Chile na fase final e levou o Brasil de Diego (foto) à repescagem, domingo. [22]

## Veja classificados no concurso da Educação

Confira a relação dos 2,9 mil candidatos que ocuparão vagas para professor. Outros 2,3 mil aprovados poderão ser remanejados. [6, 10 e 11]

**VIOLÊNCIA**

## Goiânia: 20 assassinatos em 15 dias



Zuhair Mohamad

Funcionários do IML recolhem em macas os corpos das vítimas de chacina

**BAIRROS & CONDOMÍNIOS** Reforma da Praça Tamandaré deve ser entregue na primeira quinzena de outubro. [2]

# O Popular

GOIÂNIA,  
**QUINTA-FEIRA**  
23 DE SETEMBRO DE 2004  
ANO 66 - Nº 18.526

www.opopular.com.br

FUNDADO EM 3 DE ABRIL DE 1938 POR JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA FILHO E REBOUÇAS CÂMARA

R\$ 1,50

## Magazine

## ESPORTE

### Psicólogo na pele de gari

Por nove anos, o psicólogo Fernando Braga Costa, pesquisador da Universidade de São Paulo, trabalhou como gari e enfrentou a invisibilidade pública.

### Paraolimpíada histórica

Antônio Delfino (foto) bateu recorde mundial nos 400 metros. O nadador Clodoaldo Silva ganhou sua terceira medalha de ouro. [16]



### Guga operado

Gustavo Kuerten sofreu ontem nova cirurgia no quadril e quer voltar às quadras em 2005. [18]

## SABATINA



PEDRO WILSON - PT

### Pedro comenta que é 'parado em relação a roubar'

Na terceira sabatina da série promovida pelo POPULAR na capital, o prefeito Pedro Wilson (PT) afirmou ontem que sua principal obra é a política da inclusão social, atacou adversários e se defendeu de críticas sobre lentidão no poder. [25, 26 e 28]

### A vez de Sandes

O candidato pelo PP participa hoje da penúltima sabatina realizada por jornalistas.



SANDES JUNIOR - PP

## ECONOMIA

### Superávit de 2004 sobe para 4,5%

O governo decidiu aumentar a meta de superávit primário (receitas menos despesas, sem contar os gastos com juros) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,5%. Isso eleva em R\$ 4,2 bilhões o esforço fiscal de 2004. [13]

## TERROR

Shaun Mealey/Reuters

## VIOLÊNCIA

# 47% dos assassinados são ligados ao crime

De 1º janeiro deste ano até terça-feira, 203 assassinatos foram registrados em Goiânia. Pelo menos 47% dos crimes tiveram como vítimas pessoas com passagens pela polícia ou envolvidas com drogas. Em 46 das ocorrências, o assassinato teve o alcoolismo como agente motivador. Em 37 casos, as vítimas foram mortas pela Polícia Militar. [5]